



**Universidade dos Açores**

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Mestrado Em Relações Internacionais

# Bacia do Atlântico: O Berço da Nova Comunidade

Paulo André Teodoro Pacheco

Ponta Delgada

2015





**Universidade dos Açores**

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Mestrado Em Relações Internacionais

# Bacia do Atlântico: O Berço da Nova Comunidade

Paulo André Teodoro Pacheco

Dissertação de Mestrado apresentado à  
Universidade dos Açores para a obtenção de  
grau de Mestre em Relações Internacionais  
sob a orientação do Professor Doutor Luis  
Manuel Vieira de Andrade

## **Resumo**

No dealbar do século XXI o Mundo conheceu uma realidade diferente com a consequente perda de poder de algumas potências, de outrora, em detrimento da ascensão de países até então relegados para segundo plano no panorama das relações internacionais.

O novo filão de ouro deslocava-se para o Oriente, mais concretamente para o Pacífico, conduzindo a que os países desta região geográfica conhecessem um crescimento económico exponencial.

Não obstante a assunção deste novo paradigma, o Ocidente necessita de unir esforços em torno de um bem maior, o bem comum dos países ocidentais, tentando de alguma forma recuperar a predominância dantes detida e entretanto perdida.

Perante este cenário há que rentabilizar os ativos e as potencialidades que a Bacia Atlântica apresenta consubstanciando, para o efeito, um novo conceito de Comunidade Atlântica, desta feita, de proporções pan atlânticas, abandonando a antiga imagem de Lippman que circunscrevia esta Comunidade ao Hemisfério Norte.

As relações internacionais sempre foram marcadas por uma enorme volatilidade e mutabilidade, fatores que não raras vezes desequilibraram os pratos da balança pelo que podemos estar perante um reequilibrar de uma balança que nunca chegou, efetivamente, a pender totalmente para o Oriente.

## **Abstract**

At the dawn of the twenty-first century, the world experienced a different reality with consequent loss of power of some former powers. Besides this fact the world experienced the rise of countries once relegated to the background in the panorama of international relations.

The new gold rush was shifting to the East, specifically the Pacific, leading the countries of this geographical region to an exponential economic growth.

Despite the assumption of this new paradigm, the West needs to join forces around a greater good, the common good of Western countries, trying to somehow regain the dominance held before and yet lost.

Against this background it is necessary to maximize the assets and capabilities that the Atlantic Basin presents consolidating, for this purpose, a new concept of Atlantic Community, this time in Atlantic pan proportions, leaving the old image conceptualized by Lippman.

International relations have always been marked by tremendous volatility and mutability, factors which frequently unbalanced the scales. Presently we may be facing a rebalancing of a scale that was never effectively to tilt to the East.

## Agradecimentos

No término desta jornada académica é tempo de relembrar e enaltecer aqueles que se assumiram como o tronco, vigoroso e sadio, permitindo, e dando condições para, que os ramos da minha árvore do conhecimento crescessem e florescessem.

Este trabalho é fruto do amor, da amizade, do carinho, e apoio que sempre senti quando a “minha árvore” era assolada por fortes rajadas de desânimo e letargia mental que teimavam em dificultar o crescimento natural dos ramos.

Todavia foi perante a fraqueza que a minha árvore ficou forte.

Agradeço, desta forma:

À Liliana, minha companheira, confidente e amiga que me apoiou nos momentos mais difíceis apesar de ter sido a pessoa que mais sentiu a minha ausência.

À minha mãe, a minha raiz, que incondicionalmente me afaga e apoia.

Ao meu pai pelos valores que me inculuiu, e que apesar de ausente fisicamente está sempre presente espiritualmente.

Aos meus irmãos e amigos Romeiros de São Pedro que insistem em transmitir-me ensinamentos para a vida.

Ao Miguel e Ana Canhestro pela sua amizade desmedida.

Ao Francisco Wallenstein, pelos safanões, merecidos, que me inculuiu quando o desânimo teimava em persistir.

Ao Paulo Araújo, companheiro nesta jornada académica, que me fazia perder a noção das horas após as aulas.

Aos Drs. Mota Amaral, Fausto Brito e Abreu e Rodrigo Oliveira, que muito gentilmente acederam enriquecer o presente trabalho.

Ao meu rafeiro *Lucky*, o cão que decidiu ser romeiro, que me mostrou que todos os sonhos são legítimos desde que se acredite e lute por eles.

E como não podia deixar de ser aos professores desta Academia com os quais muito aprendi e que acompanharam este meu crescimento, e de um modo especial ao meu orientador Professor Doutor Luis Manuel Vieira de Andrade que muito me honrou ao aceitar ser o meu “guia” na dissertação.

## ÍNDICE

NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	2
Metodologia .....	4
Enquadramento Histórico.....	5
O Suposto Declínio Do Atlântico.....	13
BACIA ATLÂNTICA: O ESTABELECIMENTO DE UMA PAN COMUNIDADE.....	17
Área Energética.....	21
Crescimento Económico E Desenvolvimento Humano .....	29
Uma Herança Comum - O Oceano Atlântico.....	39
Segurança .....	43
Promoção De Uma Cultura De Legalidade E De Uma Governação Democrática .....	50
AÇORES: DA ULTRAPERIFERIA EUROPEIA PARA O CENTRO DA COMUNIDADE ATLÂNTICA .....	56
Atlântico: A Herança Açoriana.....	62
Modelo De Energia Açoriana.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
ANEXOS.....	83
BIBLIOGRAFIA.....	106

# CAPÍTULO 1

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

*Não restam dúvidas de que as razões que nortearam a fundação das relações atlânticas alteraram-se profundamente levando à necessidade destas serem pensadas de uma forma completamente distinta de modo a evitar a desintegração dos laços existentes desde então.*

## NOTAS INTRODUTÓRIAS

O trabalho que se apresenta enquadra-se no âmbito do 2º ano do curso de Mestrado de Relações Internacionais ministrado pela Universidade dos Açores e centra-se no atual paradigma do conceito de Comunidade Atlântica que se tem revelado de particular interesse no debate das Relações Internacionais, incidindo sobre fatores particularmente importantes na ligação histórica, origem, argumentos e pertinência da formalização de uma Comunidade Atlântica. Este tema tem sido uma constante na História dos continentes Americano e Europeu, embora com intensidade e visibilidade variáveis no tempo.

Apesar do conceito poder parecer inovador, a ideia de Comunidade Atlântica está profundamente enraizada nas históricas relações entre os povos do Atlântico Norte, encontrando-se efetivamente as bases desta Comunidade na génese dos seus povos.

A indissociabilidade dos dois continentes vigora desde a descoberta do continente americano e respetivo povoamento pelo “velho continente”. Este foi o ponto de partida para o desenvolvimento das relações transatlânticas, consubstanciadas na constituição da Organização do Tratado do Atlântico Norte cujas premissas mais não são do que as pedras basilares de uma Comunidade Atlântica.

Convém salientar que o conceito não surgiu espontaneamente. Antes pelo contrário, teve que ser criado e inculcado na mente de europeus e americanos como algo importante e necessário, papel que foi amplamente desempenhado por Walter Lippman. No entanto, este conceito formal com praticamente um século de vida tem sofrido constantes alterações em consonância com a evolução do contexto histórico no decurso da sua existência, razão pela qual se considera que o mesmo merece particular atenção.

A concretização de uma Comunidade Atlântica é de extrema complexidade em virtude de resultar da confluência de fatores altamente subjetivos sujeitos a indicadores sociais, económicos, políticos e tendências militares.

Acresce ainda o facto de as razões que nortearam a fundação das relações atlânticas se terem alterado profundamente, levando à necessidade de serem repensadas de modo a evitar a desintegração dos laços transatlânticos que então se criaram.

A inovação tecnológica associada à elevada mobilidade do capital e ao fenómeno da globalização, levaram a uma mudança de paradigma no que concerne às relações internacionais, desviando-se as atenções para outras paragens, vaticinando o declínio do Atlântico.

Acreditando-se que a bacia Atlântica é, ainda, um oceano de potencialidades por explorar, com o presente trabalho pretende-se explorar o recente conceito de Comunidade Atlântica apresentado por José Maria Aznar, antigo primeiro-ministro espanhol em 2014 na obra intitulada *A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere* e que congrega contributos de mais de 100 individualidades dos quatro continentes da bacia Atlântica, apresentando recomendações em diversas áreas com o intuito de aumentar substancialmente a importância de uma Comunidade Atlântica mais abrangente do ponto de vista geográfico. A área da energia é a primeira a merecer a atenção dos redatores do documento uma vez que o panorama energético mundial se encontra em franca mutação em virtude do elevado potencial, ainda por explorar, desta região.

Em segundo lugar, o documento refere a cooperação no crescimento económico e desenvolvimento humano, visto que o Atlântico é a região de maior e mais bem-sucedido tráfego comercial do mundo. Em terceiro lugar, refere os aspetos marítimos relacionados com os desafios das pescas e a subida do nível da água do mar identificando, também, a região como uma das que mais sofre com as ameaças concernentes ao tráfico de armas, drogas, tráfico humano, cibercrime, lavagem de dinheiro, corrupção, pirataria e terrorismo dedicando o quarto ponto do documento às questões da segurança.

O quinto e último aspeto a merecer a atenção no estudo refere-se ao desenvolvimento de uma cultura de legalidade e de governação democrática efetiva, de forma a criar Estados com bases sólidas para proteção dos seus cidadãos.

Mediante o acima exposto o documento em causa identifica as fundações para uma nova Comunidade Atlântica que partilha interesses económicos cruciais para a sobrevivência dos seus membros, conduzindo natural e previsivelmente à sua agregação.

Não obstante a consciencialização destes interesses mais recentes, os povos atlânticos estão interligados como nunca através das trocas comerciais, fluxos energéticos, intercâmbios educacionais e culturais, investimentos económicos e ameaças comuns. Com o presente trabalho pretende-se demonstrar que as raízes da Comunidade Atlântica remontam a uma necessidade de defesa militar, de princípios e valores democráticos comuns aos países que a compõem, sendo o paradigma atual verdadeiramente diferente, com outros desafios eminentemente financeiros, potenciados pela perda de competitividade face aos países do Pacífico.

“The political, military and economic issues in Atlantic relations are linked by reality, not by our choice nor for the tactical purpose or trading one off against the other...It is the responsibility of national leaders to ensure that economic negotiations serve larger political purposes. They must recognize that economic rivalry if carried on without restraint, will in the end damage other relationships”<sup>1</sup>

Neste contexto, há que reconhecer a pertinência do tema, retomado e aprofundado em alturas de conturbação política, económica e social no Mundo, à semelhança da realidade dos últimos anos, pelo que se considera fazer sentido recuperar o conceito apresentado como alternativa ao sistema político vigente no Atlântico.

## Metodologia

A metodologia adotada foi a de estudo de caso, uma vez que este visa:

“uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores”<sup>2</sup>

Reconhecendo que uma investigação desta natureza se assume como:

“uma investigação com características peculiares, pois incide intencionalmente sobre uma situação específica que se presume ser única ou especial, procurando descobrir o que há nela de mais fundamental e específico, compreendendo assim globalmente um determinado fenómeno ao qual o investigador atribui importância. Sendo o seu objectivo geral: explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar, assim sendo quase tudo pode ser um estudo de caso”<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> PFALTZGRAFF, Diane K. **The Atlantic Community – A Conceptual History, Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship**, Pergamon Press, 1979, pag 20

<sup>2</sup> Estudo de caso, Grupo de Mestrado em Educação - Tecnologia Educativa - Métodos de investigação em Educação, 2007 Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/mie2.html>

<sup>3</sup> Idem

Para o efeito, optou-se pela recolha de diversas fontes primárias, como os contributos que foram sendo redigidos por várias personalidades internacionais e que originaram o Livro Branco, analisando questionários/entrevistas a personalidades políticas regionais e criando uma pesquisa envolvendo questões “como?” e “porquê?”

Com as entrevistas almeja-se, ainda, avaliar a eventual importância a desempenhar pelo Arquipélago dos Açores numa Comunidade Atlântica. Importa salientar que as entrevistas concedidas por dois membros do atual elenco governativo do Governo Regional dos Açores, não refletem a posição oficial do Governo Regional. Estas foram recolhidas com o intuito de obter a opinião de personalidades que detêm um conhecimento aprofundado nas matérias em causa que lhes advém do cargo que desempenham.

Realizaram-se entrevistas com o Dr. João Bosco Mota Amaral, Presidente do Governo Regional dos Açores 1976-1995, o Dr. Rodrigo Vasconcelos Oliveira, Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa no IX Governo dos Açores, Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa no X Governo dos Açores tendo tomado posse em 2012, como Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas do XI Governo Regional dos Açores e o Doutor Fausto Brito e Abreu, Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia do XI Governo Regional dos Açores. Foram também solicitadas, sem sucesso, entrevistas com Carlos César, Presidente do Governo Regional Dos Açores entre 1996 a 2012 e com o Dr. Vasco Cordeiro líder do executivo açoriano na XI Legislatura.

## **Enquadramento Histórico**

Para uma melhor compreensão do tema a abordar na presente dissertação convém recuperar a conceção de Comunidade e proceder a um levantamento histórico por forma a poder-se apreender corretamente a plenitude dos conceitos aflorados. No que concerne à noção de Comunidade, o termo não tem reunido consensos apresentando-se sob diferentes formas uma vez que é utilizado em diversas disciplinas para caraterizar realidades distintas.

Não obstante, para a prossecução do presente trabalho, utilizar-se-á a definição de Tonnies que aborda o conceito introduzido nas Ciências Sociais no séc. XIX sob duas formas distintas, no entanto complementares.

“O conceito primordialmente utilizado para definir uma forma de sociabilidade humana caracterizada pela existência de relações imediatas, primárias e directas, passou depois a qualificar também os grupos humanos onde esse tipo de relações se verificasse predominantemente”<sup>4</sup>

Mediante o supracitado podemos aferir que o sentimento de comunidade consiste, assim, num sentimento de pertença a um mesmo local, origem ou destino - a consciência do «nós» potenciador da construção de um todo.

Todavia, a ideia de Comunidade não se resume, exclusivamente, à partilha de um local uma vez que o conceito é aplicado na definição de grupos sejam eles familiares, religiosos, linguísticos ou ideológicos, Comunidade pressupõe, acima de tudo, aspetos de vida comuns:

“hoje há efetivamente um sentido mais realista, utilizando-se o termo para definir estruturas específicas, relações humanas, cujos aspectos comuns mudam de formas características de acordo com os estádios de desenvolvimento de uma sociedade”<sup>5</sup>

A ideia de Comunidade que surgiu no dealbar dos Estados Nação pressupõe uma partilha de interesses e ideais por indivíduos cuja única ligação é o sentimento de pertença a uma mesma comunidade, é refletida com clareza no conceito utilizado por Benedict Anderson que apelida as novas comunidades de imaginadas

“porque até os membros da mais pequena nação nunca conhecerão, nunca encontrarão e nunca ouvirão falar da maioria dos outros membros dessa mesma nação, mas, ainda assim, na mente de cada um existe a imagem da sua comunhão”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> Pólis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: antropologia cultural, direito, economia, ciência política, Lisboa – São Paulo, Verbo, p. 1038-39

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> ANDERSON, Benedict, **Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**, Edições 70, Abril 2005, pag 25

Perante o exposto, compreender-se-ão os argumentos amplamente utilizados pelo criador e defensores de uma Comunidade de abrangência atlântica. Tendo em conta o conceito de Comunidade, um conceituado jornalista político, Walter Lippman, que independentemente da ligação entre os dois continentes se consubstanciar por séculos de história só em 1917, abordou, de uma forma mais consistente, pela primeira vez, o conceito de Comunidade Atlântica.

À semelhança da maioria dos americanos, Lippman não atribuía grande importância às questões de política externa, fruto da posição isolacionista da doutrina Monroe, que vigorava desde 1823. Contudo, numa altura em que a Europa se encontrava mergulhada num conflito sem precedentes, a I Guerra Mundial, e que conduziria à sua autodestruição, apresentou o conceito supracitado que expunha a Europa e a América como partes integrantes de uma mesma civilização. A intervenção americana no conflito europeu era urgente e assumia contornos humanitários

“in his editorials he increasingly identified American neutrality with pacifism, or what he dismissed as “passivism” and “irresponsibility”. By the Spring of 1916 he told his readers that the United States must “no longer be neutral between violator and victim” and must use “its moral power, economic resource and... military power against the aggressor”<sup>7</sup>

O apelo à intervenção militar americana não se esgotava na questão humanitária, a segurança do seu país, era obviamente tida em linha de conta, e em fevereiro de 1917 num artigo intitulado “The Defense of an Atlantic World” Lippman defendia que os EUA eram parte integrante de uma comunidade que incluía os Estados europeus e que um ataque a estes Estados configurava um ataque à própria integridade e segurança americana uma vez que:

“Germany’s war against Britain and France, he told his readers, was a war against a civilization of which we are part”<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> STEEL, Ronald, Walter Lippman and the Invention of the Atlantic Community, **European Community, Atlantic Community**, Soleb, pag. 31

<sup>8</sup> Idem, pág. 31

Efetivamente, e em virtude do desrespeito pela livre circulação dos mares por parte das forças armadas germânicas, os E.U.A decidiram entrar na guerra ao lado dos aliados desempenhando um papel fundamental para o desfecho da contenda. No entanto, a vontade demonstrada em não fazer parte da Sociedade das Nações arrefeceu os ímpetos em torno de uma Comunidade que se queria Atlântica.

Nos 25 anos seguintes, não mais se falou em tal compromisso.

O conceito só voltou a ganhar destaque, mais uma vez, num conflito de enormes proporções que se desenrolava no continente europeu

“the capitulation of France in June 1940 stunned Lippman, as it did so many others, and sweep away his cautious equivocations. Suddenly America itself seemed in danger. The Atlantic ocean no longer assured protection, but rather vulnerability”<sup>9</sup>

Lippman, compelido pelo princípio wilsoniano de que a paz e segurança seriam alcançadas através do desarmamento e da implementação de um governo mundial, relembrou que o facto da Europa se encontrar prestes a ser dominada por um regime nazi deveu-se, precisamente, à recusa europeia em não aceitar as ideias propostas por Woodrow Wilson.

Todavia, a Comunidade então defendida pelo jornalista apresentava significativas diferenças daquela trazida a público em 1917, uma vez que esta se apresentava muito mais abrangente.

“The Community he described was far more extensive than the one he had outlined in 1917 at the outset of World War I. As members of this extended Atlantic Community he listed not only the English-speaking “dominions” of the British Commonwealth – Canada, Australia, New Zealand, Eire and South Africa, but also Spain, Portugal and the twenty Latin American republics”<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Ibidem, pag. 32

<sup>10</sup> Idem, pag. 33

Países como a França, os Países Baixos, a Bélgica, a Dinamarca e a Noruega foram englobados em virtude da sua importância para a segurança da Comunidade. O que poderia ser observado como uma espécie de Comunidade oceânica viu os seus limites externos serem aumentados, desta feita, com a inclusão da Suécia, da Grécia, da Itália e da Suíça.

Do elenco enumerado por Lippman, salta à vista a ausência da Alemanha, propositadamente excluída em virtude das ligações privilegiadas com o poder terrestre assumido pela Rússia.

O Mundo pós II Guerra Mundial apresentava três centros ou órbitas de poder, uma órbita atlântica, uma órbita russa e eventualmente uma órbita chinesa.

Tendo em conta a elevada importância para a segurança mundial da constituição de uma Comunidade deste género, Lippman tentou conduzir a Humanidade para um tipo de pensamento, que embora considerasse utópico, encarava como sendo desejável.

O sonho de uma Comunidade global que unisse as duas margens do Atlântico pretendia colmatar vários retrocessos históricos. Os americanos pretendiam alcançar um governo mundial composto por vários países; os ingleses ambicionavam integrar os americanos no sistema europeu; os impérios coloniais tentavam minimizar os estragos causados pela redução da sua importância em virtude do processo de descolonização; os países europeus ocidentais deixavam de depender dos E.U.A. e a paz alcançada através de políticas racionais e com bases cooperativas.

Contudo, apesar do conceito apenas ter surgido no primeiro quartel do século XX, os argumentos que a sustentam remontam a um passado muito mais longínquo:

“is deeply rooted in the historic relationships among the peoples of the North Atlantic region. It dates from the first European explorations and the establishment of settlements in the New World. It is based upon those shared values of western civilization founded in humanistic and religious traditions which have placed great emphasis on freedom of speech, opinion, conscience and association”<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> PFALTZGRAFF, Diane K. **Atlantic Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship**, Pergamom Press, 1979

Como se pode aferir, as bases de uma Comunidade Atlântica encontram-se profundamente enraizadas num modo de pensar característico de uma civilização ocidental que se tem desenvolvido predominantemente no Atlântico Norte.

Inegavelmente, a relação existente entre os dois continentes é indissociável, a ligação quase “fraternal” que os une tem oscilado entre aproximações e recuos, à semelhança de grande parte das relações entre irmãos, mas com a consciência que não podem viver permanentemente de costas voltadas.

Esta indissociabilidade dos dois continentes remonta à descoberta oficial do continente americano uma vez que:

“seriam os europeus que atravessariam o Oceano Atlântico para se apoderarem de uma vasta massa terrestre que, antes da *Universalis cosmographia* de Martin Waldseemuller, de 1507, não constava nos mapas: a América, batizada em honra do explorador Américo Vespúcio.”<sup>12</sup>

Segundo a opinião de alguns historiadores, a descoberta deste admirável Novo Mundo alterou completamente o paradigma económico, político e social europeu, uma vez que a revolução industrial não teria sido possível sem os intermináveis hectares americanos e os escravos africanos que neles trabalhavam.

A colonização americana registou-se sobretudo às custas das contribuições espanholas, portuguesas, inglesas e francesas que intentavam descobrir ouro, conquistar povos e terras além-mar.

“No início do séc. XVII, os ingleses começaram a emigrar em massa para lá, fugindo às conturbações políticas e religiosas do seu país. Neste movimento também participam alguns alemães e holandeses (...) Na mesma altura, os franceses prosseguem a sua expansão ao longo do Mississípi, organizando a Luisiana”<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> FERGUSSON, Niall, **Civilização, O Ocidente e os Outros**, Civilização Editora, 2011, 1º Edição fevereiro de 2012, pág. 112

<sup>13</sup> Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores, 1997, Edição nº 3894, pag 2753

Não obstante a enorme relevância dos fatores económico-sociais, os fatores culturais não podem, igualmente, ser descurados uma vez que:

“Não há dúvidas também de que as melhores ligações transatlânticas e o facto de as várias Américas terem em comum com as respetivas metrópoles a língua e a cultura, permitiram uma transmissão relativamente fácil e rápida das novas doutrinas políticas e económicas que iam sendo produzidas na Europa Ocidental”<sup>14</sup>

A relação entre os dois continentes é incontestável e tem-se mantido no decurso da história e nem mesmo a proclamação da independência americana quebrou o elo de ligação que unia as duas margens do Atlântico

“the founding fathers of the United States drew heavily upon European political philosophy – principally the tenets of Locke and Montesquieu – in the development of the American Constitution. In turn, the American political experience deeply influenced the shaping of European governmental structures from the French Revolution to the twentieth century”<sup>15</sup>

Todavia, convém não cair no erro comum de restringir as relações Atlânticas ao hemisfério norte, visto que desde o século XV o Atlântico se transformou num cenário de migrações intercontinentais em massa originando a criação de um Mundo Atlântico. Estavam criadas, assim, as condições para a formação de um Novo Mundo, que em 1650 colocava o povo africano em maioria entre os colonos deste Mundo Atlântico, contribuindo, desta forma, para marcar de forma indelével esta nova cultura que emergia.

“Circunstâncias políticas, demográficas e económicas levaram os africanos ao cerne do novo mundo atlântico após 1450. Esta mão-de-obra escrava e explorada dos africanos e de seus descendentes – os afro-americanos - e sua relevante contribuição cultural foram fundamentais

---

<sup>14</sup> ANDERSON, Benedict, **Comunidades Imaginadas, reflexões sobre a Origem e Expansão do Nacionalismo**, Edições 70, Abril 2005, pág 82

<sup>15</sup> PFALTZGRAFF, Diane K. **The Atlantic Community – A Conceptual History, Atlantic Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship**, Pergamon Press, 1979, pag. 3

na formação do mundo atlântico. Esse impacto cultural foi o produto de sua integração nesse novo mundo, onde eles ocuparam posições geográficas importantes nas áreas de maior transformação cultural"<sup>16</sup>

Apesar de frequentemente as referências aos africanos se cingirem ao trabalho escravo, urge salientar o duplo papel desempenhado pela população africana nas Américas, uma vez que concomitantemente ao trabalho físico desenvolvido, contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento da economia local, estes foram responsáveis pela criação de uma nova cultura no mundo atlântico.

“A ausência de uma especificidade étnica e cultural necessária para manter ou recriar a cultura africana nas Américas levou os escravos a formarem uma nova cultura. Essa nova cultura tem raízes africanas, baseia-se num denominador comum das muitas e variadas culturas de África que serviram de alicerces, porém foi criada em um contexto no qual os elementos da cultura europeia serviram de material de ligação. Além disso, não somente a cultura europeia infiltrou-se na sociedade escrava, mas ela era muito mais homogênea do que as diferentes culturas africanas, conferindo-lhe uma coerência que faltava nas da África. A mistura resultante foi nitidamente influenciada pelas culturas europeias e euro-americanas, com os elementos africanos dando-lhe mais sabor do que substância”<sup>17</sup>

Perante os argumentos expostos, poder-se-á concluir que são evidentes os laços que unem os países Atlânticos e conseqüentemente os quatro continentes uma vez que estes persistem e preexistem à própria concepção do Mundo atual tal como nós o conhecemos.

Efetivamente, o paradigma cultural atlântico atual é resultante de uma miscelânea de culturas por sua vez resultantes de um considerável número de interações que fomentaram o surgimento do que se poderá entender como uma Comunidade, pois através da tal consciência de um “Nós”, referida anteriormente, conseguiu-se construir um todo.

---

<sup>16</sup> THORTON, John, **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**, Elsevier Editora, 2004 5ª Edição

<sup>17</sup> Idem op. cit Mintz e Price, Afro American Past

## O suposto Declínio Do Atlântico

O declínio do Atlântico em oposição ao crescimento exponencial da região do Pacífico nos últimos anos é comumente aceite como um dado adquirido.

Fatores como o fim da Guerra Fria e a queda do muro de Berlim, a descolonização de África, a instalação de democracias na América Latina e em algumas zonas de África contribuíram sobremaneira para este aparente declínio uma vez que alteraram o quadro vigente das relações atlânticas que conferia até então uma considerável hegemonia aos países do Atlântico norte.

Até há relativamente pouco tempo, a importância geoestratégica do espaço atlântico cingia-se ao hemisfério norte onde a instituição de uma Organização do Tratado do Atlântico Norte se assumiu como o expoente máximo da relevância assumida durante uma parte considerável do século XX.

Segundo o Professor Doutor António José Telo, vivemos ainda no mesmo sistema mundial que começou com o fim da 2ª Guerra Mundial, contudo o sistema internacional mudou em 2008.

Estamos, portanto, perante um desfasamento entre uma realidade que já não o é e uma realidade que ainda não foi apreendida como tal. Com a queda do muro de Berlim, o sistema internacional conheceu uma unipolaridade, assumida pelos Estados Unidos, em virtude da ausência de outras potências mundiais capazes de colocar em causa a sua hegemonia.

A transição do milénio, marcada pelo aumento de atividades terroristas nas quais o 11 de Setembro se assume como expoente máximo, uma vez que feriu os Estados Unidos no seu coração económico e por pouco não atingiu o coração político e militar, (Washington e o Pentágono respetivamente), e as consequentes estratégias adotadas pela administração Bush, no que concerne à política externa, conduziram a que esta unipolaridade se efetivasse.

“Em nenhuma vertente importante, as estratégias recentes da administração Bush conduziram aos resultados esperados e a influência americana no mundo decresceu enquanto aumentava a importância de outros agentes do sistema internacional, estatais ou não”<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> TELO, António José, Um Mundo que Mudou, Revista Nação e Defesa n° 120, Verão 2008, 3ª Série pág. 11

O paradigma mundial atual reflete-se numa enorme dificuldade em encontrar lideranças capazes de assumir uma hegemonia mundial ou mesmo regional, uma vez que se torna cada vez mais difícil a confluência de ideais para resolver os problemas vigentes.

Esta ausência de lideranças internacionais sólidas, aliada ao enfraquecimento do conceito tradicional de soberania, ao aumento da insegurança, à proliferação de atores não estatais, origina um sistema internacional mais mutável, complexo e imprevisível. Em suma, nas palavras de António José Telo, estamos perante um sistema internacional apolar. Por sua vez, Carlos Gaspar considera que existe um longo caminho a percorrer pelos Estados Atlânticos de forma a contrariar a perda de importância que, na sua opinião, tem sido uma realidade nos últimos anos.

“A unidade do Atlântico é uma visão sem estratégia. Para a transformar numa estratégia relevante, é importante identificar os condicionamentos externos que podem prejudicar ou, pelo contrário, tornar possível uma nova comunidade transatlântica”<sup>19</sup>

O declínio do Atlântico é um tema que não reúne consensos, havendo várias posições que se antagonizam consoante o prisma pelo qual se pretende observar.

“Não obstante os analistas apontarem a Ásia como foco do maior interesse geopolítico nos próximos anos, é nossa crença que será no Atlântico Sul que as peças do xadrez se vão movimentar com maior tensão em termos de geoestratégia sobretudo por questões energéticas”<sup>20</sup>

Opinião semelhante é expressa por Rodrigo Oliveira, Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas:

“Não considero que o espaço atlântico esteja em declínio. Em relação à UE, é a única fronteira, a Ocidental, que é uma fronteira de paz, a Este e a Sul temos os movimentos e a constante instabilidade ou mesmo a

---

<sup>19</sup> GASPAR, Carlos, Narrativas Atlânticas. **O Mar na História, Na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, Edições Tinta da China, 1ª Edição, junho de 2013

<sup>20</sup> ARANDA E SILVA, João, **Atlântico Sul – Um Tratado para a Paz ou uma zona de Conflito Geopolítico**, 2010, pág. 37

guerra, como conhecemos, portanto a UE tem o seu único espaço de paz, cooperação e amizade e a muito breve trecho terá um espaço liberalizado em termos de trocas comerciais, precisamente a Ocidente, no Atlântico Norte. O Atlântico sul assume, neste momento, uma perspectiva menos ambiciosa mas é, sem dúvida um espaço de futuro, é um espaço de atualidade e de potencial desenvolvimento a curto prazo. Por estas razões não partilho desta ideia de espaço em declínio, percebo a intenção, em termos económicos, devido à pujança asiática mas acho que devemos ver para além disso.”<sup>21</sup>

Efetivamente, somos de opinião que, existem razões de sobra para se apostar numa posição concertada no Atlântico em virtude das inúmeras mais-valias que esta região detém como é exemplo a localização de metade do PIB mundial, no Atlântico Norte e nas margens do Atlântico Sul estarem situados dois BRICS, Brasil e África do Sul bem como países emergentes como são México, Angola e Nigéria.

---

<sup>21</sup> Entrevista concedida nas instalações do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas no dia 09 de junho de 2015 Anexo III

## CAPÍTULO 2

# BACIA ATLÂNTICA: O ESTABELECIMENTO DE UMA PAN COMUNIDADE

*“redefine a new Atlantic community which is well placed in the world, erasing the invisible line dividing the South and the North Atlantic and thus including the cooperation with Latin America and Africa.”*

*José Maria Aznar*

## **BACIA ATLÂNTICA: O ESTABELECIMENTO DE UMA PAN COMUNIDADE**

Focando a atenção sobre o conceito de Comunidade Atlântica pode constatar-se a sua estrutura, segundo Carlos Gaspar, de “linhas horizontais de intervenção” consubstanciada nas relações entre os países do Hemisfério Norte das quais são exemplo a OTAN, o G7 e o India-Brazil-South Africa Dialogue Forum<sup>22</sup> no que concerne às relações entre as duas margens do Atlântico sul.

Contudo, em pleno século XXI, as ligações entre o Atlântico norte e sul são insofismáveis, através das conexões de âmbito energético, tecnológico, de investimento, troca de bens e serviços e de uma premente necessidade de combater ameaças comuns entre as quais pontificam o tráfico de droga, de armas e a pirataria.

Independentemente de surgirem novas oportunidades que advêm da enorme navegabilidade do Oceano Atlântico, fruto do tráfego comercial que se regista nesta zona, do considerável fluxo comercial que se regista entre os países que constituem as suas margens, dos seus recursos pesqueiros, de se assumir, presentemente, como um reservatório energético de proporções consideráveis a nível global e de se apresentar na linha da frente no que respeita ao combate às alterações climáticas, novas vulnerabilidades emergem e que deverão ser debeladas através de uma cooperação efetiva entre os países que constituem os quatro continentes banhados pelo Atlântico.

Não obstante, o Atlântico sul regista situações de grande fragilidade económica e social eventualmente potenciadoras de situações de instabilidade para todo o Atlântico pelo que uma articulação entre o norte e o sul não só é desejável, como é necessária, uma vez que só mediante esta cooperação efetiva se poderá suplantar os obstáculos existentes.

“Se combinarmos os factores caracterizadores do ambiente conflitual na actualidade já atrás assinalados, com as necessidades e potencialidades das comunidades transatlânticas Norte e Sul, no sentido dos meridianos (continente americano e Euráfrica, no sentido dos paralelos), confere enorme importância e aconselha fortemente a articulação dos sistemas de segurança existentes a Norte com os que existem ou venham a ser criados a Sul.

---

<sup>22</sup> Para mais informações sobre esta organização <http://www.ibsa-trilateral.org/>

Esta fácil constatação pode mesmo levar à necessidade de alargar à comunidade atlântica do Sul a importância que tem a defesa do Norte, e poderia conduzir para a conclusão de ser conveniente implantar um sistema de segurança para a totalidade do Ocidente geográfico banhado pelo Atlântico (Norte, Médio e Sul), cada vez mais ligado por relações de interdependência.

A combinação das características com as potencialidades já referidas também mostra que as regiões transatlânticas do Norte e do Sul têm interesses económicos e de segurança complementares, tanto no sentido dos paralelos como no dos meridianos. Assim como são idênticos muitos dos valores culturais que caracterizam os seus povos.”<sup>23</sup>

Esta visão alargada de uma Comunidade Atlântica suscita dúvidas em virtude de não ter uma delimitação geográfica perfeitamente definida. No entanto, a sua inexistência cartográfica não poderá de forma alguma significar uma inexistência material.

“The Atlantic Community cannot be found on any map. But is nonetheless real. It exists in the mind of people from California to Central Europe. It cuts across borders and cultures and links peoples in a common destiny. It is an essential component of the mental map of the world held by Europeans and Americans. It is so basic and widely-accepted that we take it for granted”<sup>24</sup>

Esta aparente indefinição suscita confusões acerca do território que integra esta Comunidade. No entanto, para a prossecução do presente trabalho, uma vez que aqui se pretende defender o facto da Comunidade Atlântica assentar na Bacia Atlântica, adotar-se-á uma definição abrangente desta bacia.

“The “broad” definition of the Atlantic Basin includes in their entirety the four continents — North America, Central and South America,

---

<sup>23</sup> LOUREIRO DOS SANTOS, José, A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal, Revista Nação e Defesa, Outono Inverno 2009, Nº 124 -4 Série, pág.129 Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/3601> consultado em 01.02.2015

<sup>24</sup> STEEL, Ronald, Walter Lippman and the Invention of the Atlantic Community, **European Community, Atlantic Community**, Soleb,2008, pag. 29

Europe, and Africa — that border the Atlantic, including those countries from these continents (such as Peru and El Salvador, or Kenya and Tanzania) that do not border on the Atlantic Ocean. Most analysts would probably consider this definition to be too broad. Nevertheless, it is often the most convenient measure, given that many sources do not always provide complete disaggregated data below the continental or regional level. In any event, this “broad” measure serves as one extreme boundary of the possible Atlantic Basin.”<sup>25</sup>

Cientes do paradigma atual, várias personalidades dos 4 continentes atlânticos, apelando a uma maior cooperação transnacional a nível comercial, de segurança e de promoção do desenvolvimento humano, decidiram conceber o que apelidaram de *Atlantic Basin Initiative*.

José Maria Aznar, antigo primeiro-ministro espanhol, que integra a vasta lista de personalidades dessa Iniciativa, liderou durante dois anos (2012-2014) um projeto, livro branco, promovido pelo *Center for Transatlantic Relationships of the Johns Hopkins University*, e apresentado no dia 07 de abril de 2014 em Bruxelas, sob o intitulado *A New Atlantic Community: Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere*.

Pretende-se que o documento em causa seja um primeiro passo para:

“redefine a new Atlantic community which is well placed in the world, erasing the invisible line dividing the South and the North Atlantic and thus including the cooperation with Latin America and Africa.”<sup>26</sup>

Tendo em conta a atual conjuntura internacional, menosprezar o potencial da bacia atlântica poderá cifrar-se num erro crasso cujas consequências seriam devastadoras a

---

<sup>25</sup> ISBELL, Paul, *Energy and the Atlantic: The shifting Energy Landscape of the Atlantic Basin*, Relatório Disponível em: [http://transatlantic.sais-jhu.edu/publications/books/Energy%20and%20the%20Atlantic/Energy\\_and\\_the\\_Atlantic\\_final\\_electronic\\_version\\_Nov\\_29\\_2012.pdf](http://transatlantic.sais-jhu.edu/publications/books/Energy%20and%20the%20Atlantic/Energy_and_the_Atlantic_final_electronic_version_Nov_29_2012.pdf) consultado em 25 de julho de 2014

<sup>26</sup> AZNAR, José Maria, Notícia publicada no site pessoal sob o título *Aznar presents the white paper A New Atlantic Community in a meeting with Barroso in Brussels*. Disponível em <http://www.jmaznar.es/en/news/538/p-aznar-presents-the-white-paper-em-a-new-atlantic-community-em-in-a-meeting-with-barroso-in-brussels-p> consultado em 05 de julho de 2014

todos os níveis tendo em conta as consideráveis reservas de energias e matérias-primas que a região detém.

Contudo, independentemente do futuro poder afigurar-se risonho, o presente tem que ser devidamente explorado, não menosprezando as ligações do passado que também se assumem como um importante fator. Se se observar com atenção, poder-se-á constatar que os países em causa possuem várias instituições políticas com raízes e valores comuns, grande parte em virtude dos fluxos migratórios que se verificaram no sentido hemisfério-norte/hemisfério-sul.

Concomitantemente, o enorme fluxo de capitais, bens e pessoas que se regista no Oceano Atlântico transforma-o no oceano mais navegado do planeta.

Mediante o supracitado, o estudo sob a égide do *Center for Transatlantic Relations*, que resultou no livro branco suprarreferido, comunica que:

“As Eminent Persons of our Hemisphere, we are united in our drive to build a dynamic and harmonious Atlantic Community by championing free and open trade and investment, promoting access for all to affordable energy, accelerating human development, encouraging economic, educational and technical cooperation, respecting human dignity and enhancing human security, facilitating a favorable business environment, generating sustainable and inclusive growth and development, and cultivating a culture of lawfulness across our four continents.”<sup>27</sup>

Efetivamente, a Comunidade Atlântica agora ambicionada por vários setores da bacia atlântica, apresenta-se num sentido diametralmente oposto à ideia preconizada por Walter Lippman. O atual conceito já não é apenas uma comunidade de valores mas sim uma comunidade que aporta, para além dos valores comuns, fatores de natureza económico-financeira, de segurança, de ecologia e de cultura, provendo a esta nova conceção uma abrangência inexistente até ao momento.

---

<sup>27</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014

## Área Energética

A primeira área a merecer destaque e para a qual os países que se encontram banhados pelo Atlântico deverão unir esforços é a que concerne ao domínio energético que se assume com uma preponderância vital em pleno século XXI.

Neste aspeto, não podemos descurar as enormes potencialidades patentes na bacia do Atlântico:

“The Atlantic Basin is now a central energy reservoir for the world and will become even more so in coming decades”<sup>28</sup>

A área geográfica em causa é a principal responsável pelo deslocamento, que se tem registado pela primeira vez, do centro gravitacional energético do Médio Oriente para o Atlântico, prevendo-se que nos próximos anos esta posição seja amplamente cimentada, uma vez que, e segundo dados expressos no livro branco em causa, a região detém 1/3 da produção global de petróleo e gás, praticamente 60% das reservas de gás de xisto, 12% das reservas de gás convencional, 40% das reservas de petróleo e 70% da capacidade de captação de energias renováveis.

Estes factos colocam a bacia atlântica na vanguarda do ramo energético mundial em virtude das características únicas da região e de apresentar condições muito mais avançadas do que as detidas pelo Pacífico e Índico. Esta situação é salientada por Paul Isbell, no seu relatório *Energy and the Atlantic: The shifting Energy Landscape of the Atlantic Basin*<sup>29</sup> ao referir que, não obstante o fornecimento de combustíveis fósseis ter conhecido um rápido aumento nos últimos dez anos, na bacia, uma enorme variedade de energias renováveis encontram-se em franca expansão no Atlântico sul, apresentando índices de desenvolvimento sem paralelo em outras áreas do globo.

Esta situação, poderá ser comprovada pelo facto de os Estados Unidos da América, pela primeira vez desde 1949, terem conseguido ser um exportador de produtos refinados de petróleo, projetando-se que este país reduza, igualmente, a importação deste recurso energético para o nível mais baixo nos últimos 25 anos, facto que leva a que os

---

<sup>28</sup> Idem

<sup>29</sup> Para mais informações consultar relatório disponível em: [http://transatlantic.sais-jhu.edu/publications/books/Energy%20and%20the%20Atlantic/Energy\\_and\\_the\\_Atlantic\\_final\\_electronic\\_version\\_Nov\\_29\\_2012.pdf](http://transatlantic.sais-jhu.edu/publications/books/Energy%20and%20the%20Atlantic/Energy_and_the_Atlantic_final_electronic_version_Nov_29_2012.pdf) consultado em 25 de julho de 2014

E.U.A se assumam, presentemente, como o maior produtor mundial de petróleo e gás natural.

“According to the International Energy Agency (IEA) and the Bank of America, the United States is now the world’s largest oil and natural gas liquids producer and will remain so for awhile, overtaking both Saudi Arabia and Russia..”<sup>30</sup>

Paralelamente, enquanto o Canadá ocupa o quinto lugar no ranking mundial de produção de energia, o México possui reservas de petróleo equivalente às detidas pelo Kuwait o que concede à região do golfo do México uma relevância considerável no domínio energético mundial.

De salientar, também, o investimento promovido pelo Brasil nas energias renováveis e pela recente descoberta de jazidas de petróleo nas zonas marítimas brasileiras. Relativamente à descoberta de reservas de petróleo, o Gana, na primeira década do século XXI, juntou-se à lista de produtores mundiais desta matéria-prima com a descoberta da jazida *jubilee* localizada no Atlântico. Por sua vez, o território venezuelano possui uma das maiores reservas de gás natural do Mundo, enquanto o sector petrolífero e do gás são responsáveis por 30% do valor do PIB nacional colombiano. No que concerne ainda à América do Sul, a Argentina detém a terceira maior reserva mundial de gás de xisto enquanto do lado sul-africano, o golfo da Guiné é tido como sendo detentor de uma das reservas mais ricas do mundo no que respeita ao petróleo e ao gás o que poderá potenciar que dentro de poucas décadas a Bacia Atlântica possa tornar-se um exportador energético encontrando escoamento no Pacífico e Índico.

Paralelamente, o Atlântico reúne uma considerável concentração de gás natural Liquefeito (*Liquefied Natural Gas – LNG*) que tem sido aproveitado sobremaneira pela América do Norte, uma vez que a exportação deste produto para a Europa reduz significativamente as exportações provenientes do mercado russo.

“The Atlantic Basin is not only central to global energy supply; it is also driving global energy innovation. The Atlantic is the cradle of the

---

<sup>30</sup> U.S. Overtakes Saudi Arabia and Russia as Largest Oil Producer, Institute for Energy Research, disponível em <http://instituteforenergyresearch.org/analysis/u-s-overtakes-saudi-arabia-russia-worlds-biggest-oil-producer/> consultado em 16 junho de 2015

modern biofuels industry and home to well over 80 percent of current global biofuels production and trade. It also accounts for more than 70 percent of global installed renewable energy capacity. A wide range of renewables – from bioenergy to solar and wind power – are rolling out in the Atlantic faster than in the Indian or Pacific Basins”<sup>31</sup>

Estes factos são potenciados pela promoção de políticas sustentáveis no âmbito da gestão de recursos pela União Europeia que lidera, desde 2008, políticas integradas no que respeita a matérias de energia e de alterações climáticas,<sup>32</sup> cujos resultados começam a ser referidos num estudo divulgado no sítio das Nações Unidas *UN Climate Change newsroom*:

““Britain’s fleet of onshore and offshore wind turbines met 22% of electricity demand on Sunday, setting a new record and outperforming coal, which met just 13% of demand. Across the Channel, Spain has reported high levels of summer clean energy output with over 55% of electricity generation coming from zero emission sources during July. And Germany has announced that it generated more than a third of its energy from renewable sources in the first half of this year, while energy from fossil fuel plants – gas and coal – declined. These figures are the latest clear signals that renewables are increasingly stealing the limelight from dirty outdated fossil fuels. Earlier this year, onshore wind was revealed as the cheapest form of new electricity generation in Denmark and wind met over half of the country’s power demand last December. Renewable energy is also becoming cost competitive elsewhere with solar power reaching grid parity in Italy, Spain and Germany. This trend clearly indicates to European getting ready to

---

<sup>31</sup> Idem, pág. 3

<sup>32</sup> “A liderança da UE apareceu já expressa, em 2008, como resposta inequívoca ao desafio climático sob a forma de uma política integrada em matéria de energia e alterações climáticas, do compromisso de redução das emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 20%, poupança energética de 20% e quota de renováveis de 20% até 2020 e da promessa de assumir um papel de líder nas negociações internacionais, a fim de adotar objetivos ainda mais ambiciosos.”. Para mais informações consultar: <http://www.eu-sustentavel.pt/home/europa.aspx>

agree a climate and energy framework to 2030 that the transition from fossil fuels to renewables is happening and here to stay”<sup>33</sup>

Mediante o supracitado e tendo em consideração o papel central desempenhado pela bacia atlântica é natural que esta posição potencie uma relação intrínseca, entre os países, através dos métodos de produção, de negociação e de consumo desta mesma energia que deverá ser norteada regulada e potenciada por um Fórum de Energia do Atlântico, *Atlantic Energy Forum (AEF)*.

A convicção da relevância da criação deste fórum levou a que um grupo de pessoas eminentes da iniciativa da Bacia Atlântica adotassem em 23 e 24 de junho de 2013 a Declaração de Luanda *Towards an Atlantic Basin Charter for Energy Governance* que aludia à necessidade da implementação de um órgão deste género de forma a estudar, articular e facilitar a implementação de uma Carta Atlântica para a Governação Energética.

Conscientes da sua condição, enquanto grupo não estatal, assumem como premissa que a governação energética deverá ser realizada mediante um processo de cooperação transnacional devendo respeitar os princípios exarados na Declaração em causa.

Com a presente declaração procura-se promover um novo modelo a longo prazo de cooperação energética na bacia atlântica em articulação com uma economia de mercado com base na assistência mútua e através do princípio da não discriminação.

Convém salientar que o interesse numa associação deste género é por demais evidente uma vez que:

“Atlantic countries share mutual interests in promoting market-oriented reforms to facilitate energy supply, distribution and consumption, and environmental protection, including adaptation to, and mitigation of, current fossil-fuel and land-use-linked drivers of climate change.”<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Renewables break records across Europe, The Tree, Content for Climate and Energy Communicators disponível em <http://treealerts.org/region/europe/2014/08/renewables-break-records-across-europe/> consultado em 09 de dezembro de 2014

<sup>34</sup> Luanda Declaration of the Eminent Persons Group (EPG) Atlantic Basin Initiative, Towards a Atlantic Charter for Sustainable Energy disponível em: [http://transatlantic.sais-jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/Luanda\\_Declaration\\_March\\_2014.pdf](http://transatlantic.sais-jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/Luanda_Declaration_March_2014.pdf) consultado em 09 de dezembro de 2014

### **Facilitar e desenvolver o comércio e investimento energético no seio da Bacia Atlântica**

Desta forma, e tendo em conta a salvaguarda da soberania estatal sobre os recursos energéticos, a Declaração incita a criação deste fórum que assenta em três pilares fundamentais:

#### **Pilar 1 - Facilitar e desenvolver o comércio e investimento energético no seio da Bacia Atlântica**

- Estabelecimento de um mercado aberto e competitivo para produtos, materiais, equipamentos e serviços energéticos
- Promoção de supressão de barreiras técnico-administrativas existentes no que concerne ao comércio de energia e seus equipamentos
- Promoção de estrita cooperação com o intuito de eliminação do comércio ilícito de energia
- Aperfeiçoamento do acesso, exploração e desenvolvimento dos recursos energéticos, numa base comercial
- Promoção do acesso em termos comerciais para as tecnologias de exploração, desenvolvimento e utilização dos recursos energéticos
- Modernização, renovação e racionalização da indústria de serviços e instalações de produção, conversão, transporte, distribuição e utilização da energia
- Melhor acesso ao financiamento, principalmente através de instituições financeiras existentes adequadas
- Maior desenvolvimento e interligação de infraestrutura de transporte de energia na Bacia do Atlântico, e melhor acesso a essa infraestrutura para efeitos de trânsito internacional

### **Aperfeiçoamento do acesso e eficiência energética, proteção ambiental e proteção social nos sectores energéticos do Atlântico**

O segundo pilar do fórum em questão pretende cumprir o seu desígnio através do:

## **Pilar 2 - Aperfeiçoamento do acesso e eficiência energética, proteção ambiental e proteção social nos sectores energéticos do Atlântico**

- criação de mecanismos e condições para a utilização da energia de uma forma mais eficiente e economicamente possível, incluindo, se necessário, instrumentos regulatórios com base no mercado em vigor;
- conceção de mecanismos e condições para melhorar acesso à energia e eliminar a pobreza energética;
- compreensão da relação intrínseca entre energia e desenvolvimento;
- implementação de possíveis estruturas de colaboração que permitam a promoção da responsabilidade social por parte dos atores e agentes dos setores da energia na Bacia do Atlântico;
- permuta de experiências sobre os aspetos fiscais de energia;
- promoção de fontes de energia projetadas para minimizar as consequências ambientais negativas de uma forma eficaz e rentável.

Relativamente a este último ponto, o objetivo poderia ser alcançado com a implementação de preços energéticos de referência que reflitam os custos e benefícios ambientais, através de medidas políticas eficientes e coordenadas para a utilização de energias inovadoras, renováveis e economicamente rentáveis, promovendo, sempre que possível, o emprego de alternativas tecnológicas limpas e a prossecução de níveis elevados de segurança nuclear de forma a assegurar uma cooperação eficaz neste domínio.

### **Criação de uma Carta Atlântica de Energia Sustentável**

Tendo em conta a cooperação que se pretende para o sector energético na Bacia Atlântica o livro branco, em consonância com a Declaração de Luanda, considera pertinente que o terceiro pilar do fórum supramencionado seja consubstanciado na criação de uma carta atlântica de energia renovável que defina os termos desta ação conjunta nomeadamente nas áreas de:

### **Pilar 3 - Criação de uma Carta Atlântica de Energia Sustentável**

- coordenação de políticas energéticas da Bacia do Atlântico – tendo em conta a soberania dos Estados e os direitos soberanos sobre os recursos energéticos - com base no princípio da não-discriminação e na formação de preços em função do mercado, tendo em conta as preocupações ambientais;
- da formulação de quadros legais estáveis e transparentes que potenciem a criação de condições para o desenvolvimento de recursos energéticos;
- da liberalização do comércio energético e livre acesso aos mercados deste sector;
- da promoção e proteção dos investimentos efetuados;
- da disseminação de boas práticas, orientações e regras de segurança;
- da promoção da eficiência energética, do acesso à energia;
- da consciencialização da necessidade de uma responsabilidade social e proteção ambiental;
- do acesso recíproco aos dados técnicos e económicos, em consonância com os direitos de propriedade, difusão de investigação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- aposta na área da educação e formação.

#### **Plano de Aliança Atlântica para a implantação de energias renováveis e redução da pobreza energética**

Concomitantemente à implementação do fórum e consequentes pilares constituintes, o estudo em causa sugere que se proceda à implementação de um plano de uma Aliança Atlântica que potencie a implantação de energias renováveis e promoção da redução da pobreza energética que complementar a Carta Atlântica.

Este plano de ação visa a cooperação entre várias entidades, desde ONG's, pequenas e médias empresas, grupos de trabalho, instituições financeiras regionais e locais, entre outras, cuja ação se centre no campo energético e climático e que incidirão nas questões ambientais com particular enfoque nas concernentes ao abrandamento das alterações climáticas. Esta cooperação seria materializada através do desenvolvimento de mecanismos que potenciassem este contacto e que facilitassem o acesso aos mecanismos

financeiros por parte dos eventuais empreendedores com particular interesse nas energias renováveis.

“The Alliance’s goals would be to offer advice for policy, locate potential niches, identify investment projects and financial resources, provide a link between small-and-medium sized enterprises and existing and evolving global support networks, and to contribute, where possible, to remove barriers to sustainable development”<sup>35</sup>

Esta desejável cooperação tem sido amplamente defendida por inúmeras personalidades da vida política, civil ou mesmo militar como é o caso da afirmação proferida pelo General Loureiro dos Santos aquando da sua comunicação no âmbito do ciclo de conferências intitulado “Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO.” E que achamos pertinente recuperar:

“A área geopolítica do Atlântico Sul dispõe de recursos naturais que escasseiam no Norte, nomeadamente combustíveis fósseis, e o Norte dispõe de conhecimentos, no domínio da governação e da segurança, que podem ser úteis ao Sul. Cada uma das regiões atlânticas, Norte e Sul, pode funcionar como mercado apetecível da outra.”<sup>36</sup>

Mais uma vez se consubstancia a necessidade de uma articulação entre os dois hemisférios de forma a potenciar as inegáveis vantagens energéticas que esta região apresenta. Convém salientar que não existe ainda nada que se pareça com um sistema energético na Bacia Atlântica, apesar da existência de pequenos subsistemas energéticos regionais, nem mesmo uma consciência energética comum à Bacia pelo que é essencial dar ênfase ao conceito, que embora pioneiro, já começa a ser apresentado e trabalhado por alguns teóricos.

---

<sup>35</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pag. 6

<sup>36</sup> LOUREIRO DOS SANTOS, José, A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal, Revista Nação e Defesa, Outono Inverno 2009, Nº 124 -4 Série, pág.129  
Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/3601> consultado em 01 de fevereiro de 2015

## Crescimento Económico E Desenvolvimento Humano

Considerando que o Oceano Atlântico tem representado nos últimos séculos um papel de via de comunicação preferencial entre os quatro continentes atlânticos podemos facilmente aferir que este é o oceano que apresenta um maior índice de navegabilidade facto que é consubstanciado pelos elevados fluxos comerciais e relações históricas registadas nesta região

“Despite the rise of other powers and recent economic turbulence, North America and Europe remain the fulcrum of the world economy (...) while rapidly developing countries in Latin America and Africa are best known for the inexpensive goods and commodities they supply the rest of the world, their consumers are also connecting with the global marketplace, and in coming years they will become major engines of the global economy. Parts of Africa are already among the fastest growing regions of the world”<sup>37</sup>

Efetivamente, o aumento exponencial que o comércio tem registado entre os países da Bacia Atlântica não se confina exclusivamente a estes uma vez que a China tem consolidado o seu papel como um importante parceiro comercial para os quatro continentes em questão, sendo que, nos últimos anos, os principais beneficiados desta ligação Atlântico-Pacífico têm sido os países do Atlântico Sul.

A atestar esta situação podemos aludir a dois factos considerados pertinentes e que muito poderão contribuir para alterar o atual paradigma comercial entre estas duas zonas do globo. Primeiro, convém ressaltar o facto do Canal do Panamá, após cumprir a celebração do seu centenário, duplicar a sua capacidade de navegação entre os dois oceanos e em segundo lugar não podemos descurar o elevado investimento efetuado por vários países em portos de águas profundas como são exemplos os portos de Santos, Suape e Açú no Brasil, no Lobito em Angola ou o porto de Walvis Bay na Namíbia.

Paralelamente a estes factos, será conveniente salientar que o degelo em áreas de extensão considerável do oceano Ártico permitira realizar rotas marítimas, mais curtas,

---

<sup>37</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pag. 9

até então inexistentes permitindo deste modo potenciar o comércio entre o leste da Ásia e o norte da América e Europa.

Não obstante estar-se a registar um cimentar das relações comerciais com a Ásia, convém evidenciar, que no que toca ao investimento, as situações são diametralmente opostas, uma vez que podemos referir, a título de exemplo, que:

“there is more European investment in a single U.S. state such as Indiana or Georgia than all U.S. investment in China, Japan and India combined.”<sup>38</sup>

Ainda no campo do investimento, desta feita norte-americano:

“Despite the rise of other markets, Europe continues to account for 56% of U.S. foreign direct investment worldwide. U.S. investment in Europe is nearly four times larger than U.S. investment in all of Asia and 13 times more than U.S. investment in the BRICs and among the BRICs the leading destination for U.S. investment is Atlantic Brazil.”<sup>39</sup>

De realçar um considerável investimento norte-americano no Brasil, que beneficia igualmente do facto de a União Europeia ser o maior investidor estrangeiro e de, inclusive, as companhias asiáticas investirem mais nos países do Atlântico do que no continente asiático.

Não obstante o facto de o Atlântico reunir as maiores economias no sector dos serviços e independentemente de se constatar uma enorme relevância nas transações a este nível o comércio de serviços ainda não alcançou a importância comercial granjeada pelo comércio de bens, devido às restrições impostas por muitos países no que respeita à livre circulação de pessoas. Contudo é expectável que este paradigma seja alterado a breve trecho uma vez que:

“The United States is the largest single country trader in services, while the EU is the largest trader in services among all world regions. Most

---

<sup>38</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pag. 11

<sup>39</sup> Idem

American and European jobs are in the services economy, which accounts for over 70 percent of U.S. and EU GDP. Over half of U.S. and EU services exports go to Atlantic Basin countries(...).”<sup>40</sup>

O comércio de serviços assume-se, deste modo, uma atividade em expansão, inclusive, entre os países do Atlântico sul principalmente no que toca aos serviços nas áreas energéticas, na construção, na engenharia e na educação, entre outros.

A este considerável fluxo comercial não poderá ser alheio o facto da existência de inúmeros acordos regionais ser uma realidade entre os países do Atlântico, o que não acontece com a mesma facilidade no continente asiático.

“Regional agreements opening trade are far more advanced in the Atlantic Hemisphere than in the Asian Hemisphere. The EU’s Single Market among 28 countries and 500 million people, NAFTA arrangements among 400 million people, the Central American Integration System called SICA and South America’s MERCOSUR have all facilitated expanded trade among regional neighbors. These are complemented by a number of bilateral free trade agreements, such as those between Chile and the MERCOSUR countries, between the U.S. and Morocco, Chile, Colombia, Peru and Panama, and between the EU and Central America. The EU-Mexico free trade agreement has boosted bilateral trade by 25 percent.”<sup>41</sup>

A necessidade de se estabelecerem acordos de âmbito regional originou o surgimento de um acordo de largo espectro, o Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA, ou *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), que está presentemente a ser negociado entre a União Europeia e os Estados Unidos da América e cujo objetivo é a abolição das barreiras alfandegárias potenciando uma maior abrangência de vários sectores económicos nas transações de bens e serviços entre os dois continentes.

---

<sup>40</sup> Segundo dados do Eurostat citados no Livro Branco

<sup>41</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pag. 13

Um acordo desta natureza pretende a uniformização de procedimentos e de regulamentos, evitando desta forma prejuízos temporais e financeiros para as partes envolvidas nas transações, eliminando, assim, restrições nas transações comerciais concebendo um mercado único intercontinental.

O acordo em questão surgiu independentemente do facto do centro económico mundial se estar a deslocar para o Oriente, ao qual os EUA estão atentos. Contudo, considera-se extremamente importante ressaltar que, o fluxo comercial entre a Europa e os Estados Unidos

“representam quase 50 % do produto interno bruto (PIB) mundial e um terço do comércio mundial.”<sup>42</sup>

No entanto, o fluxo comercial registado não se poderá cingir única e exclusivamente à área dos serviços, uma vez que existem vários sectores que apresentam um enorme potencial e uma margem elevada para progressão.

“Looking ahead, the Atlantic Basin is also likely to benefit from a host of additional factors — information technology advances, infrastructure improvements, new energy dynamics, better business environments, financial uncertainties, the rise of tailored services, advances in digitization, and changes in advanced and additive manufacturing—that are redrawing the world’s commercial map, connecting Latin America and Africa more with global supply chains, and leading a growing number of North Atlantic companies to either re-shore or nearshore their supply chains back to the Atlantic Hemisphere. Moreover, Atlantic companies and countries are leading global efforts at “blue growth”—harnessing the untapped potential of the ocean to create sustainable jobs and growth, in areas such as blue energy, aquaculture, tourism, marine mineral resources and blue biotechnology”<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Site do Parlamento Europeu, Fichas Técnicas sobre a União Europeia, Relações económicas UE-EUA Disponível em [http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_6.6.1.html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.6.1.html) consultado em 09 de outubro de 2014

<sup>43</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág.13

Mediante os factos descritos pode aferir-se que as ligações comerciais na bacia Atlântica são caracterizadas por um enorme potencial que tem encontrado barreiras consideráveis em virtude do estabelecimento de políticas regionais e protecionistas e a inexistência de mecanismos económicos de larga amplitude e uma disparidade assinalável no que concerne aos índices de riqueza e pobreza.

### **Agenda pan atlântica para o crescimento económico e o desenvolvimento humano**

Desta forma urge promover o estabelecimento de uma agenda pan atlântica que vise o crescimento económico e o desenvolvimento humano consubstanciado pela liberalização do comércio e investimento.

Dentro desta perspetiva será importante:

#### **Implementar as conclusões negociadas em Doha**

A ronda de Doha, realizada no Qatar em Novembro de 2001, promovida pela Organização Mundial do Comércio trouxe à colação as negociações para a promoção da liberalização do comércio promovendo, simultaneamente, a integração dos países menos desenvolvidos no sistema da Organização Mundial do Comércio.

Sobre a mesa de negociações estiveram assuntos relacionados com a reforma de subsídios para a agricultura, a garantia de que a liberalização da economia mundial observe a necessidade de crescimento económico sustentável nos países em desenvolvimento e proporcionar uma melhor acessibilidade dos países em desenvolvimento aos mercados globais para as suas exportações.

Assim, tendo em conta que a prossecução de um sistema de livre comércio é a base do crescimento económico, a Comunidade Atlântica deverá proceder à eliminação de todas as barreiras comerciais existentes e que obstam o alcance deste crescimento.

#### **Adotar como objetivo a longo termo a liberalização do comércio e do Investimento entre os quatro continentes atlânticos**

No que concerne a esta medida será importante proceder-se à criação de um Fórum consultivo Empresarial para o Atlântico que vise conceber medidas concretas para

a remoção das barreiras ao comércio e investimento e consequentemente ao livre-trânsito de bens, serviços e capitais.

Será igualmente pertinente potenciar-se a criação de um projeto de investimento para o Atlântico baseado em princípios comuns que visem facilitar o reforço do investimento para que este se assuma como um motor de crescimento no espaço atlântico.

### **Conclusão das atuais negociações sub-regionais de comércio e de investimento**

A existência de inúmeros acordos comerciais regionais tais como o *Comprehensive Economic and Trade Agreement* (CETA) entre a UE, o Canadá e Estados Unidos da América, o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), ou a perseguição do objetivo de um comércio livre nas Américas *Free Trade Area of the Americas* (FTAA) poderão ser um pequeno passo para se alcançar um acordo de larga escala e cuja amplitude incida sobre toda a região Atlântica.

### **Possibilidade de alargamento do Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP) a outros países**

Na sequência do ponto anterior e relativamente ao Tratado Transatlântico de Comércio e Investimento entre a UE e os EUA, este deverá ser considerado numa perspetiva mais abrangente de forma a potenciar de igual forma as economias atlânticas.

“We urge President Obama and EU leaders to declare publicly that TTIP is indeed part of the open architecture of international trade, and to outline future modalities for accession, association, or complementary economic agreements with other countries. The United States and the European Union have common interest in demonstrating that TTIP is about trade creation, not trade diversion.”<sup>44</sup>

### **Harmonização de Acordos de Preferência Comercial para Países Africanos de baixos rendimentos**

Os países europeus e norte americanos deverão direcionar os seus mecanismos de preferência comercial para os países africanos que apresentam baixos rendimentos. Tendo

---

<sup>44</sup> Idem, pág.15

em conta este aspeto, todos os países da América Latina deveriam, igualmente, facilitar o acesso dos países africanos ao mercado latino-americano consubstanciando desta forma as diretrizes emanadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) que visam a promoção de uma melhor acessibilidade aos mercados dos países em vias de desenvolvimento.

Este tipo de acordos deverá identificar os países e os produtos abrangidos bem como as denominações e regras de origem e harmonizar os eventuais acordos de preferência comercial em vigor entre alguns países, com os acordos que se pretendem implementar, salvaguardando, sempre que possível, os aspetos mais positivos e benéficos para ambas as partes, estabelecendo uma compatibilidade ou atualização entre as regras estipuladas nos acordos.

#### **Acordo sobre procedimentos padrão para as empresas públicas**

A real importância das empresas públicas nos diversos ramos de atividade não poderá ser minimizada, no entanto estas necessitam de uma regulamentação efetiva e eficaz de modo a não colocarem em causa as empresas do sector privado permitindo a estas uma equiparação no que concerne ao acesso ao mercado. A regulação em causa deverá ser norteada pelos princípios da transparência, igualdade no acesso ao financiamento e aos concursos públicos, obrigatoriedade de declaração de eventuais subsídios, comportamento comercial justo marcado pela igualdade e pela não discriminação.

#### **Promoção de discussões estratégicas relativas à construção de infraestruturas**

Que facilitem a circulação de mercadorias, serviços e pessoas, incluindo formas de financiamento para incentivar o investimento do setor privado, que pode criar empregos e estimular o crescimento económico.

#### **Proibição da manipulação da taxa de câmbio de forma a obter dividendos comerciais**

A questão em causa já foi levantada pelo Brasil e é algo que deverá ser apoiado pelos seus parceiros atlânticos

## **Redução da Pobreza e da Desigualdade**

Numa Comunidade que se pretende coesa e modelar para os restantes países do planeta a desigualdade existente entre os países desta Comunidade é um considerável problema para o Mundo Atlântico uma vez que ameaça a coesão social, a economia e a estabilidade política.

Esta desigualdade é potenciada pela pobreza, pela exclusão social e implica não só o aumento da pobreza ou a lenta recuperação da taxa de pobreza mas implica igualmente um aumento significativo da possibilidade de se despoletarem crises financeiras marcadas por longos períodos de recessão.

Perante estes factos, o Livro Branco sobre a existência de uma Nova Comunidade Atlântica constata e incita que:

“Accumulated economic and social research shows conclusively that equality is an important ingredient in promoting and sustaining growth. Extreme inequality also breeds mistrust, which damages the social fabric on which democracy rests.

- We call on leaders to make reducing poverty and inequality a central economic goal, facilitated by inclusive economic growth; greater social mobility; and equality of opportunity, and included in the post- Millennium Development Goals 2015 development agenda.
- In order to enhance social mobility, we call for more efficient markets and government services; expansion and improvement of education; less regressive public spending; and for sustainable social policies targeted at the poor.”<sup>45</sup>

## **Intensificar a cooperação para o desenvolvimento**

Com o advento do novo milénio o cenário de ajuda internacional conheceu uma nova realidade. Países, outrora pobres, assumiram-se como potências económicas e iniciaram os seus próprios programas de ajuda externa.

---

<sup>45</sup> Idem, pág. 16

Todavia, é urgente procederem-se a alterações no que concerne à ajuda internacional para que este auxílio seja eficaz e que acima de tudo os países auxiliados compreendam que o seu desenvolvimento interno terá que ser promovido e potenciado por eles e não pelos países que se comprometem com esta ajuda.

“Such an understanding leads to developing country ownership of the assistance program without which no aid yields lasting results. Today, less than half of technical cooperation flows are consistent with national development strategies. Aid should be integrated in the recipient’s regular planning and budget systems, and where possible, donors must support developing countries with predictable multi-year funding for their home-grown programs and transfer the management of aid to the partner government.”<sup>46</sup>

Esta ideia de que o desenvolvimento é efetuado pelo próprio país potencia o surgimento de um sentimento de pertença do programa de assistência facilitando deste modo a implementação de medidas. Paralelamente, é extremamente importante que se estimule a colaboração de países que tenham passado anteriormente por situações similares uma vez que estes, sendo detentores de conhecimento prático, serão indiscutivelmente uma considerável mais-valia.

Não obstante as medidas supracitadas, o grupo de trabalho que elaborou o Livro Branco recomenda que os membros da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) implementem os compromissos estipulados pela Declaração de Paris<sup>47</sup> e pela *Accra Agenda for Action*<sup>48</sup>.

Na Declaração de Paris, os Ministros dos países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento concordaram em empreender atividades com o intuito de aumentar a eficácia da ajuda ao desenvolvimento, procedendo à adaptação e aplicação às diferentes situações dos países, especificando indicadores e estipulando uma calendarização de objetivos, de forma a proceder a uma monitorização dos progressos da implementação.

---

<sup>46</sup> Idem, pág. 17

<sup>47</sup> Para mais informações consultar a Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento disponível em <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>

<sup>48</sup> Para mais informações consultar *Accra Agenda for Action* disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/ACCRAEXT/Resources/4700790-1217425866038/AAA-4-SEPTEMBER-FINAL-16h00.pdf>

Por sua vez, a *Accra Agenda for Action*, ratificada em setembro de 2008, surgiu na sequência da necessidade de reforçar os objetivos exarados em Paris e que estabelecia três objetivos, considerados de extrema importância: desenvolvimento dos Governos nacionais fortes para que estes possam estabelecer políticas coerentes e em prol do desenvolvimento humano.

Outro documento que deverá ser tido em linha de conta é o *Busan Partnership Document*<sup>49</sup> que ressalva, mais uma vez, os princípios que os países em vias de desenvolvimento deverão implementar de forma a poderem alcançar um desenvolvimento efetivo. O documento em causa estabelece que caberá a cada país definir o modelo de desenvolvimento que pretende implementar de forma a potenciar um sentimento de pertença essencial nestas situações. A objetividade dos resultados e respetiva sustentabilidade, a reconhecida importância da participação de todos os intervenientes e a transparência aliada à responsabilidade partilhada são igualmente importantes fatores expressos no documento em causa.

Para a prossecução das medidas expressas nos documentos acima citados, será pertinente que os parceiros participem ativamente no *Global Partnership for Effective Development Cooperation*, um fórum que visa a partilha de conhecimento, experiências e ações que suportam a implementação dos princípios norteadores para uma cooperação para o desenvolvimento, promovendo uma interajuda entre governos, sociedades civis e sectores privados, que se dedicam a combater a pobreza e a encetar políticas dinâmicas e de grande impacto no desenvolvimento.

Será igualmente pertinente fomentar a inclusão de todos os parceiros atlânticos na *International Aid Transparency Initiative*<sup>50</sup> que visa estimular e aperfeiçoar os mecanismos de auxílios humanitários existentes, entre países doadores e beneficiários, a fim de aumentar a sua eficácia no combate à pobreza através de uma eficaz divulgação junto dos países em vias de desenvolvimento sobre a acessibilidade a estes auxílios e junto dos países benfeitores sobre a forma mais eficiente de materializar um auxílio eficaz.

Em suma, convém salientar que é essencial proceder-se a uma Agenda para estes parceiros tendo em conta os tempos vindouros, uma vez existe um interesse

---

<sup>49</sup> Para mais informações consultar *Busan Partnership for Effective Development Cooperation* disponível em <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/Busan%20partnership.pdf>

<sup>50</sup> Para mais informações consultar a *International Aid Transparency Initiative* disponível em: <http://www.aidtransparency.net/>

transversal em desenvolver códigos de conduta comuns com o intuito de promover a transparência e responsabilização no que respeita aos recursos naturais, promoção da isenção da ajuda humanitária dos controlos da exportação de alimentos, tal como proposto pelo G20, alcançar a liderança em questões pertinentes no que concerne ao desenvolvimento da próxima geração tais como investimento e serviços, infraestrutura, educação, energia, meio ambiente, mitigação dos efeitos resultantes das alterações climáticas, promoção de realização de negócios e boa governação.

Perante o supracitado, pode concluir-se que as ligações comerciais na bacia Atlântica são caracterizadas por um enorme potencial que, no entanto, tem encontrado barreiras consideráveis em virtude do estabelecimento de políticas regionais e protecionistas e a inexistência de mecanismos económicos

Estes não são pressupostos novos e convém reforçar os mecanismos existentes e proceder à implementação de novos instrumentos pelo que as propostas apresentadas poderão encerrar em si uma considerável pertinência.

## **Uma Herança Comum - O Oceano Atlântico**

O Oceano Atlântico assume-se como uma verdadeira herança comum aos povos atlânticos e, como tal, deverá ser cuidada e preservada de modo a minimizar os problemas transversais aos outros oceanos, tais como a poluição, a degradação dos ecossistemas e perda de biodiversidade, entre outros. Contudo, existem especificidades atlânticas que lhe conferem uma importância vital, nomeadamente o facto de cobrir um quinto da superfície terrestre, desempenhando um importante papel no armazenamento de carbono:

“(…) the Atlantic plays a particularly important role in carbon storage. The oceans are the greatest carbon reservoirs, containing far more carbon than either the atmosphere or the terrestrial biosphere, and absorbing about a quarter of the carbon dioxide humans release into the atmosphere every year”<sup>51</sup>

Porém, os oceanos não têm capacidade de absorção de carbono ao ritmo do aumento na produção de dióxido de carbono para a atmosfera que têm sido registados a

---

<sup>51</sup> Idem, pág. 20

nível mundial, originando desta forma o aumento da sua acidez e consequentemente colocando em causa todo o ecossistema marinho.

Adicionalmente, o Atlântico também desempenha um papel fundamental no sistema de distribuição da temperatura e salinidade no Planeta através do seu padrão de correntes de superfície e em profundidade.

“The Atlantic serves a unique function as the locus of the planet’s thermohaline system, a global circulation pattern of currents that distributes water and heat from the Ecuador to the poles, reducing extremes in the planet’s climate. Any change to this pattern could have untold effects all across the globe, and there are indications that change is underway”<sup>52</sup>

Todavia, descobertas recentes indicam que a temperatura das águas do Atlântico Norte está a aumentar e a salinidade mais baixa tornando-as menos densas, o que poderá hipotecar todo o sistema de circulação das correntes marinhas originando consequências nefastas para o planeta.

Convém igualmente salientar que a subida das temperaturas e do nível da água do mar potenciam o surgimento de tempestades violentas, comuns na costa leste americana.

Também alarmante surge a proliferação de “zonas marinhas mortas”, águas profundas pobres em oxigénio, em níveis que impossibilitam a sobrevivência de qualquer espécie.

“(…) there are over 400 dead zones worldwide. Most are in the Atlantic. Many occur naturally, but human-induced changes, such as agricultural runoff, have expanded such zones and changed their nature.”<sup>53</sup>

A proliferação destas zonas origina migrações de diversas espécies e a sua concentração em áreas alvo de sobrepesca. A este respeito salienta-se o facto de quatro das sete áreas de pesca do Atlântico serem as mais exploradas a nível mundial e nas

---

<sup>52</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág. 19

<sup>53</sup> Idem, pág. 21

restantes três 30% das espécies piscícolas são sobrexploradas, em grande parte devido a subsídios às frotas de pesca que a tornam insustentável.

A subida da temperatura da água do mar no Atlântico Norte, a pesca ilegal e a falta de regulamentação no Atlântico sul e a inexistência de uma política marítima em muitos países da bacia, entre outros, afiguram-se como desafios de extrema relevância e de larga escala e como tal com necessidade de intervenção em várias frentes.

São também consideráveis as desigualdades entre o Atlântico norte e sul em termos de mecanismos de regulação de questões pertinentes para o equilíbrio do oceano, como por exemplo a poluição emanada pelos navios.

Perante esta situação, mais uma vez, a solução terá que passar pela cooperação entre o Atlântico norte e sul:

“Consideration could also be given to an Atlantic Coast Guard Forum to facilitate operational cooperation and exchange of best practices, including among magistrates of coastal states with regard to investigation methods. A study group sponsored by the German Marshall Fund of the United States has recommended the creation of a Southern Atlantic forum within which countries can share their own ideas on ocean governance and maritime policy and profit from the experience of the North. Over time, the activities of this forum could lead southern states to set up governance mechanisms for sustainable and safe shared development”<sup>54</sup>

Considera-se, com a agenda de crescimento azul (*Blue Growth Agenda*<sup>55</sup>) que visa a promoção de medidas de crescimento sustentável nos sectores marinho e marítimo constatando a real importância destes setores enquanto motores da economia europeia, que os primeiros passos desta cooperação já foram dados a nível europeu.

Convém salientar que 75% do comércio externo da Europa é concretizado por via marítima transformando o mar e as costas marítimas em verdadeiros motores de

---

<sup>54</sup> Idem, pág.22 op cit Richardson

<sup>55</sup> Communication From the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions Blue Growth opportunities for marine and maritime sustainable growth

Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0494:FIN:EN:PDF>  
consultado em 11 de novembro de 2014

economia. Não obstante as características de índole geográfica há a salientar outros importantes elementos que potenciam economicamente o sector marítimo, nomeadamente os avanços tecnológicos rápidos que permitem a realização de operações em alto mar e a profundidades cada vez maiores, o crescimento da consciência da finitude dos recursos e a necessidade da implantação de instalações de energias renováveis que favoreceram a poupança de energia.

Perante estes factos, a iniciativa do crescimento azul surgiu com o intuito de valorizar o potencial inexplorado dos oceanos e das costas europeias tendo em consideração o crescimento económico e o conseqüente aumento de emprego, contribuindo desta forma para a competitividade internacional da União Europeia no que concerne à eficiência de recursos, à preservação da biodiversidade, à proteção do meio marinho e respetivos ecossistemas.

Neste âmbito, considera-se pertinente salientar que a iniciativa é composta por diferentes sectores interdependentes cujas bases são competências comuns e infraestruturas partilhadas que dependem de uma utilização sustentável do mar por parte de todos e que assentam em cinco domínios de intervenção, que de seguida se particulariza.

O primeiro domínio de intervenção é a energia azul, em que a indústria da UE é líder mundial, e que enaltece a importância da eficiência na exploração dos recursos energéticos tendo como objetivo a redução de emissões de gases com efeito de estufa. A título de exemplo pode referir-se que, segundo os dados da Comissão Europeia, em 2030 a instalação anual da capacidade eólica no mar poderá superar a instalação da capacidade em terra podendo alcançar 14% da eletricidade da UE o que corresponderá a 300 000 postos de trabalho.

O segundo domínio de intervenção respeita ao pescado, que representa 15.7% do total do consumo de proteína animal, do qual metade provém de aquicultura. Esta representa 25% do consumo de pescado e apresenta uma taxa de crescimento anual mundial de 6.6% detendo atualmente 80.000 postos de trabalho só na UE, prevendo-se que este número possa ser significativamente aumentado através da reforma da política comum de pescas que pretende promover a aquicultura.

Este documento detém-se, igualmente, sobre o sector do turismo marítimo e costeiro que se apresenta como a maior atividade marítima empregando 2.35 milhões de pessoas, que se prevê aumentar em virtude do aumento de navegação de recreio entre os 2-3%, levando a Comissão a desenvolver estratégias com base nas bacias marítimas e

uma coordenação transfronteiriça com o intuito de desenvolvimento e promoção das zonas de turismo marítimo.

O quarto domínio de intervenção refere-se aos recursos minerais marinhos alvos de um crescimento significativo na procura, por parte das economias emergentes, de matérias-primas, que para além de serem incapazes de suprir as necessidades da UE, viram o seu preço aumentar significativamente. Desta forma, prevê-se que até 2030, 10% da produção mundial mineral provenha dos leitos oceânicos o que, a efetivar-se, colocará as empresas europeias da especialidade numa posição de vantagem em virtude do investimento e do conhecimento que detêm.

Por último, mas não menos importante, o documento refere a importância da biotecnologia azul que tem conhecido importantes desenvolvimentos em virtude da exploração da biodiversidade marinha que tem dado a conhecer novos fármacos e a possibilidade de produção de biocombustíveis, apresentando ainda uma considerável margem de crescimento, a nível de emprego, nos sectores da saúde, dos cosméticos e dos biomateriais industriais.

Em suma, mediante todos os fatos acima descritos considera-se pertinente fomentar a criação de um Fórum para o Oceano Atlântico com o intuito de abordar questões marinhas e marítimas pan atlânticas de forma a promover uma cooperação e partilha de experiências entre todos os países da bacia atlântica, tendo em conta a experiência e segurança do Atlântico Norte e os recursos naturais do Atlântico sul.

## **Segurança**

No estabelecimento de uma Comunidade Pan Atlântica, provavelmente, nenhuma área parecerá mais importante do que a que se encontra relacionada com a segurança tendo em conta as inúmeras ameaças ao seu pleno estabelecimento.

Como tal, o domínio da segurança desperta, inevitavelmente, a atenção dos que contribuíram para a elaboração do livro branco, pois apesar do Atlântico não padecer da instabilidade vivenciada no Pacífico com a recorrente eminência da eclosão de conflitos de grande escala tendo em conta as relações conturbadas na península coreana, na China ou na relação Índia-Paquistão, o Atlântico é alvo de outro tipo de ameaças à segurança. Se no Pacífico a ameaça latente se regista entre Estados, no Atlântico esta centra-se no domínio individual.

“Trafficking in people, arms, drugs and money, piracy, political instability, and terrorist infiltration are all becoming concerns of pan-Atlantic scope. Human security—protecting people from violence or disruption—is likely to be more of a driver than state security when it comes to Atlantic cooperation. Furthermore, these security challenges tend to be common, and thus present an opportunity to unite efforts and test new modes of governance.”<sup>56</sup>

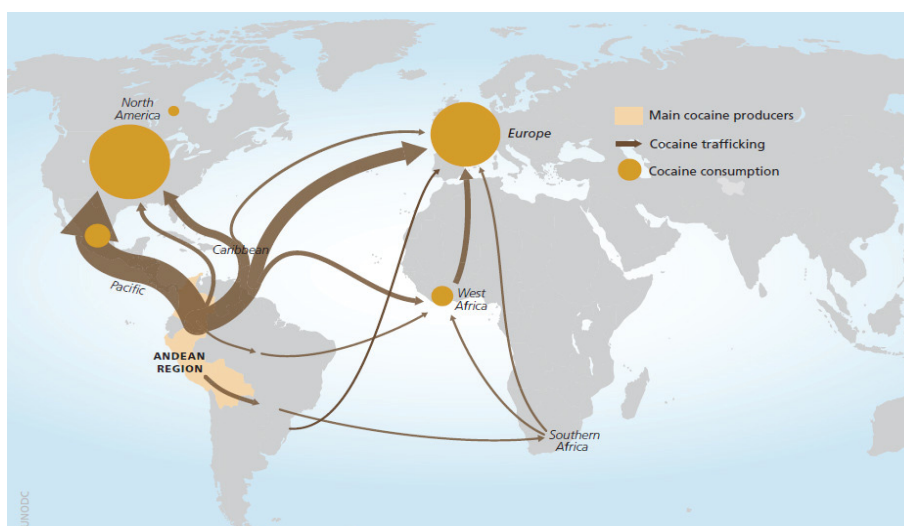
Independentemente do crime organizado transnacional ter sido sempre uma realidade, este circunscrevia-se apenas a pequenas regiões onde grupos, de reduzidas dimensões, com lideranças bem definidas se assumiam como expoentes máximos desta prática ilícita. Contudo com o crescimento exponencial do comércio no seio da bacia atlântica registou-se, igualmente, um aumento significativo de atividades ilegais potenciadas pelo ambiente precário de segurança de que enferma a região.

Não obstante o crime organizado ser uma realidade que afeta vários países, existem fatores que potenciam o surgimento das suas atividades e que dificultam o seu combate. Desde já, convém salientar que o crime organizado moderno apresenta índices de expansão e de mortandade surpreendentes, para além de uma sofisticação ao alcance de grandes e modernas organizações mundiais. Se aliarmos a estas especificidades a existência de alguns Estados párias, maioritariamente no continente africano, podemos concluir que estamos perante condições ideais para a proliferação de grupos transnacionais de crime organizado. A atual dimensão dos grupos de crime organizado, existentes, assume uma proporção até aqui inexistente, uma vez que se registam interações entre grupos terroristas indicando a existência de ligações pan atlânticas sem precedentes. A título de exemplo, pode referir-se, segundo alguns relatórios oficiais, a crença da cedência de armas do grupo terrorista Al-Qaeda às *Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia* (FARC) em troca de cocaína, o que demonstra que quer as organizações criminosas, quer os grupos terroristas, acompanham o fenómeno da globalização, facto que é consubstanciado por uma definição de objetivos e por um raio de ação muito mais abrangente em virtude da assunção da ausência de fronteiras estatais.

---

<sup>56</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág. 25

No que respeita ao tráfico de droga e se se tiver em conta que este é o ramo mais lucrativo do crime organizado, sendo que a cocaína se assume como a droga mais lucrativa e se atentarmos ao facto de a Colômbia, Bolívia e Peru serem os maiores produtores do Mundo deste estupefaciente que se escoia, preferencialmente, nos Estados Unidos e na Europa, através de rotas na América Central e atlântico Norte, via Açores, pode concluir-se que este é um problema eminentemente atlântico.



Mapa Do fluxo da Cocaína

Fonte: UNODC Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment

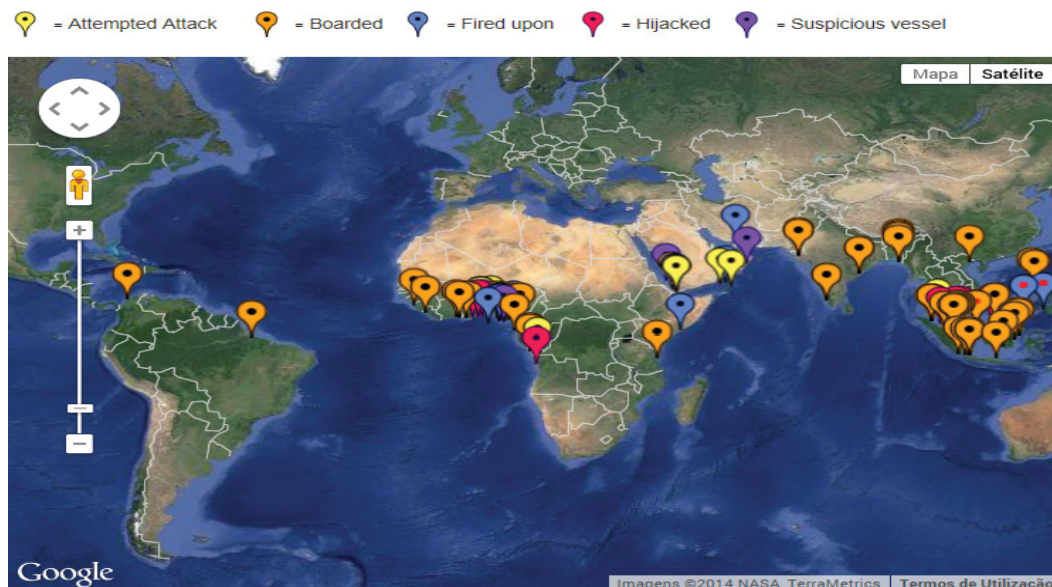
Tendo como base o mapa, não obstante nenhum dos países africanos ser produtor de cocaína estes assumem-se como *stepping stones* rumo ao continente Europeu potenciando, assim, um aumento considerável do narcotráfico entre a América latina e os países africanos.

Todavia, independentemente dos mercados consumidores se centrarem no Atlântico norte os países do sul começam, cada vez mais, a apresentar índices de consumo deveras preocupantes, sendo que o Brasil, presentemente, já se apresenta como sendo o segundo maior consumidor do Mundo.

Ainda relativamente ao tráfico de droga, este encontra-se associado a elevados índices de violência e de corrupção, pelo que se torna premente o combate a este flagelo não só através de meios judiciais mas também através de medidas educacionais e preventivas. Este combate assume-se particularmente difícil devido ao profundo enraizamento dos cartéis de droga em alguns países ou devido ao fomento de práticas governamentais menos lícitas de alguns Estados, como é o caso da Guiné-Bissau, que optam por manter relações próximas com organizações de crime organizado.

Intimamente ligado ao tráfico de drogas encontra-se o tráfico de armas, uma vez que ambos coexistem num meio onde a violência é uma marca constante. A título de curiosidade, em 2009 os maiores exportadores de armas de pequeno porte estavam localizados na bacia Atlântica e apesar de África, América latina e Caraíbas não produzirem armas encontram-se entre as regiões mais violentas do Mundo o que poderá ser sintomático.

Outro aspeto que tem estado na ordem do dia é o concernente ao aumento da pirataria na costa africana despoletando o receio, legítimo, da expansão desta prática para todo o Atlântico sul.



Pirataria em 2014  
Fonte: ICC Commercial Crime Services

Neste caso e segundo o UNODC<sup>57</sup>, uma parte considerável da pirataria na região é fruto da desordem que rodeia o mercado petrolífero uma vez que as estatísticas provam que os cargueiros petrolíferos são os alvos preferenciais dos ataques piratas.

“Atlantic Basin countries are also bound by the consequences of other human security challenges, including illegal exploitation and illicit trade of natural resources; corporate bribery; illicit diversion of assistance expenditures; the channelling of illicit flows to secrecy jurisdictions; tax evasion; cybercrime; oil bunkering (illegal tapping of pipelines); exploitation of labor; and manipulation of export (or import) prices in

<sup>57</sup> UNODC, Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment, Vienna, fevereiro 2013, p. 45 Disponível em [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West\\_Africa\\_TOCTA\\_2013\\_EN.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_EN.pdf) consultado em 12.12.2014

order to reduce the incountry tax burden and maximize externalized income”<sup>58</sup>

Existem, de facto, vários desafios transversais aos vários países atlânticos, que potenciados pelo fenómeno da globalização assumem dimensões até agora desconhecidas, uma vez que diversos cartéis beneficiam não só de uma considerável mobilidade mas também da existência de vastas zonas, no continente africano, marcadas por uma ausência de um governo forte e efetivo.

O crime organizado assume-se, presentemente, como uma questão central nas relações internacionais uma vez que esta atividade tem a capacidade de minar o desenvolvimento sustentável.

Se é verdade que a economia do Atlântico se apresenta cada vez mais sólida e interligada não é menos verdade que este mesmo dinamismo origina o surgimento de fragilidades inerentes à eventual incapacidade dos Estados de o defenderem. Convém salientar que uma das funções do Estado Moderno era a defesa do seu território, algo que é, nos dias de hoje, extremamente redutor tendo em conta o paradigma atual. O Estado deve continuar a manter a defesa do seu território mas não poderá descurar as várias engrenagens que fazem funcionar a máquina do Estado através da defesa das vias comerciais, vias de transportes, fluxos energéticos, abastecimento alimentar, sistema de comunicações e negocial e as redes financeiras.

Desta feita, o Atlântico assume particular relevo para os países atlânticos uma vez que o oceano que os enriquece é o mesmo oceano que os ameaça. Mais uma vez a agregação poderá ser a chave para os problemas apresentados e se se tiver em conta que:

“A further development makes discussion of pan-Atlantic security cooperation more relevant. U.S. primacy on the high seas has guaranteed commercial maritime stability for decades, and has, therefore, been taken for granted, even as globalization has depended on it. Yet given a reduction in U.S. military spending and a renewed U.S. naval focus on the Pacific, we may be entering a phase of history in

---

<sup>58</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág. 26

which several nations might share dominance of the high seas, rather than one as in the recent past.”<sup>59</sup>

A possibilidade de vários Estados emergirem e poderem partilhar a supervisão dos mares, poderá desencadear redes pan atlânticas orientadas para a supervisão das questões de segurança no Atlântico uma vez que não se pode olhar para uma ameaça internacional de proporções atlânticas como se fosse uma ameaça puramente regional. A esse respeito recuperamos a afirmação proferida por Koffi Annan, no discurso de abertura da Conferência das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional, que declarou que se o crime cruzar fronteiras a lei também o deverá fazer.

Relativamente à questão da segurança, podem referir-se os primeiros passos já dados, independentemente de não terem alcançado o impacto desejado, como são os casos da *Praia Action Plan Against Drugs and Organized Crime* adotado pela ECOWAS e a convenção de Lanzarote em 2009 assinada por 12 Estados, entre os quais Portugal, que visava estabelecer uma moldura de segurança que combatesse o crime organizado e a emigração ilegal. Estas iniciativas poderiam e deveriam ser alvo de aperfeiçoamento de forma a poder expandir-se e agregar outros países. Os casos assinalados são apenas dois exemplos de um vasto leque de iniciativas regionais encetadas por vários Estados para combater o crime organizado.

“Nonetheless, on the whole, such efforts remain limited or uneven, often without clear prioritization and minimal national ownership. They have yet to inspire a broader pan-Atlantic architecture.”<sup>60</sup>

Assim, e tendo em consideração o acima descrito, considera-se pertinente a criação de um Fórum de Segurança Atlântica que tenha como objetivo o estabelecimento de esforços a uma escala atlântica que promovam a segurança na região em questão. O estabelecimento deste fórum contaria com a base existente de mecanismos regionais aperfeiçoando-os mediante a inclusão de serviços secretos comuns, serviços de vigilância, meios de combate a atividade marítima ilícita, tais como tráfico de droga, de armas ou de pessoas e o fortalecimento de acordos de colaboração entre os Estados atlânticos.

---

<sup>59</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág 27

<sup>60</sup> Idem, pág. 29

“Such networks could be informed by a few basic principles: agreement on military restraint; commitment to keeping sea lanes and sea lines of communication open; regular consultations on security challenges; and appropriate action against common threats such as trafficking, transnational organized crime, piracy, terrorism and natural disasters.”<sup>61</sup>

Convém salientar a importância assumida pelo reconhecimento das ameaças existentes, e da respetiva abrangência, de forma a elaborar planos de ação para diminuir as vulnerabilidades e, conseqüentemente, o impacto das ameaças.

Neste sentido, considera-se pertinente o estabelecimento de um aturado trabalho específico para cada país ou região afetada, em função das especificidades de cada uma, evitando visões generalistas e aplicações de medidas de larga escala, uma vez que apesar da fragilidade estatal ser uma característica comum a alguns países africanos, poderá apresentar diferentes facetas e manifestar-se de variadas formas.

Poderia, ainda, considerar-se a criação de uma plataforma de gestão do Atlântico, com funções de conciliação das questões de segurança com os imperativos comerciais no que concerne aos sistemas de movimento do Atlântico, nos quais se incluem o transporte marítimo, aéreo, e do ciberespaço. Tal esforço pode melhorar a cooperação entre as partes interessadas públicas e privadas e servir potencialmente como um precursor para um quadro mais ambicioso de governança global.

Em suma, pode afirmar-se que em virtude da natureza transnacional das ameaças à segurança descritas acima terá que se enveredar pela implementação e fortalecimento de mecanismos regionais aptos a trabalhar as especificidades das suas áreas de jurisdição não descurando a cooperação com outros mecanismos regionais. A título de exemplo, pode citar-se o Brasil que, ao ser o país com a maior costa litoral do Mundo, tem desenvolvido inúmeros mecanismos domésticos e regionais com o intuito de estabelecer uma cooperação com os seus países vizinhos de modo a promover uma luta eficaz contra o crime organizado.

O estabelecimento destas parcerias regionais poderá ser particularmente útil, uma vez que os países latino americanos detêm uma considerável experiência no que concerne

---

<sup>61</sup> Idem, pág. 29

à luta contra o crime organizado que poderá ser partilhada com os países africanos e não possuem o peso colonial acarretado pelos Estados Europeus.

Estas posições vêm reforçar o que está exposto na Carta de Princípios orientadores para a prevenção e repressão do crime organizado<sup>62</sup>, a qual alerta para a necessidade de ações de sensibilização e mobilização efetiva atuando de uma forma preventiva na luta contra o crime organizado. Não obstante estas ações, refere ser igualmente necessário promover-se estudos aprofundados sobre o impacto destas atividades ilícitas e sobre a sua origem, não descurando uma melhoria substancial da justiça através do encorajamento de uma legislação penal eficaz e abrangente, consubstanciada por uma investigação eficiente mediante a utilização de novas tecnologias, que poderiam ser utilizadas na interceção das comunicações, na localização de meios de transportes e pessoas e nas transferências financeiras.

Mais uma vez, e reconhecendo a existência de uma ameaça global, a cooperação internacional é, mais uma vez, indicada como o caminho correto uma vez que só mediante trocas de informações interestatais, ao abrigo de novos acordos de cooperação, se poderá combater eficazmente este flagelo mundial e no caso em questão atlântico.

### **Promoção De Uma Cultura De Legalidade E De Uma Governação Democrática**

No que concerne a uma cultura de legalidade e partindo do princípio que o tema é suscetível de debate, pode afirmar-se que esta se baseia na proteção individual de interferências arbitrárias e imprevisíveis e que limitam os direitos e interesses vitais de cada cidadão. Esta proteção individual será consubstanciada mediante uma delimitação das funções do Estado para que o poder deste seja colocado em prática através de regras claras supervisionadas por tribunais imparciais.

A emergência de atividades ilícitas conduz à proliferação de economias paralelas e consequentemente potencia o surgimento de um Estado fraco, uma vez que os efeitos desta ilicitude se afiguram de enorme complexidade.

De entre as ameaças mais graves provocadas por economias ilícitas pode destacar-se a integração de políticos corruptos nas fileiras das organizações criminosas, minando o

---

<sup>62</sup> Carta de Princípios orientadores para a prevenção e repressão do crime organizado Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-CoopInt-PrCrimeOrganizado-LXXIX.html> consultado em 15.12.2014

processo democrático e a diminuição da capacidade investigativa e judicial na proporção inversa ao crescimento e consolidação dos prevaricadores promovendo a impunidade.

Convém salientar que, a prática desta economia ilícita gera emprego, podemos citar a título de exemplo a mão-de-obra utilizada no cultivo de droga, que apresenta efeitos económicos consideráveis e que são potenciados por uma enorme rentabilidade, difícil de obter em outras atividades económicas o que dificulta o abandono, por parte das populações, destas atividades ilícitas.

Por outro lado, e tendo em consideração que este tipo de economia apresenta uma maior facilidade de implementação em Estados fracos, as atividades em questão propiciam às populações, as condições de vida básicas e promovem a segurança das zonas em questão, suprindo desta forma as necessidades que não são colmatadas por quem de direito, ou seja o Estado. Perante esta situação, muitas vezes a intervenção do Estado para tentar por cobro a estas atividades económicas é percecionada pelas populações, como sendo uma ação contrária aos interesses da própria população.

Os países do Atlântico, constituem, presentemente, uma região que denota um particular interesse na promoção da liberdade, eficiência dos mercados e do respeito pela dignidade humana.

Tal facto pode ser comprovado através da comparação das políticas encetadas pelos países atlânticos com as políticas existentes na região asiática pouco condizente com o cumprimento dos direitos humanos. Este aspeto, apesar de ainda necessitar de uma clara intervenção, em alguns países atlânticos, pode-se afirmar que, nos países da bacia atlântica, regista-se uma preocupação crescente com a dignidade humana e com os princípios democráticos.

Este é um facto particularmente importante uma vez que:

“A growing commitment to democratic norms and practices, however, offers a foundation upon which established and emerging powers alike can bolster weak democracies susceptible to organized crime cartels or terror networks”<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág. 31

A inexistência de um Estado forte, respeitador dos princípios democráticos e da dignidade da vida humana, potenciará o surgimento de redes criminosas e corruptas que tentam suprir as necessidades sentidas pela população e cujo Estado não consegue satisfazer. Nestas zonas onde muitas das vezes o Estado não chega, assistimos a uma disseminação da pobreza, da marginalização política e social, de economias ilícitas e da promoção de uma cultura de ilegalidade que mina a coesão económico-social e o desenvolvimento humano. Para o crescimento desta realidade muito contribui a impunidade que se assume como um fator crítico para o declínio de uma cultura de legalidade que se pretende instalar.

Desta forma, é essencial que sejam adotadas estratégias que fomentem uma cultura de legalidade e que inculquem nas populações o sentimento de que o respeito e cumprimento das leis promovem a justiça social, o desenvolvimento humano e combatem a pobreza.

Não obstante a dificuldade de implementação destas medidas, tendo em conta a necessária mudança de mentalidades, os exemplos de Palermo (Itália), Pereira (Colômbia) ou Monterrey (México), que demonstraram ser possível efetivar uma mudança cultural em sociedades onde o crime organizado, corrupção e a violência estavam plenamente enraizadas, poderão servir de rampa de lançamento para uma alteração de paradigma.

Um dos caminhos que terá necessariamente de ser trilhado prende-se com o fortalecimento das ligações entre o Estado e as suas áreas mais suscetíveis ou dependentes das economias ilícitas. Para a prossecução destes intentos será fundamental assegurar que as populações destas regiões compreendam que os comportamentos desviantes da sociedade serão alvo de punição, contudo os Estados não poderão descurar a criação de condições económicas, políticas e sociais consistentes com as necessidades das populações para que estas consubstanciem o pleno cumprimento das leis vigentes.

O fortalecimento destes princípios e a comunhão dos mesmos entre os países atlânticos contribuirá para uma consolidação das relações interestatais originando, desta forma, uma relação mais sadia no seio do Atlântico.

“The more united, integrated, interconnected and dynamic the Atlantic Hemisphere, the greater the likelihood that emerging powers will rise within this order and adhere to its rules. The looser or weaker those bonds, the greater the likelihood that emerging powers will rise within this order and adhere to its rules. The looser or weaker those bonds are,

the greater the likelihood that rising powers will challenge this order. In this sense more effective 21st century global governance is likely to depend on a more effective—and thus redefined—Atlantic Community.”<sup>64</sup>

Assim, na presente área temática o livro branco enaltece, mais uma vez, a importância de se estabelecer uma cooperação entre os países atlânticos tendo por base uma crença comum na difusão dos princípios da democracia, respeito pela vida humana e pela legalidade das normas jurídicas.

De forma a consubstanciar-se o supracitado, poder-se-ia criar um mecanismo atlântico de revisão de pares onde a experiência dos líderes que participaram na *African Peer Review*<sup>65</sup> fosse tida em conta e divulgada entre todos.

Neste sentido, recordamos que a *African Peer Review*, estabelecida em 2003 pela União Africana, apresentava como objetivos a adoção de políticas e procedimentos que conduzissem a uma estabilidade política, crescimento económico e desenvolvimento sustentável através da partilha de conhecimentos, entre os vários países membros, de mecanismos eficazes e a identificação de lacunas.

Concomitantemente, poderia ser particularmente interessante, criar pequenas equipas de trabalho constituídas pelas eminentes personalidades que contribuiriam para o livro branco e por relevantes peritos internacionais que se comprometessem a trabalhar para a criação e reforma de políticas direcionadas para a bacia atlântica.

A promoção de uma cultura de legalidade é, indubitavelmente, um dos maiores desafios que a Justiça e o Estado de Direito enfrentam atualmente, uma vez que a ausência desta cultura potencia exponencialmente os índices de criminalidade- já que perante estas situações os cidadãos sentem-se compelidos a resolver as questões pendentes através de meios menos lícitos. Neste sentido, urge apostar-se na educação, não só de crianças e jovens mas também de adultos, onde se ressalve a importância dos direitos e deveres dos cidadãos, desenvolvendo convicções profundas sobre a responsabilidade individual e coletiva dos cidadãos.

---

<sup>64</sup> **A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action**, Atlantic Basin Initiative, Center for Transatlantic Relations, Johns Hopkins University, Washington DC 2014, pág.32

<sup>65</sup> African Peer Review Mechanism disponível em <http://aprm-au.org/>

Contudo, convém salientar, que só se poderá esperar pelo cumprimento da legalidade após a implementação de medidas de largo espectro nas sociedades que incluam, para além da vertente educativa, uma compreensão do sistema político, administrativo e judicial efetivando-se mediante uma aproximação à comunidade nacional.

Neste sentido, a promoção da justiça e o respeito pela liberdade pessoal assumem-se como fatores essenciais devendo, estes, serem alcançados por intermédio de leis estruturadas segundo os direitos morais e os deveres comuns a toda a sociedade e que são resultantes de um compromisso manifesto entre cidadãos e entidades oficiais, para o cumprimento das leis.

Perante o supracitado, pode referir-se que o respeito do cidadão para com o Estado e deste para com o cidadão será a chave para a questão que aqui se apresenta, uma vez que este é um passo fundamental para se alcançar um desenvolvimento social e civil ordenado e em conformidade com os princípios de legalidade nos comportamentos de índole individual e coletivos.

Em suma, pode concluir-se que a prossecução de uma cultura de legalidade e o cumprimento de princípios legais norteadores das instituições nacionais não poderão ser consubstanciadas devidamente se o panorama sociopolítico não o suportar.

## CAPÍTULO 3

### AÇORES: DA ULTRAPERIFERIA EUROPEIA PARA O CENTRO DA COMUNIDADE ATLÂNTICA

*“Realmente, os Açores constituem o arquipélago mais isolado do Atlântico, quase equidistante da Europa e da América do Norte, compondo a primeira fronteira externa do espaço comunitário do Atlântico Norte. Não há dúvida que uma das formas de Portugal se poder afirmar no plano internacional, é, pois, através do poder que lhe advém do seu posicionamento internacional, e que lhe é concedido pelo alto valor estratégico das suas posições no Atlântico, designadamente, pelo arquipélago dos Açores.”*

*Jorge Medeiros*

## **AÇORES: DA ULTRAPERIFERIA EUROPEIA PARA O CENTRO DA COMUNIDADE ATLÂNTICA**

Perante tudo o que foi referido até ao momento e tendo em conta que o presente trabalho foi desenvolvido no âmbito de um Mestrado ministrado pela Universidade dos Açores, crê-se ser fundamental abordar a questão do posicionamento açoriano no paradigma que aqui se apresenta.

Desde o século XV, período em que se iniciou a época dos Descobrimentos, que Portugal tem adotado uma política externa de cariz marcadamente euro-atlântica sem, contudo, negligenciar a sua condição de país europeu.

“O diálogo atlântico não é incompatível com o diálogo europeu. Portugal é uma porta atlântica da Europa, e não tem que renunciar a nenhum dos lados de abertura desta porta. Durante séculos fomos a cara da Europa pelo mundo que descobrimos. Levámos a Europa, de que éramos parte, aos quatro cantos do Mundo. E trouxemos o Mundo novo à Europa. Nunca tivemos que abdicar do mar para sermos europeus, nem abdicar de ser europeus para sermos marítimos e marinheiros. No entanto o Atlântico configura-nos especificamente como europeus. Pertencemos à Europa Atlântica e, como tal, estamos vocacionados para desempenhar no interior da Europa, uma especial missão. O rosto com que a Europa fita o Mundo é Portugal, na expressão conhecida de Fernando Pessoa.”<sup>66</sup>

Este facto confere ao arquipélago dos Açores uma importância vital na prossecução desta política externa em virtude da sua posição geoestratégica, uma vez que esta se tem constituído como uma área de inesgotáveis contributos históricos, económicos, científicos e militares ao longo dos últimos séculos.

Pode afirmar-se que a posição geográfica do arquipélago dos Açores confere a Portugal uma profundidade a ocidente, que não detém a oriente, e que estende o território nacional e europeu estabelecendo fronteira com o continente norte-americano.

---

<sup>66</sup> BRAGA DA CRUZ, Manuel, **Portugal, a Europa e o Atlântico**, Alétheia Editores, Junho de 2014, pág.8,9

“Dos Açores fazem parte nove ilhas e alguns ilhéus, divididos em três grupos: ao Grupo Ocidental pertencem as ilhas do Corvo e das Flores; ao Grupo Central, as ilhas da Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Faial e ao Grupo Oriental as ilhas de S. Miguel, Santa Maria e os ilhéus das Formigas. No seu conjunto, os Açores estendem-se por cerca de 600 km, no sentido Noroeste - Sueste, entre as latitudes Norte de 36° 55´ e de 39° 43´ e entre as longitudes de 25° e de 31° a oeste de Greenwich, situando-se sensivelmente a Oeste do Cabo da Roca, a cerca de 1.200 km do continente português e a cerca de 3.400 km de Nova Iorque. Com uma faixa costeira de 844 km, tem uma superfície total de 2.304,48 km<sup>2</sup>, em que a ilha com maior superfície é a de S. Miguel (749 Km<sup>2</sup>) e a de menor é a do Corvo (17 km<sup>2</sup>).”<sup>67</sup>

A História de Portugal encontra-se polvilhada de factos e dados que consubstanciam a importância e a influência arquipelágica destes nove “torrões de terra” no meio do Atlântico plantados e que colocaram, por mais do que uma vez, terras lusitanas em lugar de destaque na senda política internacional.

“Realmente, os Açores constituem o arquipélago mais isolado do Atlântico, quase equidistante da Europa e da América do Norte, compondo a primeira fronteira externa do espaço comunitário do Atlântico Norte. Não há dúvida que uma das formas de Portugal se poder afirmar no plano internacional, é, pois, através do poder que lhe advém do seu posicionamento internacional, e que lhe é concedido pelo alto valor estratégico das suas posições no Atlântico, designadamente, pelo arquipélago dos Açores.”<sup>68</sup>

Não sendo pretensão deste trabalho analisar factos amplamente conhecidos e outrora aprofundados por outros autores, considera-se pertinente lembrar o reconhecimento da relevância açoriana, nomeadamente nas afirmações de Lord

---

<sup>67</sup> ESCORREGA, Major Luís Carlos Falcão, Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Actual Contexto Estratégico, Revista Militar, 2497/2498 - Fevereiro/Março De 2010 disponível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=557](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=557) consultado em 03 março 2015

<sup>68</sup> MEDEIROS, Jorge, A primeira fronteira externa do espaço comunitário, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pp 29-33

Rotermere, por exemplo, no *Daily Mail*, onde referia que a importância que Gibraltar, Cabo e Singapura juntos tinham não alcançava a detida pelos dos Açores, ou a afirmação de Roosevelt de que o apoio à base aeronaval sediada em Ponta Delgada em 1917 foi muito mais importante do que a própria participação militar portuguesa. O mesmo Roosevelt, em 1940, deu a entender que não seria descabido estender a doutrina Monroe de modo a incluir estas ilhas atlânticas caso a soberania portuguesa se encontrasse em perigo.

“Would the islands of the Azores still fly the flag of Portugal after five centuries? You and I think of Hawaii as an outpost of defense in the Pacific. Yet the Azores are closer to our shores in the Atlantic than Hawaii is on the other side”<sup>69</sup>

A posição geoestratégica açoriana assumia importância tal, no decurso da Segunda Guerra Mundial, que levou inclusive os Estados Unidos a equacionar a ocupação deste arquipélago pela força, caso lhes fosse negada a concessão de facilidades no meio do Atlântico, como podemos constatar ao analisar o relatório do *Joint War Plans Committee* datado de 16 de Maio de 1943, intitulado *Seizure or Peaceful Occupation of the Azores*, desclassificado em 21 de maio de 1973 e que consta na biblioteca do ex Presidente dos EUA, Franklin Delano Roosevelt.

“A peaceful utilization of the Azores as an air and naval base would be preferable to an occupation by force. If peaceful negotiations should fail, preparations must be complete for an immediate occupation by force.”<sup>70</sup>

Não obstante tratar-se apenas de um facto histórico, este serve para demonstrar o reconhecimento da real importância deste arquipélago, que desde sempre foi um aspeto diferenciador não só para a Região mas para o próprio país tal como afirmou Fausto Brito e Abreu, Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia, em entrevista:

---

<sup>69</sup> ANDRADE, Luís op. cit. Armindo Monteiro, **Neutralidade Colaborante**, Ponta Delgada, 1993

<sup>70</sup> *Seizure or Peaceful Occupation of the Azores*, Relatório do Joint War Plans Committee, 16 de maio de 1943 disponível <http://www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0055.pdf> consultado em 29 de Dezembro de 2014

“Nós como região e nós como país aproximamo-nos de muitos países (...) é algo que é um aspeto diferenciador por causa desta dimensão insular.”<sup>71</sup>

Todavia, é este mesmo aspeto diferenciador, enformado pela insularidade, que condiciona e obsta muitas vezes ao normal desenvolvimento dos Açores uma vez que a sua posição geográfica remete este arquipélago para a periferia da Europa. É com base nesta particularidade que, com a adoção do ponto 2 do artigo 299 do Tratado de Amesterdão, atual 349 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que é concedido aos Açores o estatuto de Região Ultraperiférica (RUP), juntamente com outras regiões europeias que apesar de terem o seu território situado em zonas do planeta distantes do continente europeu veêm o acervo comunitário plenamente aplicável ao seu território. Contudo, devido às especificidades apresentadas as políticas da UE tiveram de ser adaptadas à sua situação especial.

No artigo em questão, pode constatar-se que as RUP's sofrem uma discriminação positiva no que concerne às políticas aduaneira e comercial, política fiscal, zonas francas, agricultura, pescas, auxílios estatais, condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da União.

Todavia, apesar de todas as condicionantes que limitam estas regiões tem-se desenvolvido nas RUP um trabalho de considerável qualidade no que respeita às áreas de energia sustentável, investigação marítima, saúde e biodiversidade levando inclusive a que a UE proponha alterar a designação de regiões ultraperiféricas para regiões de oportunidade tendo em conta o enorme potencial que encerram em si.

No seguimento desta linha de pensamento, concernente às vantagens competitivas que os Açores apresentam, segundo o Dr. Mota Amaral em entrevista:

“A nossa posição mais destacada é a nossa posição geográfica, que é inquestionável, basta olhar para um mapa para ver como estamos situados numa zona crucial e esta importância não é só para os momentos de conflito como os que aconteceram no século XX, onde os Açores tiveram um papel decisivo e tendo sido culminado com presença militar nas nossas ilhas na altura. Para além disso temos que avançar, e

---

<sup>71</sup> BRITO E ABREU, Fausto, Entrevista concedida via telefone no dia 29 de maio de 2015, Anexo II

temos avançado, com a investigação científica, nomeadamente através do Departamento de Oceanografia e Pescas que tem feito um trabalho muito importante, que deve ser valorizado, apresentando estudos muito aprofundados nas matérias a que se dedica.

Para além disto não nos podemos esquecer que não obstante a redução da operação militar da base das lajes temos as infraestruturas e o binómio aeroporto/porto que confere um elemento de valor que pode servir para qualquer atividade nestes domínios.”<sup>72</sup>

Posição idêntica é partilhada pelo atual Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas que exalta a posição geoestratégica da Região enaltecendo as potencialidades que dela advêm:

“...estas perspetivas, que são reais e concretas, na potencialidade, desde logo da situação geoestratégica, e isto não são apenas palavras bonitas, tem a ver com questões logísticas das infraestruturas, com a localização no meio do Atlântico com excelentes infraestruturas portuárias e aeroportuárias. O facto de os Açores poderem ser plataformas logísticas, não apenas nas ligações marítimas, mais do que as aéreas atualmente, entre a Europa e os Estados Unidos aliadas ao alargamento do Canal do Panamá, o aumento das trocas comerciais no âmbito dos acordos com os E.U.A e Canadá, no âmbito da revolução energética com a possibilidade da viragem da Europa, uma vez mais, para Ocidente diminuindo a sua dependência energética em relação à Rússia. Com o papel que os Açores poderão desempenhar no abastecimento de navios com combustíveis mais amigos do ambiente, como o gás liquefeito, com o projeto Costa que está a ser desenvolvido na Praia da Vitória, a parte da investigação científica que está a ser realizado na área marítima como plataforma de acesso, não apenas à sua descoberta, mas à sua própria “exportação”.”<sup>73</sup>

---

<sup>72</sup>MOTA AMARAL, João Bosco, Entrevista realizada nas instalações da Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada no dia 09 de março de 2015 Anexo I

<sup>73</sup> OLIVEIRA, Rodrigo, Entrevista concedida nas instalações do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas no dia 09 de junho de 2015, Anexo III

Não obstante a geografia afirmar-se como uma poderosa mais-valia para os Açores, há que saber ir um pouco mais além, há que saber ultrapassar o determinismo geográfico e potenciar o percurso histórico que estas ilhas construíram com as suas gentes, nomeadamente com a teia de emigração que foi estendida, particularmente, para a América do Norte e Brasil.

Convém salientar que a considerável comunidade luso-descendente presente nestes locais confere aos Açores um certo estatuto, demarcando-se das restantes RUP'S, uma vez que estas comunidades potenciam fortes laços de solidariedade e amizade que ainda se fazem sentir de forma cada vez mais presente.

Os Açores, indelevelmente, deixam a sua marca nos quatro continentes em questão na Bacia Atlântica, após as referências à sua presença no que às Américas diz respeito, e à óbvia matriz europeia que apresenta, convém realçar que o arquipélago desenvolve particulares relações com países africanos, nomeadamente com Cabo Verde através da inclusão da região na Macaronésia que se assume como uma região biogeográfica que compreende os arquipélagos dos Açores, da Madeira, das Canárias e de Cabo verde.

Desta feita, pode concluir-se que, tendo em conta o paradigma em estudo no presente documento, os Açores reúnem todas as condições para se assumirem como o coração de uma Comunidade Pan Atlântica em virtude das intrincadas relações que mantém com os quatro continentes abrangidos pela Bacia Atlântica.

## **Atlântico: A Herança Açoriana**

Perante os factos acima descritos e tendo em conta a localização geográfica do arquipélago dos Açores, facilmente se reconhecerá a importância que o Atlântico assume para esta região.

“ O mar é a verdadeira casa de todos os açorianos. É onde estamos e é também o lugar de onde vemos o mundo.

O contexto geográfico destas ilhas colocou-nos no centro de múltiplas problemáticas relacionadas com o mar desde a nossa descoberta e povoamento. Fomos porto de abrigo nos primórdios da navegação transcontinental, palco dos primeiros passos da investigação oceanográfica internacional, através de explorações científicas conduzidas pelo príncipe Alberto I do Mónaco, e elo de ligação entre a Europa e a América do Norte, nas comunicações, nos transportes e na indústria baleeira e mercante.”<sup>74</sup>

Os açorianos têm esta consciência e reconhecem a enorme importância que o mar assume para a região, estabelecendo com o mesmo uma estranha relação, ora marcada pela apreensão ora marcada pela serenidade e alegria, proveniente do sustento que este propicia a quem se dedica à sua exploração.

O mar dos Açores encerra um enorme potencial económico para as suas gentes contudo, este paradigma tem conhecido ligeiras alterações fruto das circunstâncias que têm surgido.

O mar continua a assumir-se como um enorme motor económico, capacidade que lhe advêm da pesca comercial, da observação turística de cetáceos e aves marinhas, *snorkeling*, mergulho com tubarões e investigação científica, papel que tem sido assumido com enorme sucesso pela Universidade dos Açores.

Este enorme mar salgado que circunda, mas não limita, estas nove ilhas confere ao seu povo uma consciência ambiental que consubstancia o reconhecimento do mar enquanto garante essencial da qualidade de vida no planeta não só enquanto potencial fonte de energia mas sim enquanto principal fonte estabilizadora do clima mundial. Esta

---

<sup>74</sup> CÉSAR, Carlos, O legado de Roosevelt: o passado e os desafios do presente **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pág 23

consciência não poderá ser dissociada de uma perspectiva cultural intrinsecamente enraizada no povo português em geral e na população açoriana em particular outorgando, desta forma, um carácter eminentemente marítimo no que à cultura regional diz respeito.

“O Arquipélago dos Açores é atualmente um território reconhecido pelo elevado nível de qualidade ambiental. Nos últimos quatro anos foram criados nove Parques Naturais e um Parque Marinho que agregam a gestão de todas as zonas determinantes para a conservação da natureza do arquipélago. (...) O Parque Marinho começa a estruturar-se como a entidade que gere, de facto, as enormes áreas marinhas protegidas do mar dos Açores. Uma destas áreas, chamada de Crista Médio Atlântica a Norte dos Açores, por si só, compreende uma área maior que Portugal Continental. A monitorização e fiscalização de áreas tão extensas e distantes obriga ao recurso a aproximações imaginativas e tecnologicamente avançadas”<sup>75</sup>

Esta monitorização e fiscalização, assumem-se de extrema importância na defesa de uma herança que se quer comum e que deverá ser perspectivada de uma forma ampla e inclusiva através da adoção de políticas conjuntas entre várias instituições e departamentos nacionais e internacionais. Todavia, as parcerias a adotar não se poderão circunscrever à monitorização e fiscalização, terão que abarcar, igualmente a exploração, evitando uma desproporcionalidade entre o muito que possuímos e o pouco que fazemos elegendo, desta forma, o mar como principal ativo do país e fator de real afirmação internacional.

“mais do que pela força das armas e pela consciência ecológica, a defesa e a valorização dos oceanos radicam no progresso do conhecimento. Neste particular, às instituições de ensino superior e de investigação científica cabe uma missão essencial, quando o domínio das ciências do mar equivale à possibilidade de uma participação mais efetiva na definição dos destinos do mundo. Considerando que só se

---

<sup>75</sup> Programa do XI Governo, págs 54 e 55 disponível em [http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta\\_Programa\\_XIGRA.pdf](http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta_Programa_XIGRA.pdf) consultado em 10 de janeiro de 2015

protege aquilo que de facto se conhece, educar, investigar e inovar são prioridades do desenvolvimento da economia do mar.”<sup>76</sup>

Esta realidade confere aos Açores um papel de relevo não só a nível nacional mas igualmente a nível internacional uma vez que:

“As ilhas e o ambiente marinho submerso que as circunda são de grande interesse biológico e geológico e, assim, de considerável interesse para a economia e para o desenvolvimento sustentável”<sup>77</sup>

O autor em causa especifica ainda que:

“Dada a diversidade de *habitats*, como os montes submarinos, os campos hidrotermais de baixa e de grande profundidade, onde ocorrem organismos extremófilos, os recifes e jardins de corais frios, os ambientes pelágicos com grande diversidade de cetáceos, e grandes peixes, etc, os Açores constituem um laboratório natural marinho com interesse para o desenvolvimento da investigação científica e de diversas atividades económicas”<sup>78</sup>

Perante este cenário, e fazendo jus aos seus antecedentes históricos marítimos que elevaram Portugal à condição de potência mundial, considera-se pertinente continuar a seguir o caminho marítimo dotando-o de um cariz diferente do outrora adotado aquando da expansão portuguesa:

“Numa altura em que Portugal atravessa uma das maiores crises da sua história, com a sua soberania hipotecada, e o seu projeto de integração europeia em risco de descambar no maior equívoco estratégico da sua multissecular história, não causa surpresa que o apelo do mar se faça sentir de novo.

---

<sup>76</sup> FREITAS DE MENESES, Avelino, O Mar: espólio do passado a promotor do futuro, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pág. 262

<sup>77</sup> SERRÃO SANTOS, Ricardo, O mar dos Açores: diversidade de habitats, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pág. 216

<sup>78</sup> Idem pág.219

Pode parecer paradoxal, mas a verdade é que, nesta altura de fraqueza estratégica, Portugal encontra em torno do mar condições subjetivas, de recursos científicos e «capital humano», como desde há muitos séculos não se encontravam reunidos. Com efeito, Portugal regista uma convergência acentuada entre intenções e meios para as realizar. Temos uma comunidade científica ligada ao mar que conta mais de três mil elementos, entre os quais 800 doutorados. Contamos com cerca de duas dezenas de instituições dedicadas à pesquisa científica, entre laboratórios de estado, laboratórios associados, centros de investigação. Entre navios e outros equipamentos, o país pode explorar a sua ZEE até aos seis mil metros de profundidade. Sucessivos governos têm produzido orientações convergentes no sentido de tornar o mar um grande objetivo unificador dos portugueses no longo prazo. Diferentes sectores da economia, desde a indústria aos transportes, passando pela energia e comércio, têm manifestado a sua predisposição para aderirem como partes ativas a este objetivo”<sup>79</sup>

Desta feita, e tendo em conta, a enorme importância que o mar, Atlântico, detém no novo paradigma de Comunidade Atlântica e nas relações transatlânticas, uma vez que o mar é um meio de engrandecimento dos Estados, que tem sido alvo de estudo e explanado no presente trabalho, pode perspetivar-se um papel de enorme relevância para os Açores em virtude da sua centralidade atlântica no seio da referida Comunidade.

Os oceanos, em particular o Atlântico, são encarados como um fator propulsor de desenvolvimento em pleno século XXI

“Os oceanos e o mar representam um recurso potencial, sobretudo se a âncora for o conhecimento científico. Representam uma oportunidade de futuro e de desenvolvimento. E hoje, mais do que nunca, precisamos de nos concentrar numa ideia de futuro, numa ideia de desenvolvimento para o país.”<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> SOROMENHO-MARQUES, Viriato, O mar como desafio para a unidade das Ciências, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pág. 200

<sup>80</sup> RODRIGUES, Maria de Lurdes, O mar como âncora do conhecimento e do desenvolvimento, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pp11-13

Esta posição é igualmente defendida pelo atual Secretário Regional do Mar Ciência e Tecnologia que reconhece, e enaltece, a importância que o Mar possui em pleno século XXI não só como fonte de obtenção de recursos mas, também, como território:

“O facto, de claramente no decorrer deste século, estar previsto o desenvolvimento da exploração do mar como território, o que já está a ser feito com esta extensão da jurisdição nacional sobre a plataforma continental (...) a nossa região representa 2/3 do mar português e portanto a Região, neste contexto internacional de expansão deste território marinho, tem interesse e assume um papel de exemplo e um papel importante para o país e para o seu próprio desenvolvimento. Isto no contexto em que no Atlântico detetam-se recursos de elevado valor e que no decorrer deste século terão importância geoestratégica e económica num Mundo com escassez de matérias-primas, com cada vez mais pessoas e com mais atividade económica e portanto os recursos dos fundos marinhos são cobiçados e geram interesse por parte de muitas potências industriais e a região poderá tirar valor da exploração destes recursos e tornar-se numa região com importância geopolítica no contexto do desenvolvimento desta comunidade Atlântica exportando depois *know how* e melhores táticas, desde tecnologias para explorar determinado tipo de recursos energéticos no mar profundo, biotecnologia marinha ou até mesmo aspectos mais administrativos de como organizar o nosso mar, ordenamento do espaço marítimo, licenciamento que possam ser exportados como *know how*, e que tenha sido desenvolvido por nós, para outras partes do Atlântico.”<sup>81</sup>

---

<sup>81</sup> BRITO E ABREU, Fausto, entrevista concedida via telefónica no dia 28 de junho de 2015, Anexo II

## Modelo De Energia Açoriana

O paradigma energético mundial encontra-se em plena deslocação do Médio Oriente para o Atlântico, facto que influenciará a conjuntura económica tal como hoje ela nos é apresentada.

Não obstante as inúmeras descobertas de jazidas de petróleo no Atlântico, que se têm assumido como um fator propulsor desta alteração de padrão, estas não o justificam por si só. Efetivamente, segundo, o ex-reitor da Universidade dos Açores, Professor Doutor Jorge Medeiros:

“O mar possui, pois, um enorme potencial para melhorar as condições de vida da sociedade. À medida que escasseiam os recursos continentais e a tecnologia evolui, a tendência para os países afirmarem cada vez mais os seus interesses estratégicos no mar e nos seus recursos torna-se, pois, mais evidente.”<sup>82</sup>

Em consonância com esta afirmação podemos recuperar uma declaração do ex-presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, aquando do III Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt onde realçava, precisamente, a riqueza presente no Atlântico:

“nos fundos oceânicos que nos rodeiam encontra-se uma riqueza ainda maior, fruto do funcionamento, ao longo de milhões de anos, das fontes hidrotermais e dos processos de deposição oceânica. Falo da presença de sulfuretos polimetálicos, com uma riqueza em cobre (um dos mais cobiçados metais da atualidade) que é mais de uma dezena de vezes superior à dos melhores minerados em terra, a que crescem concentrações muito interessantes, e nalguns casos únicas de muitos metais de grande valor comercial.

No mar dos Açores esta riqueza é potenciada pelas profundidades moderadas ao longo da Crista Média Atlântica e pelas facilidades logísticas conferidas pela proximidade dos nossos portos, o que valoriza

---

<sup>82</sup> MEDEIROS, Jorge, A primeira fronteira externa do espaço comunitário, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pág. 30

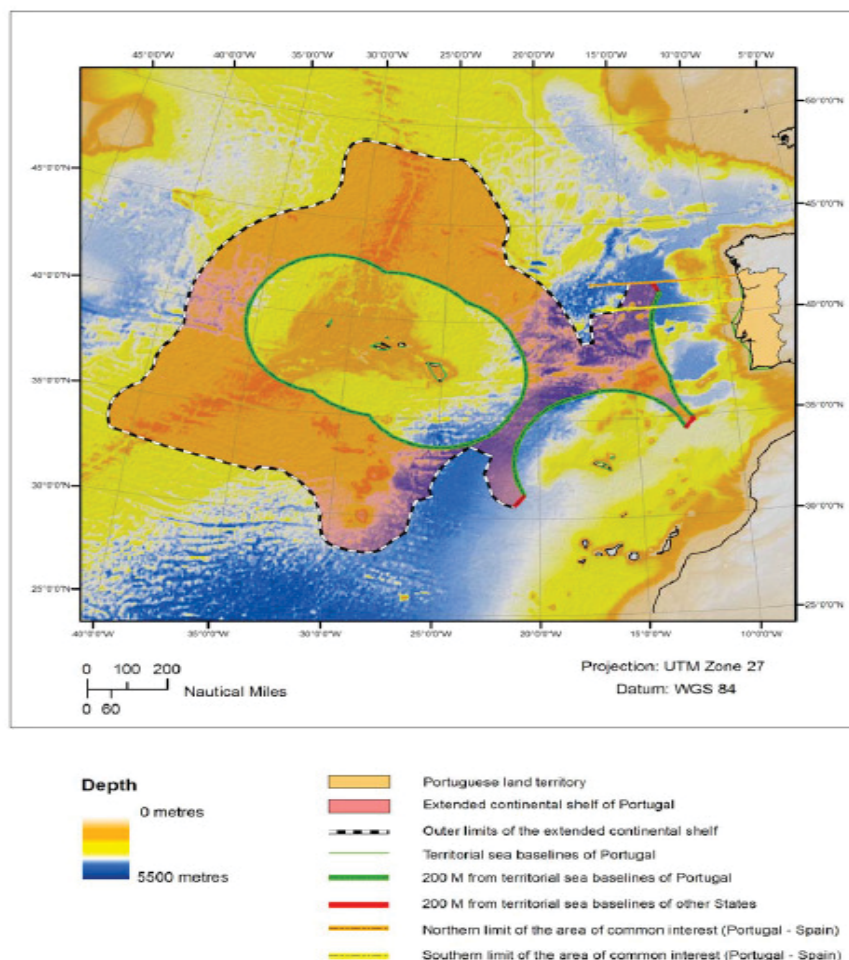
o nosso território em relação a importantes operações de extração mineral. Há ainda que ter em conta a existência de importantes jazidas de hidratos de metano nas zonas abissais que nos rodeiam, uma potencial fonte de energia para o futuro.”<sup>83</sup>

O mar é hoje reconhecidamente, uma fonte de recursos que deve ser explorada de uma forma sustentável de modo a que estes recursos sejam potenciados e geridos sem colocar em risco o ecossistema marinho. Este é, porventura, um dos maiores desafios que os Estados enfrentam presentemente uma vez que a escassez de combustíveis fósseis fomenta a corrida para os oceanos na esperança de se descobrirem matérias-primas de elevado valor económico ou de se promoverem alternativas energéticas, as chamadas energias limpas, que possibilitem o Estado em causa assumir um papel de vulto na sua região circundante.

Perante este facto, Portugal detém, inevitavelmente, uma importante palavra a dizer, uma vez que tendo em conta a extensão da plataforma Continental Portugal aumentará a sua área de soberania para o equivalente a 40 vezes o seu território emerso.

---

<sup>83</sup> CÉSAR, Carlos, O legado de Roosevelt: o passado e os desafios do presente, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana pág. 25



**Figure 1 – Map of the outer limits of the extended continental shelf of Portugal.**

Fonte: Continental Shelf Submission of Portugal, Pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea. Disponível em <http://www.emepc.pt/images/stories/PlataformaContinental/sum%E1rioexecutivo.pdf>

Com a extensão da plataforma continental portuguesa, na qual os Açores desempenham um papel fundamental, Portugal reforça a sua posição em matérias relativas ao Mar reforçando a sua importância como nação marítima. Mota Amaral quando questionado se terá Portugal capacidade para tirar os devidos dividendos desta posição respondeu:

“Este é o grande desafio neste momento do nosso país numa altura em que os recursos marítimos assumem um valor novo (...) Portugal tem a parte do leão que é o Mar português conforme se pode constatar pelos mapas que apressadamente estão a ser feitos, o mar dos Açores e este esplêndido isolamento atlântico é uma grande porção desta nova

dimensão de Portugal. Temos capacidades para isso e existem sinais que estão a ser feitas diligências nomeadamente no campo científico e investigação mas é natural que numa primeira fase não tenhamos os recursos tecnológicos e meios financeiros indispensáveis para utilizarmos tudo o que está aqui ao nosso alcance, neste caso temos que colaborar com outros mantendo uma atitude de abertura ao investimento estrangeiro que será atraído pelas oportunidades que advêm das condições geográficas”<sup>84</sup>

Cientes desta realidade e constituindo a energia uma das áreas de investigação com maior potencial e capacidade de projeção a nível europeu e mundial que se consubstanciam, igualmente, através de benefícios socioeconómicos, é uma premissa da Região situar-se na vanguarda no que à sustentabilidade energética diz respeito, podendo almejar que os resultados destas políticas possam potenciar a reprodução dos seus resultados por outras regiões.

No que concerne à temática da sustentabilidade energética, a Região Autónoma dos Açores detém condições ímpares para desempenhar um papel determinante no seio da Comunidade Atlântica através dos seus estudos, estabelecimentos de parcerias e eventualmente acolherem uma eventual sede de energias renováveis/sustentáveis da referida Comunidade.

“Graças a tecnologias recentes, os recursos naturais que possuímos passaram a ter um valor estratégico, até agora impensável, pelo menos no que diz respeito à produção de eletricidade.

Para além da energia hidroelétrica e geotérmica, a energia das ondas, a energia solar e a energia eólica são exemplos do que já hoje podemos considerar como fontes de energias credíveis. Além da sua crescente rentabilidade elas possuem qualidades inquestionáveis, são amigas do ambiente e inesgotáveis, sendo recursos seguros e abundantes num país como o nosso”<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> MOTA AMARAL, João Bosco, Entrevista realizada nas instalações da Delegação da Assembleia Legislativa Regional em Ponta Delgada no dia 09 de março de 2015 Anexo I

<sup>85</sup> FREITAS, Duarte, Freitas, Duarte, Sem (petr)óleo na engrenagem **Os Açores e a Europa**, 2009, pag. 192

Neste sentido, partilha-se a ideia defendida pelo cientista Carlos Fiolhais, expressa no diário Açoriano Oriental do dia 26 de março de 2015:

“Os Açores são um sítio único no Mundo, são um laboratório natural: de sismologia, de vulcanologia, de meteorologia, de recursos marinhos, de biodiversidade. Há condições para colocar aqui um centro mundial ativo nestas áreas, mas para isso é necessária diplomacia científica de Portugal e da Europa com os Estados Unidos. Os Açores estão a meio caminho entre o Novo e o Velho Continente. A Ciência pode não ser o único fator de desenvolvimento mas deve ser um fator a considerar entre outros assegurando emprego a pessoas qualificadas e atraindo pessoas de fora. Um grande projeto que exige uma grande visão”<sup>86</sup>

A energia é, indubitavelmente, uma área onde existe já uma produção e um reconhecimento científicos assinaláveis nos Açores, perspetivando-se um enorme incremento do potencial regional tendo em conta as suas características geológicas e geográficas.

A geografia açoriana outorga ao arquipélago o direito de colocar como prioridade o desenvolvimento das energias alternativas como são exemplo a energia das ondas, das marés, térmica, eólica, a geotermia, e a devida exploração dos recursos marinhos, de uma forma sustentada e equilibrada, devendo os:

“Açores beneficiar dos proventos destes recursos, cabendo ao Governos dos Açores, e somente a este, a gestão dos mesmos.”<sup>87</sup>

Efetivamente será fundamental:

“Temos que garantir que estas potencialidades revertam para benefício dos Açores e dos Açorianos, e não estamos a falar nos eventuais recursos que advêm dos impostos mas do aproveitamento dos recursos humanos nas nossas instituições, na nossa Universidade dos Açores, nos

---

<sup>86</sup> FIOUHAIS, Carlos, Entrevista concedida ao diário Açoriano Oriental no dia 26 de março de 2015

<sup>87</sup> Programa do XI Governo Regional dos Açores, pág. 41 disponível em [http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta\\_Programa\\_XIGRA.pdf](http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta_Programa_XIGRA.pdf) consultado em 12 de janeiro de 2015

centros de investigação, nos parques tecnológicos e de ciência que estão a ser desenvolvidos, portanto numa envolvência que permita que estas descobertas e estes desenvolvimentos não sejam apenas de passagem”<sup>88</sup>

Independentemente de ainda vivermos num século marcado pela dependência dos combustíveis fósseis, segundo Fausto Brito e Abreu, esta dependência poderá decrescer a partir de 2050 enquanto recurso energético uma vez que a tecnologia evoluirá para não necessitarmos de queimar petróleo para obter energia, não obstante poder haver uma considerável presença deste recurso no planeta. O governante cita um ministro saudita, para consubstanciar esta ideia, que referiu numa intervenção que:

“a idade da Pedra não acabou por falta de pedras, e com o petróleo, julgo eu, a mesma coisa acontecerá”<sup>89</sup>

Perante esta previsível mudança de paradigma energético, é também da opinião do Secretário que tutela o Mar a Ciência e Tecnologia, que os Açores poderão assumir uma posição de destaque:

“No que se refere à inovação e às energias renováveis os Açores têm de facto bom potencial na área da geotermia, do vento, a solar um pouco menos porque estamos no meio do Atlântico com menos horas de sol porque estamos numa zona mais exposta a nuvens mas que também poderá ser explorada e com a energia das ondas, com elevadíssimo potencial com estruturas *onshore*, como temos uma, que foi histórica, a primeira do país e uma das primeiras no Mundo, no Pico (...) Um aspecto chave, que acho que faz todo o sentido para pequenas comunidades como a que temos aqui, onde temos a desvantagem de ter nove ilhas diferentes com nove redes elétricas autónomas, neste momento, pode ter a vantagem de termos laboratórios de vários tamanhos, com 400 pessoas no Corvo até às 150.000 de São Miguel com redes de diferentes tamanhos (...) penso que temos condições para

---

<sup>88</sup> OLIVEIRA, Rodrigo, Entrevista concedida nas instalações do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas no dia 09 de junho de 2015, Anexo III

<sup>89</sup> BRITO E ABREU, Fausto, entrevista concedida via telefónica a 28 de maio de 2015, Anexo II

ser um laboratório de energias renováveis e depois transmitir estas boas práticas a outras zonas do Mundo”<sup>90</sup>

No âmbito energético, os Açores detêm uma especificidade que se reveste de uma enorme importância e que se prende com a produção geotérmica uma vez que as regiões possuidoras deste recurso poderão produzir incessantemente e a grande escala. Esta produção *non stop* poderá ser armazenada, e posteriormente utilizada em processos industriais ou para os transportes permitindo, assim poupar-se recursos financeiros com a importação de combustíveis fósseis.

Concomitantemente a estes recursos endógenos a Região poderá beneficiar, e potenciar, a sua geografia, algo que é salientado por Fausto Brito e Abreu que defende a utilização de carros elétricos não só por integrarem a denominada economia verde mas por poderem ser, igualmente, uma fonte de rendimento para os proprietários.

“Os carros elétricos são outra dimensão importante porque um carro elétrico pode servir também de bateria porque se estou numa ilha onde faço por dia 10 km e não mais do que isso, eu tenho uma rede viária de 40 Kms na minha ilha, tenho sempre mais independência e mais eletricidade no meu carro do que preciso efetivamente de gastar e isto com contadores e redes inteligentes permite-me usar os carros todos desta ilha como uma super bateria para a ilha ou permite-me, individualmente, vender energia nos períodos em que a energia faz mais falta, o meu carro terá um estabilizador e a EDA compra-me o KW que tenho na bateria do meu carro, isto programa-se numa máquina e eu vendo metade do meu depósito à rede a um preço alto e carrego-o numa altura com tarifa mais baixa e faço alguns euros por dia de negócio como armazenador de energia.”<sup>91</sup>

Perante o supracitado pode concluir-se que os Açores possuem um considerável potencial a nível energético e uma panóplia de soluções que podem, e devem, ser testadas na escala das nossas ilhas uma vez que temos para diferentes escalas diversas soluções.

---

<sup>90</sup> Idem

<sup>91</sup> Ibidem

Esta é, efetivamente, uma situação que já é reconhecida internacionalmente como referiu Rodrigo Oliveira:

“Pela minha experiência quando vamos e lavamos o nome dos Açores aos fora internacionais a área das energias renováveis é de facto uma área de promoção e de visibilidade de trabalho muito interessante que tem sido efetuado nas nossas ilhas não apenas pelas entidades locais mas por todas as entidades que têm interesse nesta área, MIT Portugal, empresas estrangeiras e os próprios projetos em que o Governo participa (...)”<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> OLIVEIRA, Rodrigo, Entrevista concedida nas instalações do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas no dia 09 de junho de 2015, Anexo III

## CAPÍTULO 4

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“(...) A organização do Atlântico Sul requer ainda o convencimento dos Estados negros ribeirinhos de que não é feita contra eles mas sim em favor de todos. (...) só Portugal está indicado para articular o Atlântico Norte com o Atlântico Sul, pertencendo a ambos os Pactos(...)”*

*Adriano Moreira*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a prossecução do presente trabalho promoveu-se uma viagem predominantemente atlântica regressando às origens do que se denomina de Comunidade Atlântica, e que apesar de não estar geograficamente delimitada em nenhum planisfério, está bem presente nos interesses, vivências, mentes e costumes dos povos atlânticos.

Todavia, em virtude da enorme versatilidade a que as relações internacionais estão sujeitas, o conceito de Comunidade Atlântica não poderá ser encarado como algo estanque, imutável.

“Tal como aconteceu depois da 2ª Guerra Mundial, ainda agora a comunidade Atlântica se afirma como a principal das zonas de estabilidade em termos globais, numa parceria que se deve entender a duas vozes (EUA e União Europeia). É essencial rever e reforçar os laços existentes nesta zona básica para a edificação de um novo sistema que acabe por ultrapassar a instabilidade inerente ao mundo apolar que agora começa. A parceria atlântica não só continua mais atual do que nunca, como ainda é o grande eixo que pode estruturar uma futura ordem internacional numa escala global.”<sup>93</sup>

Contudo, a crescente importância atribuída à ascensão da região asiática e do Pacífico desviaram a atenção de uma outra realidade, de contornos fundamentais para as relações internacionais, que se consubstancia pelo próprio recentrar do Atlântico como centro gravitacional do Mundo assumindo o papel que outros, distraídos, asseguram ter sido perdido para o Oriente.

Para os devidos efeitos, o Atlântico ainda detém metade do PIB mundial, a aliança militar mais consolidada a nível mundial, a NATO, e na sua área estão localizados dois BRICS, Brasil e África do Sul bem como países emergentes como o são México, Nigéria e Angola.

Como se estes fatores não fossem, por si só, suficientes, enquanto a Ásia se está a tornar cada vez mais dependente da importação de petróleo e de gás, o Atlântico encontra-se a passar o seu período dourado relativamente ao mercado energético não só

---

<sup>93</sup> TELO, António José, Um Mundo que Mudou, Revista Nação de Defesa nº 120, 3ª Série, 2008, pág.17

devido à descoberta de inúmeras jazidas de petróleo mas também relativamente à revolução de gás de xisto que está a transformar a América do Norte num produtor de excelência no que concerne a este combustível.

Perante esta realidade, a efetivação de uma Comunidade Atlântica deste género alargada ao Hemisfério Sul será um rumo a seguir de forma a evitar um deslocamento geoestratégico para o Oriente. No entanto, não obstante o Atlântico possuir todas as características e especificidades para se afirmar como centro gravitacional mundial, estas terão que ser desenvolvidas e potenciadas de forma a cimentarem esta Comunidade dotando-a de mecanismos eficazes para esta consolidação.

A bacia Atlântica apresenta inúmeras razões para que se proceda ao investimento estratégico em diversas áreas, como a energia e a segurança, mas acima de tudo em investimento que promova a integração e cooperação entre os Estados que a compõem.

A não prossecução de esforços neste sentido assumirá contornos demasiado onerosos para os países do Atlântico Norte em virtude do potencial económico que o Hemisfério sul encerra. Para os países a norte do Equador muito está em jogo e o risco é elevado, o caminho a seguir deverá ser o de incluir para não ser excluído, alterando desta forma o paradigma vigente das relações transatlânticas, que passaram a designar quase exclusivamente relações entre os E.U.A. e a Europa. Perante a franca mutação do paradigma internacional, tendo em conta que a competição entre Estados, outrora, cifrava-se em termos geopolíticos, o futuro indica que esta competição passará a situar-se no domínio geoeconómico.

Certamente que haverá uma certa resistência ao conceito que aqui se apresenta e estuda, principalmente por parte dos países do Hemisfério Sul, até por razões culturais que se prenderão com a possibilidade de estes encararem esta inclusão com uma espécie de neocolonialismo encapotado.

Contudo facilmente constatarão o potencial desta moldura coletiva uma vez que se de um lado está o potencial económico do outro se apresenta o conhecimento e a *expertise* advinda da *praxis* que provêm da liderança mundial, outrora assumida pelo Velho Continente ou pelos E.U.A. pelo que será expectável, e recomendável, uma associação de largo espectro que se consubstancie numa Comunidade pan Atlântica.

Neste sentido escreve, igualmente, João Aranda e Silva:

“(…) o Oceano Atlântico, não obstante a histórica divisão Norte/Sul, é uma entidade única que tende a tornar-se numa única região geopolítica

dotada de uma linha estratégica dorsal ligada pelas suas ilhas desde a Islândia até Ascensão passando pelos Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Tristão da Cunha e South George.”<sup>94</sup>

Reconhecendo o enorme potencial geoestratégico que a região assume, aos Estados resta assumir uma vontade comum e encetar uma ação coordenada abdicando de pseudo políticas de cariz nacional em detrimento da adoção de um pensamento coletivo consubstanciado pela velha máxima de que “juntos somos mais fortes”.

A outrora morte anunciada da Bacia Atlântica deu lugar à esperança consubstanciada pelas descobertas consideráveis de petróleo e gás no Golfo do México, Brasil, com área petrolífera de 800 km de extensão desde a Bacia de Campos, até à Bacia de Santos e ao litoral de Santa Catarina no Sul, Golfo da Guiné, Delta do Níger e Angola.

Estamos perante a emergência de uma nova ordem energética mundial potenciando, pela primeira vez em muitos anos, a existência de um contrapeso ao poder detido pelos países do Médio Oriente.

“O impacto desta reemergência do Oceano Atlântico como província energética é significativo: 91% das reservas de petróleo localizadas no offshore no mundo estão no Oceano Atlântico. A produção hoje do deep-offshore já é cerca de 8 milhões de barris por dia (MB/D), o que representa cerca de 10% da produção mundial. Metade desta produção, cerca de 4 MB/D corresponde ao Brasil e Angola.”<sup>95</sup>

Mediante os factos acima descritos, e perante a necessidade de se estabelecer uma Comunidade deste género, Portugal, em geral, e os Açores, em particular, deverão aproveitar para navegar nesta maré arrogando-se no direito, por mérito próprio que advém não só da própria geografia, de se afirmarem como peças fundamentais e inclusive como o próprio alicerce desta estrutura de largo espectro. Portugal deverá, desta forma, habilmente, tirar partido das suas condicionantes geográficas, que neste caso são

---

<sup>94</sup> ARANDA E SILVA, João, **Um Tratado para a Paz ou uma zona de Conflito Geopolítico**, 1ª Edição, Agosto 2010, pág. 63

<sup>95</sup> COSTA SILVA, António, Portugal, País Arquipélago, Cluster do Mar, O Mar como um novo desígnio nacional, disponível em: <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/geopolitica/89-portugal-pais-arquipelago>

potencialidades, que lhe permitem estabelecer pontes entre, não só, a Europa e a América do Norte, mas também entre as duas margens do Atlântico sul onde, curiosamente, o português é falado afigurando-se esta particularidade como uma enorme mais-valia que deverá ser potenciada pelo nosso país.

“Assumir que, através do Atlântico e de Portugal, o Brasil e a Angola chegam à Europa e ao seu universo económico-empresarial e social e perceber que, também através do Atlântico, Portugal volta a terras às quais também pertence”<sup>96</sup>

Portugal deverá, assim, ter a capacidade de reconhecer a importância do ativo marítimo que detém recuperando os ímpetus que nortearam, outrora, os Descobrimentos atribuindo ao mar um papel vital para o futuro do nosso país. Acima de tudo Portugal terá que tirar partido do facto do Atlântico Sul ser um mar português, independentemente das questões de soberania e jurisdição nacional, por decorrência histórica e, acima de tudo, linguística.

A este respeito e tendo em conta o alargamento das plataformas continentais dos Estados que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Portugal deverá aprofundar as suas relações políticas com os restantes membros da CPLP para que se consiga estabelecer uma ação concertada entre a CPLP e os países do Atlântico Norte com o intuito de potenciar um bem comum que dá pelo nome de Oceano Atlântico.

Estamos perante o mesmo Atlântico que Adriano Moreira apelidou de Oceano Moreno, que mais não é do que um oceano cujas margens estão ocupadas por diferentes Estados soberanos mas que partilham a mesma língua, a portuguesa.

Convém salientar, uma vez mais, que:

“(…) o Atlântico Sul é hoje caminho de sobrevivência do Ocidente, sobretudo desde o já afastado início da crise do Médio Oriente, e que os interesses prementes do Brasil ali se projetam e desenvolvem rapidamente: é a segurança da navegação, é o problema das águas territoriais, é a questão da plataforma, é a divisão da Antártica.

---

<sup>96</sup> GASPAR, Jorge, Portugal E Uma Estratégia Da Energia Para O Atlântico (Sul) Reflexão Prospectiva sobre a Geopolítica da Energia no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa disponível em [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/730/1/lpis\\_9\\_1.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/730/1/lpis_9_1.pdf) consultado em 27 de março de 2015

Interessa ao Ocidente e ao Brasil que aquela zona se organize. Nela, e afastada e recusada a presença directa americana por motivos notórios, a liderança pertence ao Brasil por ser o país mais bem colocado para tentar superar os conflitos ideológicos da área. De facto, a organização não parece possível sem a África do Sul, dona do Cabo, e sem os territórios de Portugal. Mas a organização do Atlântico Sul requer ainda o convencimento dos Estados negros ribeirinhos de que não é feita contra eles mas sim em favor de todos. (...) só Portugal está indicado para articular o Atlântico Norte com o Atlântico Sul, pertencendo a ambos os Pactos(...)"<sup>97</sup>

Para o efeito, e em virtude de os Açores serem não somente o centro geográfico do Atlântico Norte e zona charneira de um Mundo Euroamericano, mas também encerrarem um potencial quase sem paralelo, em virtude da vasta área marítima que possuem polvilhada com recursos já de reconhecido valor comercial e outros ainda cuja descoberta se encontra por efetivar, considera-se que os Açores poderão assumir um papel fundamental num projeto que vise conduzir Portugal para as luzes da ribalta internacional no que ao mar diz respeito.

Os Açores poderão:

“ser líder mundial na investigação científica ligada ao mar e na conservação dos recursos naturais marinhos, a Europa poderia ainda ser um exemplo para os restantes blocos geopolíticos de como tirar o máximo proveito dos oceanos de uma forma sustentável e tendo em conta eventuais adaptações decorrentes das alterações climáticas.”<sup>98</sup>

Atendendo, ainda, à sempre tão propalada, mas incontornável, posição geoestratégica:

---

<sup>97</sup> MOREIRA, Adriano, **A Europa em formação (A crise do Atlântico)**, 4ª Edição, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Setembro 2004 pág.313-314

<sup>98</sup> FREITAS, Duarte, Política Marítima Europeia em discussão no Parlamento Europeu **Os Açores e a Europa**, 2009, pag. 137

“a nossa localização privilegiada aqui no centro do Atlântico vai-nos dar sempre um papel importante na dimensão de segurança marítima e de vigilância. Neste aspeto não nos podemos esquecer dos salvamentos marítimos, ou seja temos que olhar para a segurança de uma forma mais abrangente não só no sentido do termo inglês de *security*, de segurança no sentido de ameaça mas também de segurança no sentido de *safety*, com sobrevivência num desastre natural ou com outro tipo de acidente e nós estando aqui no centro do Atlântico com um local em terra com estruturas, como antenas de satélite ou outro quer que seja, temos uma boa base operacional para dar um contributo importante para o controlo e segurança da navegação e também para controlo de atividades de crime organizado, como o tráfico de droga. Acho que a posição geográfica dos Açores garantirá aqui, num contexto futurista de uma grande Comunidade Atlântica, com um reforço de ligações marítimas e atividades no mar, acho que a posição dos Açores será um papel preponderante.”<sup>99</sup>

Se se considerar, ainda, que a aposta nas energias renováveis é presentemente um fator propulsor do desenvolvimento económico regional com a criação de empregos necessários à exploração dos recursos naturais existentes, tendo em conta que esta poderá reduzir a dependência energética face ao exterior e se se atentar ao potencial energético detido pelos Açores facilmente se poderá concluir que a Região poderá assumir um papel de liderança Mundial no que concerne à sustentabilidade energética regional.

A prossecução desta Comunidade que agora se apresenta é o grande desafio dos Estados num século, que apesar de agora se iniciar, já muito tem para constar nos compêndios históricos das relações internacionais. Esta visão pan atlântica encerra em si enormes obstáculos desde já por romper com o conceito vigente, proposto por Lippman, menos abrangente e profundo do este que agora se propõe. Em segundo lugar por poder ser encarado, de alguma forma, como uma espécie de neocolonialismo encapotada e em terceiro lugar porque será necessário a vontade e determinação da maioria dos Estados da Bacia Atlântica reconhecendo que irão surgir avanços e recuos, concessões e cedências naturais em negociações de grande espetro mas sempre com a consciência de que este é

---

<sup>99</sup> BRITO E ABREU, Fausto, Entrevista concedida via telefónica no dia 28 de maio de 2015, Anexo II

um caminho que terá que ser trilhado contornando obstáculos que por vezes parecerão inultrapassáveis mas que com a persistência necessária fortalecerão as relações inter-Estados e conduzirão a uma Comunidade robusta e vigorosa a nível económica e política a nível mundial.

## **ANEXOS**

**ANEXO I**  
**ENTREVISTA A MOTA AMARAL**  
**PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES**  
**(1976-1995)**

**1 - Numa altura em que a ideia do declínio do Atlântico é comumente aceite como um dado adquirido, em oposição à crescente importância do Pacífico, qual é a sua opinião acerca da prossecução de uma comunidade Atlântica que inclua o Atlântico Sul?**

Eu não estou tão confiante no que respeita ao declínio da importância do Atlântico, é certo que à volta do Pacífico existem fenómenos nomeadamente no que concerne à concentração da população mundial mas o Atlântico é uma zona crucial uma vez que nos dois lados encontram-se, neste momento, os maiores potenciais económicos, Europa de um lado e os E.U.A do outro e a cooperação destas duas zonas do Mundo tem sido muito estreita com a participação nas duas guerras mundiais e a consequente Aliança Atlântica que garante a segurança nesta área perspectivando-se agora o estreitamente destes laços através da criação da maior zona de livre comércio do Mundo inteiro com os acordos que estão ser negociados entre a Europa, E.U.A. e o Canadá. Consequentemente o aumento de tráfego manterá o Atlântico no centro da zona de trânsito de bens e mercadorias perspectivando-se a continuação da importância das questões de segurança que se manterão cruciais para ambos os continentes.

A exceção deste desígnio de cooperação de segurança e de paz até ao Atlântico Sul faria, de facto, todo o sentido e Portugal neste domínio tem particular potencialidades na medida em que a sua participação na comunidade de povos de língua portuguesa serve de ponte entre os interesses europeus na África, nomeadamente através de Angola e também dos arquipélagos Atlânticos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe no entanto, qualquer um destes países caminha sobre o seu próprio pé não tendo, Portugal, qualquer veleidade de os controlar. No entanto Portugal tem um papel que não nos desmerece atenção, julgo, que nos interessa potenciar esta questão trazendo-a para a ordem do dia com a extensão da colaboração para além do Trópico de Câncer que era o limite da área da Aliança Atlântica uma vez que a América do Sul se encontra numa área de afirmação de valores que são comuns à Europa e à América do Norte fazendo parte deste conceito de sentimento operacional do Ocidente, África com a sua identidade própria mas tem toda a vantagem em estar associada ao desenvolvimento de segurança de estabilidade, que está a conseguir também implementar valores como a democracia que afinal é marca do grande projeto europeu.

**2 - Numa visão Pan-Atlântica que papel poderá ser desempenhado pelos Açores?**

Os Açores têm desenvolvido uma natural afinidade com os outros arquipélagos atlânticos consubstanciados pelos interesses de aproximação com os Açores e existem dados concretos desta aproximação. No Brasil existe, igualmente uma comunidade açoriana bastante acentuada que sem prejuízo de uma inserção do Brasil nesta grande afirmação desta grande comunidade de Língua portuguesa podíamos aproveitar o papel, reduzido embora, devido à nossa dimensão derivado das Comunidades Açorianas que se fixaram no Brasil em diversos pontos como são exemplo, Rio de Janeiro, São Paulo, São Salvador da Bahia, como o caso particular de Santa Catarina no Rio Grande do Sul até ao Uruguai fruto do prolongamento desta missão colonizadora que foi atribuído aos 200 casais no tempo de D. João V que foram fixar fronteira e tudo isso é um contributo que não pode ser desvalorizado, bem pelo contrário, tal como nós valorizamos, e bem, o papel que têm as nossas comunidades nos E.U.A e Canadá, refira-se no caso dos E.U.A há muitos séculos, ainda antes de existirem E.U.A. e devido à sua forte integração nos países onde se fixaram representam já uma realidade na sociedade americana e canadiana com alguns elementos a destacarem-se na própria sociedade do seu país de acolhimento sem que isso leve a perder a sua ligação particular à nossa

**3 - Com a extensão da plataforma continental portuguesa, na qual os Açores desempenham um papel fundamental, Portugal reforça a sua posição em matérias relativas ao Mar reforçando a sua importância como nação marítima. Terá Portugal capacidade para tirar os devidos dividendos desta posição? Se sim, como**

Este é o grande desafio neste momento do nosso país numa altura em que os recursos marítimos assumem um valor novo, Portugal como membro da UE tem a parte do leão que é o Mar português conforme se pode constatar pelos mapas que apressadamente estão a ser feitos, o mar dos Açores e este esplêndido isolamento atlântico é uma grande porção desta nova dimensão de Portugal. Temos capacidades para isso e existem sinais que estão a ser feitas diligências nomeadamente no campo científico e investigação mas é natural que numa primeira fase não tenhamos os recursos tecnológicos e meios financeiros indispensáveis para utilizarmos tudo o que está aqui ao nosso alcance, neste caso temos que colaborar com outros mantendo uma atitude de abertura ao investimento estrangeiro que será atraído pelas oportunidades que advêm das condições geográficas

**4 - Na sua opinião, de que forma poderá Portugal, e em particular os Açores, tirar partido do claro potencial que o Atlântico encerra?**

Temos que orientar as nossas atividades económicas neste domínio. Direcioná-las para portos, aeroportos, ligações rápidas servindo de ponto de partida para estas capacidades atlânticas pelo que é preciso abrir uma nova frente de tensão e definição de políticas que permitam corresponder a estas novas necessidades. Temos que estar atentos para não sermos ultrapassados pelos acontecimentos, e neste sentido não nos cabe a nós a veleidade de nos arrogarmos o exclusivo nesta matéria devido à grande dimensão e valor em causa dos nossos recursos de capital.

**5 - Com o alargamento do canal do Panamá prevê-se um aumento do fluxo marítimo no Atlântico Norte. Poderão os Açores voltar a beneficiar deste alargamento tal como beneficiaram em 1914 aquando da abertura do referido Canal? Se sim, como?**

Com certeza, a nossa posição geográfica coloca-nos na rota que vem do Pacífico para a Europa através do Canal do Panamá que está em vésperas de ser alargado, aliás está a ser construído um outro Canal um pouco mais acima, portanto não faltam oportunidades. Creio que temos é que criar condições para podermos suportar tudo isto, no entanto não podemos encarar este facto como sendo favas contadas porque não tenho bem a certeza se estes grandes porta-contentores que vão atravessar o Atlântico rumo à Europa através do canal do Panamá alargado necessitem de uma operação determinada aqui nos Açores. Acerca deste respeito ainda hoje li um artigo Dr. Vasco Garcia onde consta um alerta sobre a possibilidade de termos um entreposto de fornecimento de gás natural para os navios porque ao que parece estas embarcações cada vez mais começam a ser movidas a gás natural e não a *fuel* portanto aqui está uma oportunidade de negócio. O fornecimento de combustíveis sempre foi uma realidade nas nossas ilhas com o *fuel*, carvão e inclusive com a navegação à vela com o aproveitamento dos ventos alíseos para a navegação do Atlântico. Estamos perante uma perspetiva nova e como tal convém estar sempre atento para as oportunidades que surgem de forma a podermos situar numa posição de concessão de serviços uteis à navegação nesta área do Atlântico

**6 – Na sua opinião quais serão as vantagens mais competitivas que os Açores apresentam face a outras regiões?**

A nossa posição mais destacada é a nossa posição geográfica, que é inquestionável, basta olhar para um mapa para ver como estamos situados numa zona crucial e esta importância não é só para os momentos de conflito como os que aconteceram no século XX, onde os Açores tiveram um papel decisivo tendo culminado com presença militar nas nossas ilhas

na altura. Para além disso temos que avançar, e temos avançado, com a investigação científica, nomeadamente através do Departamento de Oceanografia e Pescas que tem feito um trabalho muito importante, que deve ser valorizado, apresentando estudos muito aprofundados nas matérias a que se dedica.

Para além disso não nos podemos esquecer que não obstante a redução da operação militar da base das lajes temos as infraestruturas e o binómio aeroporto/porto confere um elemento de valor que pode servir para qualquer atividade nestes domínios.

**7 - Sabendo que a segurança do Atlântico Norte não poderá ser garantida enquanto esta não for uma realidade no Atlântico Sul e sabendo que existem rotas de tráfico de droga que passam pelos Açores que contributo poderá ser dado pela Região para a prossecução de uma segurança atlântica?**

A respeito do tráfico de droga temos é que incentivar as formas de combate ao tráfico, e temos feito alguma coisa a atestar pelas apreensões divulgadas a nível oficial que denotam que muita droga passa por aqui e o que se apanha é apenas ponta do *iceberg*. O combate a este problema poderá ser um contributo, nosso, para a segurança do Atlântico independentemente de haver rotas que não passam por aqui e que, ao que parece, existe uma rota intensa que vai diretamente para a Guiné. Nestas matérias não creio que possamos assumir uma posição liderante, podemos é estar atentos à evolução destes fenómenos procurando valorizar sempre os nossos recursos humanos.

**8 - Na sua opinião, de que forma poderão os Açores afirmar-se a nível internacional através do seu contributo energético? Dadas as suas características considera que os Açores poderão ser uma espécie de laboratório de energias renováveis que potencie a replicação dos seus resultados?**

Isto já está acontecer desde o processo geotérmico que no início foi muito contestado e teve momentos difíceis e graça à resistência de quem liderou a fase inicial do processo temos uma produção elevada da energia geotérmica proporcionada, até, pelos apoios europeus que nos permitiram fazer investimentos ambiciosos que não seriam possíveis com os recursos próprios.

A Região tem também a produção de energia eólica resultado das condições próprias e devemos até ser ambiciosos e continuar a pesquisar e aproveitar, com as devidas cautelas, porque estas matérias são muito melindrosas, os nossos recursos energéticos endógenos e nomeadamente, creio que está ao nosso alcance, a motivação para a utilização dos

automóveis elétricos devido às distâncias curtas, uma vez que o grande problema destes veículos é precisamente a distância, portanto acho que seria viável apontarmos a prazo para este tipo de alternativa reduzindo, cada vez mais a nossa dependência dos recursos energéticos do exterior.

Este poderá ser o nosso contributo para o Atlântico reduzindo, desta forma a poluição de dióxido de carbono, embora não tenhamos muita poluição porque estamos tão isolados no meio do Atlântico que este dióxido de carbono movimenta-se um pouco contudo contribui para as alterações climáticas e tudo indica que pelo menos uma parte do problema deriva da incorreta utilização do planeta e neste sentido podemos criar um exemplo que possa também ser replicado noutras áreas

### **9 - Que papel poderá ser desempenhado por Portugal no desenvolvimento de um Atlântico comum uma vez que no Atlântico sul fala-se português nas duas margens.**

Esta é uma grande oportunidade que poderá ser criada através, efetivamente, pela Comunidade de Países de Língua Portuguesa e Portugal tem todo o interesse nisto no entanto não poderá haver uma grande ligação se os próprios países do Atlântico Sul que se têm estado a desenvolver não decidirem participar nele, sem o interesse dos outros não dá, portanto Portugal tem que incentivar os países da CPLP, bem como as pessoas de outros países da Comunidade, brasileiros, angolanos, americanos, são tomenses, timorenses etc, mas de modo a que não se entenda esta posição com neocolonialismo.

Temos que ver se há interesse do outro lado, se se interessarem isto pode ir para a frente, se não se interessarem... temos é que fazer um esforço para estabelecer esta Comunidade que promova o diálogo transatlântico

### **10 - Relativamente ao TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership), que poderá assumir uma importância fundamental no crescimento económico dos dois continentes, considera que se devia abranger este acordo ao Hemisfério Sul? Porquê Bilateralizar ao invés de Multilateralizar? Considera que esta extensão poderá acontecer num futuro?**

Na fase inicial é o que é possível, e atenção que isto já é uma grande empreitada e conseguir levar isto avante já não é nada mau. No entanto é preciso que esta parceria seja muito bem negociada para que não se traduza num sobressalto económico muito pronunciado para o nosso lado. Temos que ser cautelosos e não ficar muito eufóricos, é comum ouvir-se que esta parceria irá criar não sei quantos milhões de postos de trabalho

e só se vislumbram aspetos positivos mas quando se desfaz o novelo descobre-se que isto arrasta ao afundamento não sei quantas atividades económicas num lado ou no outro e estas situações são muito dolorosas. Quando foi da NAFTA, a indústria barata passou para o México, e a fase inicial foi muito conturbada, depois a partir da altura seguinte, as economias dinâmicas, o que não é o caso da nossa, ao contrário da do E.U.A. existem coisas que desaparecem mas surgem logo outras portanto não é fácil de um momento para o outro obter uma colaboração do lado sul no entanto a Europa procura há muitos anos um acordo com o Mercosul sobre o qual eu tenho falado várias vezes, porque considero que este eventual acordo é preciso ter muita cautela, para não infligirmos um golpe de misericórdia na nossa Agropecuária nos Açores uma vez que a produção de carne na Argentina e Brasil apresentam custos muito diferentes dos nossos, muito mais baixos, que teria um efeito devastador a abertura dos mercados sul-americanos.

A esse respeito eu sou de opinião que estas negociações comerciais introduzam também uma consideração de combate ao dumping social e ecológico porque os países desenvolvidos estão a fazer grandes exigências no que respeita aos direitos sociais e sobre a defesa do ambiente e depois abrem as portas a mercados onde estes valores não contam destruindo as nossas atividades económicas, criando desemprego daí que é necessário procedermos a uma globalização dos direitos laborais, da defesa do ambiente e não apenas da globalização do lucro.

Quanto a um futuro esta multilateralização poderá acontecer desde que feita com cautelas e caldos de galinha mas acho que faz sentido cabendo a cada parte fazer o levantamento das vantagens comparativas mas insisto que é necessário adotarem o modelo social europeu, que é um modelo de trabalho com direitos uma vez que interessa promover a globalização destes direitos e não desmontar um Estado social para se introduzir a Lei da Selva criando um período liberal puro e duro portanto é preciso agirmos com cuidado para não destruímos o valor humano e moral do nosso quadro económico e social.

**ANEXO II**  
**ENTREVISTA A FAUSTO BRITO E ABREU**  
**SECRETÁRIO REGIONAL DO MAR, CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA**  
**(2014 - )**

Antes de mais quero dizer que acho o tema fascinante e particularmente atual, nós que agora temos na União Europeia estratégias de desenvolvimento por bacia marítima e julgo que podemos alargar esta estratégia da dimensão da União europeia para uma região que está geograficamente na localização da nossa abrindo bastante mais a abrangência do conceito de Comunidade Atlântica e acho interessantíssimo que seja alargado também para o hemisfério Sul.

Sendo a Lusofonia uma peça chave importante, somos a língua mais falada no hemisfério sul, e à volta do Atlântico temos países ricos e influentes, Brasil e Angola, dois países ricos e com muitos recursos naturais em terra e no mar e por isso nós como região lusófona temos acesso facilitado a conviver com estes atores importantes. Depois no Atlântico Norte temos ligações com as comunidades emigrantes, Canadá, Bermuda, Estados Unidos da América e também no Brasil, o que nos confere interesse especial em que se desenvolva esta Comunidade. Não estou a dizer que seremos os líderes por estas razões, mas temos estrategicamente interesse como Região em que se desenvolva esta identidade e este sentido de comunidade. Depois o facto de sermos ilhas e de estarmos localizados onde estamos temos a possibilidade de ligarmo-nos também a outras regiões como as Canárias, a Madeira, Estados como Cabo Verde, porventura São Tomé e Príncipe num alargamento mais a sul e é uma dimensão do Portugal insular que tem servido, em situações diversas, para estabelecer contactos com outros Estados. Com São Tomé e Cabo Verde temos relações históricas fortes, por exemplo com países nas Caraíbas e no outro lado do Atlântico já em várias situações o país fez-se valer desta sua dimensão insular para em questões, estou a lembrar-me por exemplo da campanha que fizemos para eleger Portugal para o Conselho de Segurança das Nações Unidas em que são precisos muitos votos e que os E.U.A e Santa Lúcia nas Caraíbas valem um voto cada.

O facto de podermos projetar esta nossa dimensão insular, nós como Região e nós como país aproxima-nos de muitos países e para aspetos estratégicos e da diplomacia de projeção da Região e do país no contexto de Nações Unidas é algo que é um aspeto diferenciador por causa desta dimensão insular.

O facto, de claramente no decorrer deste século, estar previsto o desenvolvimento da exploração do mar como território, o que já está a ser feito com esta extensão da jurisdição nacional sobre a plataforma continental, aqui convém salientar que até aos E.U.A. somos nós que mandamos. Claro que a nossa região representa 2/3 do mar português e portanto a região neste contexto internacional de expansão deste território

marinho tem interesse e assume um papel de exemplo e um papel importante para o país e para o seu próprio desenvolvimento. Isto no contexto em que no Atlântico detetam-se recursos de elevado valor e que no decorrer deste século terão importância geoestratégica e económica num Mundo com escassez de matérias-primas, com cada vez mais pessoas e com mais atividade económica e portanto os recursos dos fundos marinhos são cobiçados e geram interesse por parte de muitas potências industriais e a região poderá tirar valor da exploração destes recursos e tornar-se numa região com importância geopolítica no contexto do desenvolvimento desta comunidade Atlântica exportando depois *know how* e melhores táticas, desde tecnologias para explorar determinado tipo de recursos energéticos no mar profundo, biotecnologia marinha ou até mesmo aspetos mais administrativos de como organizar o nosso mar, ordenamento do espaço marítimo, licenciamento que possam ser exportados como *know how*, e que tenha sido desenvolvido por nós, para outras partes do Atlântico.

Hoje, devo dizer que se está a passar mais na bacia do Pacífico, basta visitar cidades como Hong Kong, Xangai ou Singapura, para perceber que o século XXI ocorre é na Ásia pois é lá que está tudo a acontecer. Nós temos tido um período de menor crescimento económico neste lado do Mundo, principalmente na Europa mas não devemos, por isso, desistir e a criação de uma Comunidade Atlântica poderá servir, como reação, mas mesmo assim os Estados Unidos e a Europa são dois dos maiores mercados do Mundo e os Açores beneficiarão, seguramente, da sua localização através de mais rotas marinhas, de mais um Canal como o do Panamá ou de outros canais que se venham a fazer para ligar o Atlântico e o Pacífico portanto todos estes aspetos geoestratégicos são relevantes e poderão estar no nosso futuro a médio prazo no decorrer do século XXI.

Numa primeira pincelada é o que me ocorre dizer, não sei se me quer fazer perguntas mais concretas?

**PP - Registo com agrado que no seu apanhado geral focou praticamente todas as perguntas que lhe queria fazer e que lhe enviei mas gostava de o ouvir de uma forma mais aprofundada, se assim o entender sobre a pergunta número 8**

**8 - Na sua opinião, de que forma poderão os Açores afirmar-se a nível internacional através do seu contributo energético? Dadas as suas características considera que os Açores poderão ser uma espécie de laboratório de energias renováveis que potencie a replicação dos seus resultados**

Nós vivemos, num século em que, infelizmente, pelo menos nesta primeira metade, os combustíveis fósseis ainda vão ter importância, ainda estamos longe de um Mundo completamente dependente de energias renováveis ou endógenas, portanto se forem descobertas reservas de hidrocarbonetos, de petróleo ou gás natural na nossa região é natural que tenham ainda valor como energia IC e podem dar um contributo se houver tecnologias para as explorar, hoje já não se limitam aquelas plataformas flutuantes petrolíferas, cada vez há mais tecnologia para ir mais fundo e ter um preço mais vantajoso destes recursos do mar. Este é um cenário realista até 2050, julgo eu.

A partir de 2050, a minha previsão, e posso estar a ser otimista, é que os recursos energéticos fósseis serão cada vez menos importantes como recursos energéticos, mesmo havendo ainda muito petróleo no Mundo, um ministro saudita disse uma frase célebre, e que é divertida, afirmou que a idade da Pedra não acabou por falta de pedras e com o petróleo, julgo eu, a mesma coisa acontecerá. A tecnologia evoluirá para não estarmos a queimar petróleo para ter energia e o petróleo, que é um recurso muito valioso para produção de plásticos, terá uma aplicação muito melhor do que estar simplesmente a ser queimado pelo que continuará a ser importante e tendo reservas de petróleo podemos utilizá-los de uma forma mais nobre do que utilizá-lo como recurso energético. Nesta primeira fase encontrar recursos de energia fóssil poderá ter alguma importância e estes poderão existir no mar dos Açores.

Em segundo lugar no que se refere à inovação e às energias renováveis os Açores têm de facto bom potencial na área da geotermia, do vento, a solar um pouco menos porque estamos no meio do Atlântico com menos horas de sol porque estamos numa zona mais exposta a nuvens mas que também poderá ser explorada e com a energia das ondas, com elevadíssimo potencial com estruturas *onshore*, como temos uma, que foi histórica, a primeira do país e uma das primeiras no Mundo, no Pico já com tecnologia um pouco ultrapassada mas ainda gera eletricidade embora se possa sempre melhorar e também as energias *offshore* que podem combinar as energias das ondas com a eólica.

Um aspeto chave, que acho que faz todo o sentido para pequenas comunidades como a que temos aqui, onde temos a desvantagem de ter nove ilhas diferentes com nove redes elétricas autónomas, neste momento, pode ter a vantagem de termos laboratórios de vários tamanhos, com 400 pessoas no Corvo até às 150.000 de São Miguel com redes de diferentes tamanhos. Para diferentes tipos de testes de estabilidade de redes, de redes inteligentes, de combinação de mobilidade elétrica com a geração de energias renováveis, com a geotermia num plano mais avançado, penso que temos condições para ser um

laboratório de energias renováveis e depois transmitir estas boas práticas a outras zonas do Mundo.

Há outro aspeto que considero chave, e que já está a aparecer cada vez mais, e de uma forma especial nos Estados Unidos, um milionário excêntrico está a fazer uma enorme aposta no que ele acha que será a revolução energética, que é cada carro ter a sua bateria para armazenamento, e o desafio do armazenamento para alguém como nós que tem recursos como a geotermia que pode estar a produzir sem parar, e a grande escala, é muito importante porque nós ao armazenarmos energia de alguma maneira depois podemos utilizá-la de outra forma em processos industriais, para transporte ou para outro uso e poupar, com isso, imenso dinheiro em importação de combustíveis fosseis.

O debate energético de hoje ainda está muito dividido entre baterias de energias tradicionais, chamadas *redox* e outras tecnologias e fontes como o hidrogénio portanto, julgo eu, que nos próximos 30/40 anos este debate tecnológico vai pender para um lado ou para o outro.

Uma tecnologia, provavelmente vingará e será depois esta moeda comum que transmite depois a energia que será armazenada durante a noite com as tarifas bi e tri-horárias que permitem depois que se faça uma gestão inteligente da energia que se tem.

Os carros elétricos são outra dimensão importante porque um carro elétrico pode servir também de bateria porque se estou numa ilha onde faço por dia 10 km e não mais do que isso, eu que tenho uma rede viária de 40 Kms na minha ilha, tenho sempre mais independência e mais eletricidade no meu carro do que preciso efetivamente de gastar e isto com contadores e redes inteligentes permite-me usar os carros todos desta ilha como uma super bateria para a ilha ou permite-me, individualmente, vender energia nos períodos em que a energia faz mais falta, o meu carro terá um estabilizador e a EDA compra-me o KW que tenho na bateria do meu carro, isto programa-se numa máquina, e eu vendo metade do meu depósito à rede a um preço alto e carrego-o numa altura com tarifa mais baixa e faço alguns euros por dia de negócio como armazenador de energia.

Tudo isto tem enorme potencial para ser testado na escala das nossas ilhas pois temos diferentes escalas com diferentes soluções

**7 - Sabendo que a segurança do Atlântico Norte não poderá ser garantida enquanto esta não for uma realidade no Atlântico Sul e sabendo que existem rotas de tráfico de droga que passam pelos Açores que contributo poderá ser dado pela Região para a prossecução de uma segurança atlântica**

Primeiro deixe-me discordar parcialmente da afirmação, eu acho que apesar das rotas que ocorrem do Atlântico Norte, mesmo assim, não há tanto uma ameaça como isso. De facto existem mais problemas no Golfo da Guiné, na costa ocidental africana, problemas de pirataria, tráfico de droga entre a América do Sul e a costa Ocidental Africana que depois chega à Europa.

Nós aqui, mesmo assim, entre o Norte da Europa e o norte da América não acho que estejamos numa realidade de segurança que seja problemática para a continuação do desenvolvimento do negócio de transporte marítimo e da economia do mar nos Açores incluindo a exploração dos fundos marinhos e mineração submarina que se possa vir a fazer no futuro e que os Açores sejam uma grande plataforma logística porque obviamente quem extrair minerais, petróleo ou o que quer que seja necessitará de um porto de águas profundas e os Açores têm, obviamente, grande potencial, Praia da Vitória já tem um porto feito e por isso quando começar a sério esta exploração dos recursos submarinos vamos ter um grande desenvolvimento na parte logística de transportes.

Claro que a segurança é importante e esta ligação ao Atlântico sul, que é mais problemático do que o Atlântico Norte, mas somos uma peça de toda esta Comunidade atlântica que abrange estas duas bacias e como tal a nossa localização privilegiada aqui no centro do Atlântico vai-nos dar sempre um papel importante na dimensão de segurança marítima e de vigilância. Neste aspeto não nos podemos esquecer dos salvamentos marítimos, ou seja temos que olhar para a segurança de uma forma mais abrangente não só no sentido do termo inglês de *security*, de segurança no sentido de ameaça mas também de segurança no sentido de *safety*, com sobrevivência num desastre natural ou com outro tipo de acidente e nós estando aqui no centro do atlântico com um local em terra com estruturas, como antenas de satélite ou outra similar, temos uma boa base operacional para dar um contributo importante para o controlo e segurança da navegação e também para controlo de atividades de crime organizado, como o tráfico de droga.

Acho que a posição geográfica dos Açores garantirá aqui um papel preponderante, num contexto futurista de uma grande Comunidade Atlântica, com um reforço de ligações marítimas e atividades no mar.

**10 - Relativamente ao TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership), que poderá assumir uma importância fundamental no crescimento económico dos dois continentes, considera que se devia abranger este acordo ao Hemisfério Sul? Porquê**

**Bilateralizar ao invés de Multilateralizar? Considera que esta extensão poderá acontecer num futuro?**

Eu devo confessar que conheço mal o Acordo Transatlântico mas não sou um otimista relativamente ao Acordo tal como ele está mas instintivamente sinto que seria desejável multilateralizar se este estivesse em estado de o fazer.

Ora o trabalho multilateral é complicadíssimo como podemos ver em várias negociações internacionais em curso de teor parecido como as negociações Mercosul, União Europeia com os acordos que não se conseguem fechar, as rondas de Doha do Comércio Livre Mundial. Por um lado, acho mais prático, se as coisas estão maduras, e eu tenho dúvidas se o Acordo tal como está, e eu não tenho presente todos os detalhes, mas na altura em que tive o primeiro contacto com ele não achei que fosse a coisa mais vantajosa para a Região ou para o país portanto não sou um fã sem ter o detalhe presente mas percebo a vantagem de se fazer bilateral já porque está pronto para se fazer e depois tentam-se trazer outros parceiros.

Por outro lado é um acordo mais forte que permite já encaixar outras peças do puzzle que depois se se firma um acordo muito fixo entre duas partes torna-se mais difícil depois a Europa ou os E.U.A terem que rever um aspeto da negociação que já fica fechada com outro parceiro e quando entrar o Brasil já tem algumas portas fechadas que já ninguém vai querer abrir.

Se fosse tudo feito ao mesmo tempo gastávamos mais tempo num processo multilateral mas teríamos condições de acomodar já problemas que podem criar alguma instabilidade em alguns parceiros do Acordo. Mas é sempre preferível multilateralizar percebendo as vantagens de bilateralizar

**ANEXO III**  
**ENTREVISTA A RODRIGO VASCONCELOS DE**  
**OLIVEIRA**  
**SUBSECRETÁRIO REGIONAL DA PRESIDÊNCIA PARA**  
**AS RELAÇÕES EXTERNAS**  
**(2012- )**

**1 - Numa altura em que a ideia do declínio do Atlântico é comumente aceite como um dado adquirido, em oposição à crescente importância do Pacífico, qual é a sua opinião acerca da prossecução de uma comunidade Atlântica que inclua o Atlântico Sul?**

Não considero que o espaço atlântico esteja em declínio. Em relação à UE, é a única fronteira, a Ocidental, que é uma fronteira de paz, a Este e a Sul temos os movimentos e as constantes instabilidades ou mesmo a guerra, como conhecemos, portanto a UE tem o seu único espaço de paz, cooperação e amizade, e a muito breve trecho terá um espaço liberalizado em termos de trocas comerciais, precisamente a Ocidente, no Atlântico Norte. O Atlântico Sul assume, neste momento, uma perspectiva menos ambiciosa mas é, sem dúvida um espaço de futuro, é um espaço de atualidade e de potencial desenvolvimento a curto prazo. Por estas razões não partilho desta ideia de espaço em declínio, percebo a intenção, em termos económicos, devido à pujança asiática mas acho que devemos ver para além disso.

**2 - Numa visão Pan-Atlântica que papel poderá ser desempenhado pelos Açores?**

Essa é a questão que mais se fala em termos de opinião pública mas podemos resumir estas perspectivas, que são reais e concretas, na potencialidade, desde logo da situação geoestratégica, e isto não são apenas palavras bonitas, tem a ver com questões logísticas das infraestruturas, com a localização no meio do atlântico com excelentes infraestruturas portuárias e aeroportuárias. O facto de os Açores poderem ser plataformas logísticas, não apenas nas ligações marítimas, mais do que as aéreas atualmente, entre a Europa e os Estados Unidos aliadas ao alargamento do Canal do Panamá, o aumento das trocas comerciais no âmbito dos acordos com os E.U.A e Canadá, no âmbito da revolução energética com a possibilidade da viragem da Europa, uma vez mais, para Ocidente diminuindo a sua dependência energética em relação à Rússia. Com o papel que os Açores poderão desempenhar no abastecimento de navios com combustíveis mais amigos do ambiente, como o gás liquefeito, com o projeto Costa que está a ser desenvolvido na Praia da Vitória, a parte da investigação científica que está a ser realizado na área marítima como plataforma de acesso, não apenas à sua descoberta, mas à sua própria “exportação”. Todas estas potencialidades que estão ligadas ao território são de facto reais e que vão muito para além daquela conversa que todos dizemos “os Açores estão no centro do Atlântico” mas eu também quando vou, por exemplo à Grécia ou à Turquia ouço que eles são o centro das relações entre a Europa e a Ásia portanto dependendo da

perspetiva todos são centrais, necessitamos é de olhar para além da mera retórica de que somos o centro do Mundo ou o centro do Atlântico. Estamos bem localizados, é um facto, tal como outras também o estão, mas somos a única região que está neste local e que tem as mais-valias logísticas a nível de infraestruturas, de comunicações e um imenso potencial do mar.

**3 - Com a extensão da plataforma continental portuguesa, na qual os Açores desempenham um papel fundamental, Portugal reforça a sua posição em matérias relativas ao Mar reforçando a sua importância como nação marítima. Terá Portugal capacidade para tirar os devidos dividendos desta posição? Se sim, como**

Portugal tem esta imensa mais-valia e potencialidade do alargamento da plataforma continental e esta potencialidade deve-se, não ao estuário do Tejo, mas sim aos Açores, acima de tudo. Nós sabemos que a grande projeção atlântica que é dada a Portugal deve-se aos Açores, às suas águas territoriais, ao seu quase 1 milhão de Zona Económica Exclusiva, e da extensão da plataforma continental com tudo aquilo que representa em termos de recursos em termos minerais, em recursos do subsolo, biológicos, não apenas da pesca mas também dos campos hidrotermais, potencialidades energéticas e o acesso a estes três tipos de recursos, minerais, biológicos e energéticos com base nas plataformas que existem nas nossas ilhas, portanto Portugal tem todas as condições mas acima de tudo, cabe a Portugal reconhecer o papel dos Açores e do seu território neste âmbito, não apenas o seu território terrestre mas marítimo, reconhecer as competências que a Região Autónoma tem neste âmbito e permitir aos Açores desenvolver estas atividades para benefício das suas populações

**4 - Na sua opinião, de que forma poderá Portugal, e em particular os Açores, tirar partido do claro potencial que o Atlântico encerra?**

Acima de tudo a preocupação deve ser garantir que os benefícios das descobertas, dos desenvolvimentos tecnológicos e o aproveitamento dos seus recursos nas várias dimensões, e estamos a falar numa área em que o desenvolvimento tecnológico é muito rápido, e aquilo que ainda não é hoje explorado, recursos subaquáticos minerais ou biológicos, poderá vir a ser num curto espaço de tempo. Temos que garantir que estas potencialidades revertam para benefício dos Açores e dos Açorianos, e não estamos a falar nos eventuais recursos que advêm dos impostos mas do aproveitamento dos recursos humanos nas nossas instituições, na nossa Universidade dos Açores, nos centros de

investigação, nos parques tecnológicos e de ciência que estão a ser desenvolvidos, portanto numa envolvência que permita que estas descobertas e estes desenvolvimentos não sejam apenas de passagem, que sejam apenas feitas no mar dos Açores e depois não sejam utilizadas as plataformas portuárias e aeroportuárias para exportação de minérios, que os Açores não sejam explorados para transformação de minérios, que não se utilizem os Açores como laboratórios de inovação em novas áreas como as proteínas descobertas no fundo do mar, enfim o grande desafio é, essencialmente ligar a nova potencialidade do mar e dos fundos marinhos aos Açores e às suas gentes.

**5 - Com o alargamento do canal do Panamá prevê-se um aumento do fluxo marítimo no Atlântico Norte. Poderão os Açores voltar a beneficiar deste alargamento tal como beneficiaram em 1914 aquando da abertura do referido Canal? Se sim, como?**

Acredito que sim mas não apenas ligado ao alargamento do canal do Panamá mas também, essencialmente por força do TTIP (*Transatlantic Trade Investment Partnership*) do CETA (*Comprehensive Economic and Trade Agreement*) com o Canadá, em ligação com esta vasta área de comércio e de liberalização que está a ser construída no Atlântico Norte portanto todos estes fatores conjugados em ligação com o que já referi antes, o comércio, a parte energética, a parte da investigação, recorde a Declaração de Gallway que foi assinada entre os Estados Unidos, o Canadá e a União Europeia para o aprofundamento da investigação do Atlântico onde ainda há muito a descobrir e investigar no Atlântico, e aqui os Açores, uma vez mais, estão no centro desse trabalho conjunto portanto existem muitas áreas interligadas que tornam o alargamento do canal do Panamá apenas uma dimensão que poderá ser aproveitada.

**6 – Na sua opinião quais serão as vantagens mais competitivas que os Açores apresentam face a outras regiões?**

Vou talvez resumir o que já foi dito anteriormente. Quais são as nossas mais-valias? Um imenso mar territorial, a localização do espaço terrestre, as nossas nove ilhas e respetivas infraestruturas portuárias e aeroportuárias, os Centros de Investigação, a nossa Universidade, os parques tecnológicos, toda esta visão de conjunto transversal que está a ser construída pelas entidades públicas em ligação com o nosso território e depois o potencial deste território no mar, recursos biológicos, minerais e energéticos.

**7 - Sabendo que a segurança do Atlântico Norte não poderá ser garantida enquanto esta não for uma realidade no Atlântico Sul e sabendo que existem rotas de tráfico de droga que passam pelos Açores que contributo poderá ser dado pela Região para a prossecução de uma segurança atlântica?**

Esta é uma questão muito interessante e que ainda não tínhamos falado antes. A Região como organismo político não tem competência nessas áreas, numa perspetiva política de atuação administrativa não há nenhuma política nesse âmbito no entanto a Região, tem, uma vez mais, fruto da sua localização, um contributo que poderá ser dado se for aproveitado pelo governo nacional e pela UE não apenas na área da segurança mas também no apoio a catástrofes na área da proteção civil e na projeção de uma força europeia de proteção civil, podendo aproveitar a nossa localização, embora mais afastado de locais como a África em relação às Canárias que sofrem também com a imigração clandestina mas podemos ser plataforma de projeção das várias forças europeias ou numa aliança norte americana e europeias no combate à criminalidade, portanto embora não sendo uma área que a Região e seus órgãos políticos possam atuar, penso que podia ser mais e melhor aproveitada pelas entidades competentes a nível europeu e nacional.

**8 - Na sua opinião, de que forma poderão os Açores afirmar-se a nível internacional através do seu contributo energético? Dadas as suas características considera que os Açores poderão ser uma espécie de laboratório de energias renováveis que potencie a replicação dos seus resultados?**

Os Açores já são! Basta ver os resultados que temos sobre a utilização das energias renováveis (50% na ilha de São Miguel, o uso da energia geotérmica, o investimento que tem sido feito nas outras ilhas) e o facto de as ilhas serem atrativas e do investimento nas energias renováveis ser mais proveitoso do que no Continente vem desde logo na poupança que se gera no transporte do combustível ou da sua queima mas mais do isso as ilhas são sistemas, redes isoladas e como tal são locais ideais para se promover o estudo não apenas das fontes renováveis que temos em abundância mas do funcionamento das próprias redes, da sua eficácia, da poupança energética e isso não é possível no Continente onde as redes são extremamente alargadas e não é possível isolar uma cidade ou uma vila para desenvolver este estudo daí os Açores terem projetos como o Corvo renovável, onde foi possível retirar todo do consumo de gás doméstico através da utilização de bombas de calor e painéis solares, o projeto Graciosa Renovável onde uma empresa alemã construiu um modelo à escala da ilha Graciosa em Berlim desenvolvendo

diversos sistemas de armazenamento e estudando-os para aferir a possível introdução de 30% de energias renováveis nesta ilha, o projeto do MIT, *Green Islands*, portanto não estamos a falar apenas da promoção de energias renováveis que temos em abundância, desde logo a geotérmica, mas tudo o que vai para além disso e que é fundamental como a poupança energética, poupança dos sistemas, o facto de sabermos em casa como vamos poupar nos eletrodomésticos, na eletricidade entre outros. Todas estas áreas são mais facilmente monitorizadas em ilhas. Neste aspeto esta é uma área onde os Açores são, efetivamente, já um modelo. Pela minha experiência quando vamos e levamos o nome dos Açores aos fora internacionais a área das energias renováveis é de facto uma área de promoção e de visibilidade de trabalho muito interessante que tem sido efetuado nas nossas ilhas não apenas pelas entidades locais mas por todas as entidades que têm interesse nesta área, MIT Portugal, empresas estrangeiras e os próprios projetos em que o Governo participa como o Pacto das Ilhas, enfim todo uma série de iniciativas que nos promovem e esta área é de facto uma onde os Açores são já um laboratório de referência a nível europeu e mundial.

### **9 - Que papel poderá ser desempenhado por Portugal no desenvolvimento de um Atlântico comum uma vez que no Atlântico Sul fala-se português nas duas margens**

Não podemos perspetivar uma ação isolada, eu considero que devemos considerar a ação da Península Ibérica e dos Estados ibéricos visto que a América do Sul antes de América Latina é América Ibérica portanto Portugal e Espanha têm um papel muito importante e liderante nesse aspeto. Temos relações de amizade, políticas, históricas privilegiadas com os países da América do Sul, se fizermos um paralelo com as negociações da União Europeia com o Mercosul em relação ao que fizemos com os E.U.A e que foi conseguido com o Canadá podemos constatar a distância e a diferença no resultado destas negociações. As negociações com o Mercosul estão a decorrer há anos e ainda não produziram qualquer resultado porque o processo de integração que existe na América do Sul é muito mais ténue do que o que existe na Europa e que não se compara com a unidade política existente na América do Norte. As dificuldades das negociações da União Europeia com o Mercosul tem a ver desde logo com os países que têm a Presidência e que estão a negociar, com as instabilidades políticas e aqui lembremo-nos de uma Venezuela, das mudanças políticas em governo no Uruguai, no Brasil, ora mais favoráveis a um acordo com a UE ora menos favoráveis a esse acordo portanto toda a dificuldade da UE em negociar com esta identidade Mercosul, que não representa uma só

voz em termos de negociações, dá bem conta de que é preciso haver mais unidade na América do Sul em relação às perspetivas externas, nomeadamente no âmbito do comércio internacional e é preciso o contributo daqueles países da UE que têm as ligações mais fortes com esse espaço regional que são Portugal e Espanha. Portugal tem um importante papel a desempenhar por força da Lusofonia, naturalmente, com as suas ligações também a África mas isso não pode ser dissociada de uma parceria e de uma estratégia comum com Espanha, disso eu não tenho dúvida.

**10 - Relativamente ao TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership), que poderá assumir uma importância fundamental no crescimento económico dos dois continentes, considera que se devia abranger este acordo ao Hemisfério Sul? Porquê Bilateralizar ao invés de Multilateralizar? Considera que esta extensão poderá acontecer num futuro?**

Na sequência da resposta anterior neste momento não considero possível. A negociação do TTIP é de uma imensa complexidade, nós seguimos as negociações dentro do que é possível, mas elas são de tal modo detalhadas a nível técnico que é impossível apreender toda a dimensão e complexidade destas negociações. São negociações que têm sido levadas a cabo pela Comissão Europeia e E.U.A. da mesma forma que são levadas a cabo pelo bloco europeu e o Canadá com muitas dificuldades mas acima de tudo com uma imensa vontade política de empreender este grande espaço de comércio e prestação de serviços que compreende o Atlântico Norte e que neste momento, muito sinceramente, não vejo acontecer na América do Sul e por isso penso que a evolução próxima destes espaços passará muito mais pela bilateralização de relacionamentos com os E.U.A e uma eficaz entrada em vigor do TTIP, com o Canadá que passará, em breve, numa fase de ratificação com os Estados membros. As negociações com a América do Sul desenvolvem-se há muitos anos com momentos de crise, com avanços e recuos, não há uma unidade nem uma vontade política muito forte com reflexos também na Europa para levar estas negociações a bom porto. Claro que do ponto de vista económico haverá alguma pressão para criar um mercado de 700 milhões de habitantes, que salvo erro serio o mercado que seria criado entre a Europa e Mercosul, para além do espírito visionário que seria positivo para a Europa, Portugal e em especial para os Açores com esta grande Comunidade englobando América do Norte e América do Sul, mas estes grandes passos na História geralmente são dados após momentos de grande crise, e a verdade é que o momento em que nós vivemos é de tal modo instável, uma vez que nós não sabemos até

que ponto é que não teremos uma guerra na Europa seja na fronteira Leste ou no Sul, não sabemos até que ponto a Europa não vai implodir ou fragmentar. Temos neste momento a percepção muito real de uma crise sem precedentes na UE e até o próprio desaparecimento desta UE do modo como nós a conhecemos, portanto se com o atual quadro eu não antevejo, nos próximos anos a possibilidade de criação desta grande Comunidade também não podemos por em teoria fora de hipótese por um motivo de crise ou de guerra que a Europa se possa fragmentar e que esta parte da Europa que está mais ligada ao Atlântico, nomeadamente Portugal, Espanha, Reino Unido, na eventualidade de uma possível implosão da UE, possam ter um entusiasmo renovado na criação de uma Comunidade ou aprofundamento de integração do Atlântico. Neste momento vejo uma integração e uma vontade política muito forte no Atlântico Norte mas que poderá mudar em breve depois das eleições. Esta administração americana está fortemente empenhada nas negociações do TTIP, que não são fáceis de concluir até ao término desta administração, e há sempre um perigo de nos E.U.A. com uma mudança de governo, como sabemos os americanos variam muito entre uma administração mais ou menos europeísta, mais ou menos fechada no que concerne ao relacionamento internacional, e podemos cair num governo americano mais reservado, mais fechado no âmbito internacional e vermos até o TTIP ficar suspenso e as negociações desenrolarem-se durante muitos anos à semelhança do que temos com o Mercosul portanto existem muitas incógnitas, o momento europeu é de grandes incertezas, instabilidades e crise financeira, que parece estar a dar passos, embora que tímidos para, podermos sair dela, e temos que ver o que o plano Juncker nos vai trazer mas a fase atual é de muitas incertezas e por isso esta fase não é propícia ao alargamento desta noção de Comunidade Atlântica, na minha perspetiva. Não obstante se acontecer uma crise, ainda maior na Europa, poderá ser uma opção de alguns países voltarem-se para Ocidente e para o Atlântico.

## **BIBLIOGRAFIA**

## BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Benedict, **Comunidades Imaginadas, Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo**, Edições 70, Abril 2005, ISBN 972-44-1210-5
- ANDRADE, Luís M. Vieira, **Os Açores, a Política Externa Portuguesa e o Atlântico**, Letras Lavadas Edições, 2013
- \_\_\_\_\_, **Neutralidade Colaborante**, Ponta Delgada, 1993
- ARANDA E SILVA, João, **Um Tratado para a Paz ou uma zona de Conflito Geopolítico**, 1º Edição, Agosto 2010
- BRAGA DA CRUZ, Manuel, **Portugal, a Europa e o Atlântico**, Alétheia Editores, Junho de 2014
- BRIGGS, Everett Ellis, A Comunidade Euro-Atlântica: Elos Comuns num Mundo em Dramática Transformação [pdf]
- BRUNE, Nancy E. Security in the Atlantic Basin, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- CÉSAR, Carlos, O legado de Roosevelt: o passado e os desafios do presente **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2
- COCKCROFT, Laurence, The Atlantic Basin and Corruption: Is There an Agenda? [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Crescimento Azul: Oportunidades para um crescimento marinho e marítimo sustentável, [pdf] 2012
- COMMUNICATION FROM THE COMMISSION TO THE EUROPEAN PARLIAMENT, THE COUNCIL, THE EUROPEAN ECONOMIC AND SOCIAL COMMITTEE AND THE COMMITTEE OF THE REGIONS, Innovation in the Blue Economy: realising the potential of our seas and oceans for jobs and growth, [pdf] 2014
- COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica Para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, [pdf] 2013
- DOUGHERTY, James E. The Atlantic Community – The Psychological Millieu, Atlantic Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship, Pergamon Press, 1979

- EDWARDS, Charlie [et. al], The Growing Nexus between Terrorism and Organized Crime in the Atlantic Basin, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships [pdf]
- ELLIS, Stephen, Transnational Organized Crime in West Africa: Atlantic Connections, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- ESPADA, João Carlos, Portugal, **A Europa e o Atlântico**, Aletheia Editores, junho 2014 ISBN: 978-989-622-639-8
- FELBAB-BROWN, Vanda, Designing Pan-Atlantic and International Anti-Crime Cooperation, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- FERGUSON, Niall, **Civilização, O Ocidente e os Outros**, Civilização Editora, 1º Edição, fevereiro de 2012, ISBN: 978-972-26-3255-3
- FERREIRA, José Medeiros, **Os Açores na Política Internacional**, Tinta da China, 1º Edição, Fevereiro 2011, ISBN: 978-989-671-069-9
- FREITAS, Duarte, **Os Açores e a Europa**, Edição do Autor, 2009, Depósito Legal 292510/09
- MESQUITA, Mário e VICENTE, Paula, coord. **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, III Fórum Açoriano Franklin D. Roosevelt, Ilha do Faial, Açores, 27-29 de Abril de 2012, 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2
- FREITAS DE MENESES, Avelino, O Mar: espólio do passado a promotor do futuro **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana Abril de 2012, 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2 [FLAD]
- GASPAR, Carlos, Narrativas Atlânticas, **O Mar na História, Na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, Edições Tinta da China, 1ª Edição, junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2
- GUEDES, Armando Marques, Liaisons Dangereuses: Reading and Riding the Winds of Security Risks in the South Atlantic, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- HAMILTON, Daniel S. et al. Commercial Ties in the Atlantic Basin: The Evolving Role of Services and Investment, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- HANSEN, Wibke et al. Atlantic Basin Countries and Organized Crime: Paradigms, Policies, Priorities, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- HESTERMAN, Jennifer, Transnational Crime and Terror in the Pan-Atlantic:

- Understanding and Addressing the Growing Threat, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- ISBELL, Paul et al. Pan-Atlantic Vision of the Atlantic Energy Renaissance, [pdf], Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships
- \_\_\_\_\_, Energy and the Atlantic: The shifting Energy Landscape of the Atlantic Basin, 2012 [pdf]
- KAMÉ-DOMGUIA, Samuel, Africa's Security Challenges in the Atlantic Ocean Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships [pdf]
- LOUREIRO DOS SANTOS, José, A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal, Revista Nação e Defesa, Outono Inverno 2009, Nº 124 -4 Série
- Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores, 1997, Edição nº 38
- MATIAS, Nino Vieira et al, **Políticas Públicas do Mar**, Esfera do Caos Editores, 1º Edição Novembro 2010
- MEDEIROS, Jorge, A primeira fronteira externa do espaço comunitário, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2 [FLAD]
- MOREIRA, Adriano, **A Europa em formação (A crise do Atlântico)**, 4º Edição, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Setembro 2004
- PFALTZGRAFF, Diane K. The Atlantic Community – A Conceptual History, Community in Crisis/A Redefinition of the Transatlantic Relationship, Pergamon Press, 1979
- Pólis Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: antropologia cultural, direito, economia, ciência política, Lisboa – São Paulo, Verbo
- Potências Emergentes e Relações Internacionais, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Edições Tinta da China, 1º Edição Março de 2012
- RODRIGUES, Maria de Lurdes, O mar como âncora do conhecimento e do desenvolvimento, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2 [FLAD] pp11-13
- REDING, Viviane, Towards a more dynamic transatlantic area of growth and investment, European Commission, 2013
- SERRÃO SANTOS, Ricardo, O mar dos Açores: diversidade de habitats, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana, 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2, pág. 216

SLOAN, Stanley R. European Proposals for a New Atlantic Community, [pdf] CRS Report for Congress, March 1995

SOROMENHO-MARQUES, Viriato, O mar como desafio para a unidade das Ciências, **O Mar na História, na Estratégia e na Ciência**, Fundação Luso-Americana 1º Edição Junho de 2013, ISBN: 978-972-8654-2

STEEL, Ronald, Walter Lippman and the Invention of the Atlantic Community, European Community, Atlantic Community, Soleb, Paris 2013 ISBN 978-2-9523726-7-5

THORTON, John, **A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800**, Elsevier Editora, 2004 5ª Edição

TELO, António José, Um Mundo que Mudou, Revista Nação e Defesa n° 120, Verão 2008, 3ª Série, pp 9-26

Tratados da União Europeia, **Versão consolidada, de acordo com o Tratado de Lisboa**, Porto Editora, fevereiro 2010 ISBN 978-972-0-6721-0

UADIALE, Martin, Issues of Maritime (In)Security, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships

WILLIAMS, Phil, Illicit Flows and Networks in the Atlantic Basin, [pdf] Atlantic Basin Initiative Working Paper, Center for Transatlantic Relationships [pdf]

ZIMMERMAN, Augusto, The rule of Law as a culture of legality: Legal and Extra-legal elements for the realization of the rule of Law in the society [pdf]

## 16. Webgrafia

A New Atlantic Community, Generating Growth, Human Development and Security in the Atlantic Hemisphere, A Declaration and Call to Action [em linha] Center for Transatlantic Relations Johns Hopkins University, 2014 [consult. 14 jul. 2014]  
Disponível em: [http://transatlantic.sais-jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/ABI%20chapters/EPG\\_White\\_Paper\\_Report.pdf](http://transatlantic.sais-jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/ABI%20chapters/EPG_White_Paper_Report.pdf) ISBN: 978-0-9890294-6-9

African Peer Review Mechanism [site] [consult. 11 nov.2014]  
Disponível em <http://aprm-au.org/>

Accra Agenda for Action, 2008 [consult. 19 set. 2014]  
Disponível em:  
<http://siteresources.worldbank.org/ACCRAEXT/Resources/4700790-1217425866038/AAA-4-SEPTEMBER-FINAL-16h00.pdf>

Busan Partnership for Effective Development Cooperation, 2012 [consult. 19 set. 2014]  
Disponível em <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/Busan%20partnership.pdf>

Carta de Princípios Orientadores para a Prevenção e Repressão do Crime Organizado, [em linha] Gabinete de Documentação e Direito Comparado [consult. 12 dez.2014]]

Disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dhaj-CoopInt-PrCrimeOrganizado-LXXIX.html>

Continental Shelf Submission of Portugal, Pursuant to Article 76, paragraph 8 of the United Nations Convention on the Law of the Sea.

Disponível em

<http://www.emepc.pt/images/stories/PlataformaContinental/sum%E1rioexecutivo.pdf>

Communication from the commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and social Committee and the Committee of the Regions COM(2014) 254 final/2 [em linha] setembro 2014 [consult. 25 set. 2014]

Disponível

em

<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=COM:2014:254:REV1&from=EN>

COSTA SILVA, António, Portugal, País Arquipélago, Cluster do Mar, O Mar como um novo desígnio nacional, [em linha] [consultado a 14 jan. 2015]

Disponível em: <http://www.clusterdomar.com/index.php/temas/geopolitica/89-portugal-pais-arquipelago>

Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento, 2005 [em linha] OCDE [consult. 18 set. 2014]

Disponível em: <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/38604403.pdf>

Doha Development Agenda, [em linha] European Commission [consult. 20 set. 2014]

Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/eu-and-wto/doha-development-agenda/>

Enquadramento Geoestrutural, [em linha] Centro de Vulcanologia e Avaliação de Riscos Geológicos, [consult. 15 fev. 2015]

Disponível

em

<http://www.cvarg.azores.gov.pt/geologia-acoresh/enquadramento-geoestrutural/Paginas/default.aspx>

ESCORREGA, Major Luís Carlos Falcão, Da Importância Geopolítica e Geoestratégica dos Açores no Actual Contexto Estratégico, [em linha] Revista Militar, 2497/2498 - Fevereiro/Março De 2010 [consult. 20 dez. 2014]

Disponível em [http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art\\_id=557](http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=557)

Estudo de caso, [em linha] Grupo de Mestrado em Educação - Tecnologia Educativa - Métodos de investigação em Educação, 2007 [consult. 10 ago. 2014]

Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/mie2.html>

GASPAR, Jorge, Portugal E Uma Estratégia Da Energia Para O Atlântico (Sul) Reflexão Prospetiva sobre a Geopolítica da Energia no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [em linha] 2013 [consult. 20 mar.2015]

Disponível em [http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/730/1/lpis\\_9\\_1.pdf](http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/730/1/lpis_9_1.pdf)

International Aid Transparency Initiative

Disponível em: <http://www.aidtransparency.net/>

ICC Comercial Crime Services [site]

Disponível em: <http://www.icc-ccs.org/piracy-reporting-centre/live-piracy-map>

LOUREIRO DOS SANTOS, José, A Região Geopolítica do Atlântico e Portugal, [em linha] Nação e Defesa, 2009, N° 124 -4 Série [consult. 20 dez. 2014]

Disponível em:

[http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/3601/1/NeD124\\_JoseLoureiroSantos.pdf](http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/3601/1/NeD124_JoseLoureiroSantos.pdf)

Luanda Declaration of the Eminent Persons Group (EPG) [em linha] Atlantic Basin Initiative, Towards a Atlantic Charter for Sustainable Energy Governance [consult. 9 set. 2014]

Disponível em: [http://transatlantic.sais-](http://transatlantic.sais-jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/Luanda_Declaration_March_2014.pdf)

[jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/Luanda\\_Declaration\\_March\\_2014.pdf](http://transatlantic.sais-jhu.edu/events/2012/Atlantic%20Basin%20Initiative/Luanda_Declaration_March_2014.pdf)

MOREIRA, Adriano, Portugal e a Geopolítica da Interculturalidade [em linha] [consult. 19 mar. 2015]

Disponível em:

[http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col\\_Percursos\\_Intercultura/4\\_PI\\_Cap7.pdf](http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Col_Percursos_Intercultura/4_PI_Cap7.pdf)

Países em desenvolvimento concluem acordo de comércio Sul-Sul [em linha] International Centre for Trade and Sustainable Development, 2009 [consult. 15 jan. 2015] Disponível em:

<http://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/pa%C3%ADses-em-desenvolvimento-concluem-acordo-de-com%C3%A9rcio-sul-sul>

Plano de Ação para uma Estratégia Marítima na Região Atlântica, Para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, União Europeia 2013 [em linha] Serviço das Publicações da União Europeia 2013, ISBN: 978-92-79-31148-2 [consult. 20 fev. 2015]

Disponível em : <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000056001-000057000/000056124.pdf>

Programa do XI Governo, [em linha] Governo Regional dos Açores, 2012 [consult. 10 fev. 2015]

Disponível em [http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta\\_Programa\\_XIGRA.pdf](http://www.azores.gov.pt/NR/rdonlyres/F8407045-79E3-4FA9-9BC4-78CD67743D1D/0/Proposta_Programa_XIGRA.pdf)

Seizure or Peacful Occupation of the Azores, [em linha] Relatório do Joint War Plans Committee, 16 de maio de 1943 [consult. 15 jan. 2015]

Disponível em

<http://www.fdrlibrary.marist.edu/resources/images/psf/psfa0055.pdf>

Fichas Técnicas sobre a União Europeia, Relações económicas UE-EUA [Site] Parlamento Europeu, [consult. 14 jul. 2014]

Disponível em:

[http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU\\_6.6.1.html](http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/displayFtu.html?ftuId=FTU_6.6.1.html)

UNODC, Transnational Organized Crime in West Africa: A Threat Assessment, Vienna, [em linha] Fevereiro 2013, p. 45 [consult. 22 nov.2014]  
Disponível em [http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West\\_Africa\\_TOCTA\\_2013\\_EN.pdf](http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta/West_Africa_TOCTA_2013_EN.pdf)

World Trade Organization, The Doha Round [site]  
Disponível em: [http://www.wto.org/english/tratop\\_e/dda\\_e/dda\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/dda_e/dda_e.htm)

ZIMMERMAN, Augusto, The Rule of Law as a culture of legality: Legal and Extra-legal Elements for the realization of the rule of law in society [em linha] [consult. 8 out.2014]  
Disponível em:  
[https://elaw.murdoch.edu.au/archives/issues/2007/1/eLaw\\_rule\\_law\\_culture\\_legality.pdf](https://elaw.murdoch.edu.au/archives/issues/2007/1/eLaw_rule_law_culture_legality.pdf)

## 17. NOTÍCIAS

AZNAR, José Maria, **Aznar presents the white paper A New Atlantic Community in a meeting with Barroso in Brussels.** [em linha] site pessoal José Maria Aznar [consult. 02 jun. 2014] Disponível em  
<http://www.jmaznar.es/en/news/538/p-aznar-presents-the-white-paper-em-a-new-atlantic-community-em-in-a-meeting-with-barroso-in-brussels-p>

BARROS, Arminda, **A cultura da legalidade é um desafio para a justiça** - Ministro José Carlos Correia [em linha] Agência Inforpress [consult. 09 set.2014] Disponível em: <http://noticias.sapo.cv/inforpress/artigo/28997.html>

MELO, Ana Carvalho, **Laboratório natural açoriano é garantia de desenvolvimento regional** – Entrevista a Carlos Fiolhais, diário Açoriano Oriental no dia 26 de março de 2015

Brattberg, Erik; PIRES DE LIMA, Bernardo, **Why the Atlantic, not the Pacific may dominate de 21 st Century**, [em linha] Huffington Post [consult. 05 jan. 2014]  
Disponível em: [http://www.huffingtonpost.com/erik-brattberg/why-the-atlantic-not-the- b\\_4409828.html](http://www.huffingtonpost.com/erik-brattberg/why-the-atlantic-not-the- b_4409828.html)